

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Literatura, cultura e tradução

Dissertação



**MULHERES INTELLECTUAIS E A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL DO
FINAL DOS ANOS 1970: UM ESTUDO DE *VERSUS* E *ALMANAQUE* –
*CADERNOS DE LITERATURA E ENSAIO***

Mariana Link Martins

Pelotas, 2023

MARIANA LINK MARTINS

**MULHERES INTELLECTUAIS E A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL DO
FINAL DOS ANOS 1970: UM ESTUDO DE *VERSUS* E *ALMANAQUE* –
*CADERNOS DE LITERATURA E ENSAIO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Lorena Vouto da Fonseca

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M379m Martins, Mariana Link

Mulheres intelectuais e a imprensa alternativa no Brasil do final dos anos 1970 : um estudo de Versus e Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio / Mariana Link Martins ; Cláudia Lorena Vouto da Fonseca, orientadora. — Pelotas, 2023.

130 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Mulheres intelectuais. 2. Revistas culturais. 3. Imprensa alternativa. 4. Versus. 5. Almanaque. I. Fonseca, Cláudia Lorena Vouto da, orient. II. Título.

CDD : 469.5

Mariana Link Martins

“Mulheres intelectuais e a imprensa alternativa no Brasil do final dos anos 1970: um estudo de *Versus* e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*”

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Estudos da Linguagem do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 31 de maio de 2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Claudia Lorena Vouto da Fonseca
Orientadora/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Regina Aida Crespo
Membro da banca
Universidad Nacional Autónoma de México

Prof. Dr. Alfeu Sparemberger
Membro da banca
Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora pelo suporte físico e emocional prestado ao longo da pesquisa, assim como pela relação colaborativa que construímos.

Agradeço à professora Thaís Rochefort pelos ensinamentos na graduação e pela amizade de longa data.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional. Especialmente à minha mãe que sempre apostou na minha vitória e nunca me deixou desistir.

Agradeço ao meu noivo, Jardel, por ser meu porto seguro. Sua paciência e seu cuidado tornaram esse processo muito mais agradável.

Agradeço à minha colega, Luiza Prates, pelo companheirismo acadêmico e afetivo. Nossas trocas jamais serão esquecidas.

Agradeço à Jenifer Dias, outra colega excepcional, pelo acolhimento e pelas contribuições.

Agradeço à amiga Juliana Souza por se fazer presente em todos os momentos.

*Estendemos as teias e desejamos que o outro faça
parte delas, não para devorá-lo, mas que sinta a
perplexidade e faça a pergunta [...] Caminhe conosco.*

(Hilda Hilst)

MARTINS, Mariana Link. **Mulheres intelectuais e a imprensa alternativa no Brasil do final dos anos 1970: um estudo de *Versus* e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio***. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

Resumo

Esta dissertação investiga a participação de mulheres intelectuais nas revistas culturais *Versus* (1975-1979) e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio* (1976-1982), que circularam no final dos anos setenta no Brasil, como parte da imprensa alternativa, fenômeno jornalístico e político de resistência à ditadura militar (1964-1982). Tendo em vista que, por muito tempo, as mulheres foram impedidas de compor o discurso intelectual, bem como tiveram sua História negada e negligenciada, o objetivo desta pesquisa é resgatar as memórias das mulheres que atuaram no movimento intelectual de oposição ao regime militar. Além disso, objetiva-se refletir sobre a presença ou ausência de figuras femininas nesses espaços forjados historicamente como masculinos por excelência e, também, o modo como os periódicos estudados comportavam-se em relação aos assuntos especificamente feminino e feministas. Para tanto, a partir de uma análise comparativa, a investigação tem como princípio as perspectivas fornecidas pelas teorias feministas, sobretudo das autoras Gerda Lerner (2019; 2022), Heleieth Saffioti (1987; 2015) e Rita Segato (2021), e utiliza a metodologia de Regina Crespo (2011) para o estudo de revistas culturais e literárias latino-americanas, a qual consiste em um exame interdisciplinar, fundamentado na articulação entre as publicações, os grupos intelectuais e a conjuntura histórica e sociocultural. *Versus* e *Almanaque*, consideradas como *baluartes culturais*, no sentido de que interseccionam orientações culturais, literárias e políticas (CRESPO, 2011), apresentam diferenças significativas, em especial na configuração de suas redações, e por isso possibilitam reconstruir a conjuntura intelectual do período e pensar o papel das mulheres em distintas formas de construção editorial. A pesquisa evidenciou que, embora a presença feminina em ambas as revistas seja baixa quando comparada à masculina, muitas mulheres dedicaram seu trabalho intelectual à *Versus* e à *Almanaque*, contribuindo, portanto, com suas históricas trajetórias.

Palavras-chave: Mulheres intelectuais; Revistas culturais; Imprensa alternativa; *Versus*; *Almanaque*.

MARTINS, Mariana Link. Mujeres intelectuales y prensa alternativa en Brasil a fines de la década de 1970: un estudio de *Versus* y *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*. 2023. 130 f. Disertación (Maestría en Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

Resumen

Este trabajo investiga la participación de mujeres intelectuales en revistas culturales *Versus* (1975-1979) e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio* (1976-1982), que circuló a finales de los setenta en Brasil, como parte de la prensa alternativa, fenómeno periodístico y político de resistencia a la dictadura militar (1964-1982). Considerando que, durante mucho tiempo, las mujeres fueron impedidas de componer el discurso intelectual, además de haber visto negada y desatendida su historia, el objetivo de esta investigación es rescatar las memorias de mujeres que actuaron en el movimiento intelectual de oposición al régimen militar. Además, el objetivo es reflexionar sobre la presencia o ausencia de figuras femeninas en estos espacios históricamente forjados como masculinos por excelencia y también, la forma en que las revistas estudiadas se comportaron con relación a temas específicamente femeninos y feministas. Por lo tanto, a partir de un análisis comparativo, la investigación tiene como principio las perspectivas aportadas por las teorías feministas, en especial por las autoras Gerda Lerner (2019; 2022), Heleieth Saffioti (1987; 2015) y Rita Segato (2021), y utiliza la metodología de Regina Crespo (2011) para el estudio de las revistas culturales y literarias latinoamericanas, que consiste en un examen interdisciplinario, a partir de la articulación entre publicaciones, grupos intelectuales y el contexto histórico y sociocultural. *Versus* y *Almanaque*, considerados como baluartes culturales, en el sentido de que cruzan orientaciones culturales, literarias y políticas (CRESPO, 2011), presentan diferencias significativas, especialmente en la configuración de sus grupos, y por lo tanto posibilitan reconstruir la coyuntura intelectual de la época y pensar el papel de la mujer en diferentes formas de construcción editorial. La investigación mostró que, si bien la presencia femenina en ambas revistas es baja en comparación con la masculina, muchas mujeres dedicaron su trabajo intelectual a *Versus* y *Almanaque*, contribuyendo, por tanto, con sus trayectorias históricas.

Palabras claves: Mujeres intelectuales; Revistas culturales; Prensa alternativa; *Versus*; *Almanaque*.

Lista de figuras

Figura 1 – Capa da primeira edição publicada de <i>Versus</i>	59
Figura 2 – Capa do número 12 de <i>Versus</i>	64
Figura 3 – Capa do número 24 de <i>Versus</i>	67
Figura 4 – Capa da primeira edição do <i>Nós, mulheres</i> produzida por Conceição Cahú	74
Figuras 5 e 6 - Matéria “A violação” de Susan Griffin com fotos de Rosa Gauditano	79
Figura 7 – Capa do número 30 de <i>Versus</i>	81
Figura 8 e 9 – Capas do primeiro e do último número de <i>Almanaque</i>	92
Figura 10 – Capa da edição de nº 10 de <i>Almanaque</i>	107

Lista de abreviaturas e siglas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

ALA - Afro-Latino-América

AI-5 - Ato Institucional nº5

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FCC - Fundação Carlos Chagas

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MNU - Movimento Negro Unificado

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

USP - Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	9
1. Da História que afoga às mulheres que emergem	13
1.1 Preâmbulo: os princípios feministas para uma análise à brasileira	13
1.2 Mulheres e intelectualidade: uma combinação historicamente interdita	19
1.3 Com a palavra, as mulheres brasileiras	32
2. Do contexto nascem os textos	41
2.1 A cultura brasileira em tempos de ditadura militar	41
2.2 A propósito de <i>Almanaque</i> e <i>Versus</i> : fontes privilegiadas	50
3. A cultura como essência de uma luta apaixonada	58
3.1 A trajetória de <i>Versus</i>	58
3.2 A quem interessam as mulheres... intelectuais	70
4. A contradição como essência de um prazer impróprio	88
4.1 A trajetória de <i>Almanaque</i>	88
4.2 Essas mulheres fizeram revolução	97
Considerações finais	110
Referências	115
Apêndice	122

Introdução

É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita [...] É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história – por seu próprio movimento.

(Hélène Cixous)

O presente trabalho, quando se propõe a refletir sobre as mulheres intelectuais que fizeram parte dos espaços de resistência à ditadura militar brasileira e, assim, produzir um resgate de suas memórias, insere-se neste movimento proposto por Cixous. Afinal, a pessoa por trás desta escrita é uma mulher que se colocou em posição de escrever sobre outras mulheres, desejando inscrevê-las na história e no mundo a partir do seu texto. Seguir esse caminho de Cixous (2022) significa desempenhar uma tarefa crítica de envolvimento pessoal, pois seu clamor é um chamado para que as mulheres escrevam sua própria história enquanto caminham para sua emancipação coletiva. Tendo em vista que a pessoalidade é característica desta pesquisa, estas primeiras palavras serão redigidas de modo a distanciarem-se da impessoalidade da linguagem científica, marcando o lugar de fala desta pesquisadora. Além disso, por muito tempo, esse espaço de enunciação não foi permitido às mulheres, então colocar-me como *eu* é essencial.

Durante séculos, por meio do privilégio da dominação masculina, as mulheres foram violentamente afastadas do discurso intelectual e da escrita, assim como apagadas da história registrada e interpretada. Muito demorou para se estabelecer a ideia de que mulheres também podem exercer a função intelectual – e assim serem designadas, devido, entre outros motivos, ao tardio direito à educação, mas, sobretudo, à noção estereotipada de que somos irracionais e emotivas, desprovidas de objetividade e pensamento lógico. Segundo Gerda Lerner (2019), os homens declararam que pensar abstratamente significa excluir os sentimentos do processo. Considerando que as mulheres “têm conhecimento preciso da ambiguidade, dos sentimentos misturados ao pensamento, dos julgamentos de valores colorindo abstrações” (LERNER, 2019, p. 275), suas experiências são desvalorizadas quando usadas como parâmetros para construção dos saberes.

Escolher um tema que me atravessa enquanto mulher permite demonstrar como a sabedoria é perpassada pelas emoções e pelas experiências subjetivas que carregamos conosco, sem comprometer a objetividade da pesquisa. De fato, a problemática da proximidade entre sujeito e objeto de análise sempre foi pauta dos estudos na área das ciências humanas, os quais costumam priorizar uma posição neutra de análise para provar uma objetividade científica. Maria Malta Campos (1979), no entanto, aponta que no caso específico das mulheres que pesquisam a respeito da condição feminina, as repercussões afetivas e pessoais tornam o trabalho um processo de autoconhecimento e de reflexões subjetivas. Não há como desvincular as observadas das observadoras, pois ambas compõem o mesmo coletivo marginalizado historicamente, mesmo que por diferentes construções.

Pesquisar a atividade intelectual das mulheres significa olhar especificamente para as margens da história a partir de lentes arqueológicas que possibilitam enxergar para além do discurso hegemônico. Assim como ocorreu com as mulheres, a história oficial também tratou de silenciar muitos dos capítulos da ditadura militar brasileira, tanto que a recuperação de partes dessa narrativa cruel continua sendo uma missão de muitas pesquisadoras e pesquisadores. Visitar as ruínas desse passado que ainda se faz presente, tornou-se fundamental principalmente nos últimos anos, devido à crescente onda conservadora e autoritária arquitetada pelo governo federal anterior, a qual acabou por ressuscitar a ideologia do regime que parecia morta, porém estava apenas adormecida. Iluminar os sombrios anos ditatoriais e colocar em evidência os grupos que formaram frentes de resistências e lutaram pela redemocratização da sociedade e pelo fim da crueldade dos militares é um modo de lembrar a importância da democracia.

Portanto, o elo da minha pesquisa consiste na contribuição para o rompimento de ambos silenciamentos históricos, já que objetiva resgatar as memórias das mulheres intelectuais que fizeram parte dos movimentos de oposição à ditadura militar, mais especificamente na imprensa alternativa. Segundo Maria Paula Araújo (2000), a imprensa alternativa foi um movimento jornalístico e político, formado por periódicos que questionavam a ditadura militar, direta ou indiretamente, a partir do ideário da esquerda, denunciando a violência e a arbitrariedade do governo autoritário. De acordo com a autora, os alternativos viveram seu momento mais notável durante a década de setenta, sobretudo nos seus últimos anos, os quais foram caracterizados por uma promessa de abertura política. Essa fase de novas possibilidades no

horizonte suscitou uma reação em massa por parte da resistência cultural, o que também possibilitou a criação de muitos jornais, revistas e suplementos. O fim da década de setenta, então, foi um momento de grande expressividade alternativa.

Por essa razão escolhi duas revistas culturais que circularam nesse período de intensidade: *Versus* (1975-1979) e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio* (1976-1982). Para a realização desta pesquisa não basta apenas catalogar os nomes das mulheres intelectuais que participaram das revistas elencadas e suas produções, é preciso mergulhar na conjuntura da época, entender como os meios intelectual e político-cultural comportavam-se, pois só assim será possível compreender as posições que as mulheres ocupavam, os papéis que desempenhavam, para então alcançar todas as condições de produção de seus trabalhos. Tendo em vista que o tempo das revistas é o seu presente, no sentido de que partem das problemáticas do presente para elaborar sua sintaxe (SARLO, 1992), pode-se dizer que as revistas são testemunhas de tal momento e que possuem, então, a capacidade de revelar o cenário político, cultural e social da época em que circularam.

Versus e *Almanaque* apresentam diferenças significativas, em especial na configuração de suas redações, e justamente por isso possibilitam reconstruir a conjuntura intelectual do período por meio de uma investigação comparativa. Pensar o papel das mulheres em distintas formas de construção editorial permitirá atingir uma análise mais completa. Para tanto, eu parto de um olhar crítico feminista e tenho como norte a metodologia sugerida por Regina Crespo (2011) para o estudo de revistas culturais e literárias latino-americanas, a qual consiste em uma análise interdisciplinar, fundamentada na articulação entre as publicações, os grupos intelectuais e a conjuntura histórica e sociocultural. Ainda em conformidade com a autora, identifico as revistas escolhidas como “baluartes culturais”, portanto a pesquisa tem como princípio básico a noção de que ambas são “pólo emissor e campo de intersecção de propostas culturais, artísticas, literárias e políticas” (CRESPO, 2011, p. 107).

Com a finalidade de dar conta destes aspectos até aqui citados, este estudo terá momentos distintos. O capítulo número 1 é dividido em três seções: a primeira explica, a partir de uma revisão bibliográfica, que a visão feminista utilizada para construir o trabalho é baseada no sistema patriarcado-racismo-capitalismo elaborado por Heleieth Saffioti (1987; 2015). A segunda, trata do processo histórico que consolidou o espaço intelectual como um lugar tradicionalmente masculino, elucidando quais fundamentos idealizaram o estereótipo da mulher ocidental como

um ser irracional e habitante natural do âmbito privado. Já a última apresenta como as mulheres brasileiras emergiram no universo intelectual por meio do direito à educação e como a sua intelectualidade coletiva se estabeleceu de uma vez por todas na década de setenta, mesmo período em que o feminismo se tornou um movimento de massa no país.

O segundo capítulo inicia com um resumo do cenário cultural, percorrendo todo período ditatorial até chegar nos últimos anos da década de setenta e então contextualizá-lo. O principal objetivo desta parte é caracterizar a resistência cultural, bem como a imprensa alternativa, para que seja possível compreender os papéis desempenhados por *Versus* e *Almanaque*. A outra parte do capítulo é voltada ao esclarecimento de como as revistas culturais e literárias latino-americanas constituem-se como objetos de estudo indispensáveis para compreender o momento de sua publicação e que, por isso, as revistas escolhidas são, igualmente, instrumentos de análise e fontes históricas.

Os últimos capítulos são voltados à *Versus* e à *Almanaque*, respectivamente. As primeiras seções contam a trajetória dos periódicos, dando destaque para o modo como nasceram e inseriram-se na imprensa alternativa, além de identificar seus propósitos e os grupos intelectuais que representavam suas ideologias. Já a seção número dois de cada um dos capítulos é onde se encontra a parte analítica deste trabalho, pois são voltadas ao comportamento das publicações no que se refere às mulheres intelectuais, assim como a relação de cada uma com os movimentos feministas e relacionados, dada a sua intensa proliferação na mesma época.

Como será possível concluir ao longo da dissertação, muitas mulheres participaram de ambas as revistas de formas distintas. Para registrar o nome de todas e então inscrevê-las de fato na história, criei uma relação das intelectuais que colaboraram com *Versus* e *Almanaque*, a qual situa-se nos apêndices. Destacar, por menor que seja, a participação de cada mulher, permite dar continuidade a suas obras, assim como provar que a história intelectual é uma narrativa também composta por mulheres.

1. Da História que afoga às mulheres que emergem

1.1 Preâmbulo: os princípios feministas para uma análise à brasileira

*Senhoras e senhores, olhai-nos.
Repensamos a tarefa de pensar o mundo.*

(Hilda Hilst)

No âmbito dos estudos feministas, a discussão a respeito do uso e do conceito de determinados termos têm avançado intensamente. Assim como em toda teoria, existem conceitos básicos para o pensamento feminista, como *mulheres, patriarcado, gênero, sexo, opressão, emancipação*, entre outros. No entanto, conforme chama atenção Gerda Lerner (2019), o grande problema enfrentado pelas feministas que estão dispostas a redefinir a história das mulheres é a falta de uma linguagem adequada para refletir sobre suas condições de existência. Ou seja, tendo em vista que a linguagem é androcêntrica, quer dizer, baseada no masculino como modelo de representação universal, as mulheres precisam se expressar por códigos e símbolos criados por homens que, tal como aponta a autora, historicamente explicaram o mundo do seu modo, colocando-se como centro do discurso. Não é necessário mais que um exemplo para confirmar a tese de Lerner, de que as mulheres se manifestam por meio do pensamento patriarcal, o qual se incide na linguagem: mulheres são incorporadas ao pronome masculino sempre que é preciso representá-las quando estão junto com homens. O parâmetro universal é masculino e o sinônimo para humano é homem.

Lerner (2019) destaca, todavia, que mudar o uso da linguagem em um curto alcance é inútil, pois cunhar palavras para que um pequeno grupo de pessoas as utilize em um determinado espaço, como é o caso da academia, não irá surtir amplo efeito, afinal, como salienta a historiadora, as palavras são criadas social e culturalmente, e só ganham vida quando simbolizam conceitos aceitos por um número considerável de pessoas. Sendo assim, as teóricas feministas devem então se apropriar dessa linguagem, reivindicá-la, com o intuito de ressignificá-la, posto que, como relembra Lerner, essa linguagem também é das mulheres, bem como a sociedade que, mesmo sendo patriarcal, também pertence a elas. Dessa forma, será

possível transformar a prática e o pensamento e, quem sabe, embora ainda seja cedo, “criar uma linguagem nova, comum e sem gênero” (LERNER, 2019, p. 283).

Para tanto, é preciso valer-se de algumas ações. Começando pela não generalização, isto é, não empregar termos masculinos para se referir a um grupo de pessoas composto por mulheres e homens, por exemplo, pelo menos em situações praticáveis, onde as mulheres são maioria. Também, não utilizar categorias fixas, como “mulher”, para referir-se a inúmeras mulheres, como faz o movimento feminista branco¹ ao tentar englobar todas em uma única ordem, sem levar em consideração que raça e classe determinam o grau da opressão. Conforme será discutido com mais profundidade na próxima seção, as mulheres foram sistematicamente apagadas da história, logo, é essencial utilizar a linguagem de modo a não cometer nenhuma espécie de apagamento. Outra parte importante desse processo, é observar atentamente os conceitos usados e como são empregados pelo pensamento feminista, para assim estabelecer a sua relação com as reflexões acerca das realidades das mulheres. Além disso, muitos conceitos são usados com frequência e esclarecê-los sempre que possível é fundamental para que seu significado não seja esvaziado ou confundido.

Patriarcado, por exemplo, é um conceito básico para os estudos feministas. Uma parcela de teóricas recorre a ele para explicar a dominação masculina em termos sociopolíticos, enquanto outras, geralmente adeptas à análise sob o prisma exclusivo da categoria gênero, acreditam que o conceito está ultrapassado. Não cabe aqui refletir a fundo sobre essa discussão, mas é preciso destacar que em relação aos parâmetros brasileiros, não há como analisar qualquer conjuntura relacionada às mulheres, sem levar em consideração as categorias de raça e classe. Apenas o gênero, apesar de ser crucial, não é suficiente para explicar as especificidades do contexto em que se encontram as mulheres brasileiras, independente do período examinado.

Por esse motivo, algumas feministas, tal como Heleieth Saffioti (2015), adotam patriarcado como o conceito que explica o sistema de dominação masculina,

¹Rafia Zakaria em seu livro *Contra o feminismo branco* (2021) critica a branquitude dentro do feminismo. Ela esclarece que o termo “feminismo branco” é usado para descrever o comportamento do feminismo ocidental que se considera universal (*mainstream*). Zakaria deixa claro que ser uma feminista branca não está necessariamente ligado à identidade racial. Apesar de ser óbvio que quase todas são de fato brancas, o termo se refere, na verdade, às mulheres que se recusam a entender o papel da branquitude e o privilégio racial que exercem, universalizando as pautas de feministas brancas, desconsiderando outros feminismos e feministas.

que é organizado em torno do poder dos homens exercido sobre as mulheres. É uma estrutura violenta que vai atingir as mulheres de diferentes formas, dependendo do lugar que estas ocupam. Saffioti (2015) defende que é necessário ao pensamento feminista manter o nome patriarcado, pois entende que o conceito de patriarcado utilizado pelas feministas não se baseia naquele de Max Weber, de que seria um sistema onde o pai social – não necessariamente biológico – é o dominador do espaço doméstico e de comunidades simples, ditando leis garantidas pela tradição (SAFFIOTI, 2015). Segundo a autora, na teoria weberiana, esse tipo de patriarcado extinguiu-se com o advento do Estado, então, seria inconcebível sua existência nas sociedades capitalistas.

A socióloga brasileira esclarece que a intenção dessas feministas², ao apropriar-se do termo e reformulá-lo, foi política, para “denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes” (SAFFIOTI, 2015, p. 100). Sendo assim, a autora sistematiza seis motivos do porquê considera importante manter o termo:

1- não se trata de uma relação privada, mas civil; 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...] 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4- tem base material; 5- corporifica-se; 6- representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

O uso do sentido contemporâneo de patriarcado é necessário, uma vez que denomina os aspectos relacionados à subordinação das mulheres nas sociedades em uma noção, o que não quer dizer que seja universal. Configura-se como uma ferramenta teórica, partindo do pressuposto que nomear os problemas contribui para combatê-los. Em seu estudo sobre a criação do patriarcado, Lerner (2019) afirma que não foi sua pretensão fazer uma teoria universal sobre a instituição da dominação masculina em todas as sociedades, o seu olhar foi exclusivo para a civilização ocidental. Esse princípio é importante, uma vez que qualquer generalização acaba por invisibilizar determinadas existências. Françoise Vergès (2020) assegura que o patriarcado não é igual em todo o mundo, ele não se caracteriza pelas mesmas feições

² Saffioti (2015) refere-se às feministas conhecidas como radicais, que começaram a utilizar o termo no final dos anos sessenta, início dos setenta, prestando grande serviço aos estudos sobre as mulheres.

em todos os lugares. A cientista política exemplifica com a diferença do patriarcado brasileiro para o patriarcado francês:

[...] o fato de ele ser, aqui [no Brasil], abertamente grosseiro, vulgar, brutal, racista, misógino, homofóbico, transfóbico, enquanto lá [na França] se *mostra* educado, elegante, *diz-se* aberto à diversidade e ao multiculturalismo e se *afirma* partidário dos direitos das mulheres, não deve passar despercebido (VERGÈS, 2020, p. 18, grifos nossos).

Das diferenças entre os dois países, a de maior convergência é a origem colonial da nacionalidade brasileira. O fato do Brasil ser historicamente formado pela narrativa dos colonizadores, determinou a estrutura política, social e cultural do país, ou seja, a identidade nacional brasileira é constituída pela colonialidade, outro conceito importante para as teorias feministas, especialmente as latino-americanas, o qual consiste na concepção de que os processos de independência das colônias não fizeram com que a ideologia colonial fosse extinta. As lógicas racistas, misóginas e de classe dos colonizadores continuaram a ser reproduzidas nesses espaços mesmo após a independência.

Aníbal Quijano (1992) define a colonialidade como uma estrutura de poder, que organiza social e institucionalmente as ex-colônias. É uma forma de dominação baseada na raça como uma categoria de classificação social, constituída pelo próprio movimento de colonização, e posteriormente expandido mundialmente. Para o autor (2009), a colonialidade, assim como a modernidade, é um dos elementos que estabelece especificamente o padrão mundial do poder capitalista eurocêntrico e global, sustentado pela classificação racial/étnica imposta, a qual “opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 74).

É Maria Lugones (2020) quem insere nessa perspectiva de Quijano o sistema de gênero. Em diálogo com a teoria do autor sobre a colonialidade do poder, Lugones propõe a noção “sistema moderno-colonial de gênero”, observando que a colonialidade também é baseada na hierarquia de gênero, que foi criada, assim como a de raça, com o discurso colonial moderno. Ao produzir a dicotomia hierárquica que define e diferencia o humano (colonizador, homem branco, católico) e o não humano (os indígenas nativos e os povos africanos), os colonizadores conceberam as categorias de classificação social baseada na estrutura raça-gênero (LUGONES,

2020). Portanto, a autora defende que, nos lugares que viriam a ser as colônias, não havia patriarcado pré-intrusão, pois entende que o gênero não existia nesse período, por ser uma invenção colonial.

Contudo, Rita Segato (2021) comprova, ao longo de sua extensa pesquisa, a existência de uma estrutura patriarcal nas sociedades anteriores à colonização, que ela denomina como um “patriarcado de baixa intensidade”. Analisando as dimensões da construção da masculinidade ao longo da história, Segato percebe que o gênero sempre existiu, inclusive no mundo-aldeia, que é como ela se refere aos povos nativos, mas de uma forma diferente da imposta pela colonial-modernidade. No mundo-aldeia, a hierarquização é baseada na dualidade, e no mundo moderno, no binarismo: “Enquanto o relacionamento dentro da dualidade é complementar, o relacionamento dentro do binarismo é suplementar. Um termo suplementa – e não complementa – o outro (SEGATO, 2021, p. 108)”³.

Quando os colonizadores impõem suas lógicas de gênero e de raça sobre os povos nativos do mundo-aldeia, ocorrem mudanças fatais em sua organização, que passa a funcionar de acordo com as configurações trazidas pela ordem colonial-moderna, atreladas às suas já existentes. É a partir dessas linhas entrelaçadas que as sociedades colonizadas são costuradas e, então, originadas. Essa breve discussão auxilia na argumentação de que patriarcado não pode ser visto como um conceito universal, pois cada espaço tem seu próprio modo de construir a dominação. As mulheres latino-americanas são atravessadas por opressões pelas quais as europeias, por exemplo, não são. A colonial é uma delas.

No caso específico do Brasil, existem particularidades do processo de colonização que moldaram a personalidade brasileira de maneira distinta à de outros países da América Latina. Heloisa Buarque de Holanda (2020) acredita que a transferência do rei de Portugal, D. João VI, para a colônia em 1808, influenciou no imaginário colonizado do Brasil. Colonizador e colonizados vivendo no mesmo território é fato que marcou profundamente as relações de poder, bem como o estabelecimento das figuras nacionais simbólicas e a maneira como a violência é percebida e simulada em diversos tons, sinaliza Holanda (2020). Esses aspectos

³ Não há espaço aqui para produzir uma discussão mais aprofundada da relação colonialidade e gênero, bem como do feminismo decolonial, para tanto sugere-se os trabalhos presentes no livro organizado por Heloisa Buarque de Holanda, *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2020).

construíram uma colonialidade particular no Brasil. Não há como desconsiderar a prevalência dos valores europeus em detrimento da cultura dos povos indígenas e de matriz africana, por exemplo, ou mesmo a exaltação do conhecimento eurocêntrico.

Essa consciência da violência material e epistemológica dos processos colonizadores que resultaram nos fenômenos sociais da realidade brasileira é indispensável para entender sob quais condições se estabelecem as posições das mulheres nesse contexto. Conforme reflete Sueli Carneiro (2020), o estupro colonial realizado em mulheres negras e indígenas pelos senhores brancos portugueses encontra-se no princípio da formação da identidade nacional, assim como as hierarquias de raça e gênero. Logo, comprova-se a perspectiva de que o patriarcado brasileiro foi construído sobre pilares para além do gênero, sendo a raça e a classe os outros elementos que o constituem.

Saffioti (1987) sugere a expressão patriarcado-racismo-capitalismo para referir-se ao sistema de dominação-exploração que fundamenta as sociedades a partir do advento do capitalismo. Em sua abordagem, a autora esclarece que o patriarcado é a estrutura de dominação-exploração mais antiga, enquanto o racismo aparece posteriormente, justamente com a criação da noção de raça nos moldes coloniais, durante a conquista de determinados povos pelos europeus. Com a emergência do capitalismo, essas três estruturas fundiram-se em um único sistema, no qual as concepções de patriarcado e racismo ganham novas configurações. Saffioti (2015) pensa esse sistema como um nó, que está constantemente entrelaçado, onde nenhuma estrutura sobrepõe-se a outra. Não são múltiplos processos, adverte a autora, são diferentes faces de um único processo, baseado na dominação-exploração ou, então, na exploração-dominação, para provar que não há prevalência entre um ou outro.

Tendo em vista as singularidades da subordinação das mulheres brasileiras dentro desse sistema chamado patriarcado-racismo-capitalismo, que foi construído no Brasil com base na colonialidade, essa breve incursão feita pelas teorias e conceitos apresentou-se como fundamental para marcar as perspectivas das quais parte o presente trabalho quando se propõe a refletir sobre as mulheres intelectuais em um momento tão significativo da história nacional, que é o período da ditadura militar.

1.2 Mulheres e intelectualidade: uma combinação historicamente interdita

A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio.

(1 Timóteo 2:11-13)

Silêncio significa ausência de sons, assim como estado de quem se cala ou é privado de falar. Às mulheres, o silêncio foi historicamente imposto a partir de diversos construtos que sedimentaram sua subordinação aos homens e consolidaram a ilusão da inferioridade intelectual feminina. Na civilização ocidental, tais perspectivas foram fundamentadas, principalmente, pelos princípios judaico-cristãos, em maior parte por aqueles escritos no Livro de Gênesis. É necessário refletir sobre essa construção religiosa, para assim entender parte do processo histórico que excluiu as mulheres do universo intelectual e firmou esse espaço como exclusivamente masculino.

Antes, porém, também é preciso esclarecer no que consiste a “civilização ocidental”. Stuart Hall (2016), ao discutir a ideia de “Ocidente” e o “Resto”, parte da premissa de que Ocidente é um conceito histórico e não simplesmente geográfico. Quando se fala em civilização ocidental ou cultura ocidental, não se pode interpretar de maneira reducionista, como significado de hemisfério ocidental⁴. Hall percebe o Ocidente como um conceito complexo e amplo, que caracteriza e classifica sociedades em categorias, assim como um sistema de representação e uma ideologia. As sociedades consideradas ocidentais são as que surgiram no início do século XVI, período histórico que compreende o fim da Idade Média e do rompimento com o Feudalismo, portanto, são desenvolvidas, industrializadas, urbanizadas, capitalistas, seculares e modernas (HALL, 2016, p. 315). As que não se encaixam em tal descrição, fazem parte do “Resto”.

A formação do Ocidente originou-se na Europa Ocidental e tomou essas sociedades como modelo, fazendo da cultura denominada ocidental sinônimo de cultura europeia. Nos processos de expansão e conquista, salienta Hall (2016), a

⁴ Hall (2016) afirma que nem toda Europa se insere na noção de “Ocidente”, enquanto os Estados Unidos sem dúvidas, sim. Os países da América Latina pertencem ao hemisfério ocidental, mas suas economias são de Terceiro Mundo. Com esses exemplos, Hall comprova como o Ocidente não se refere mais apenas a fatos geográficos. O termo Ocidente acabou por sofrer alterações de significado ao longo do tempo, justamente por ser, assim como todos os conceitos, construções históricas e linguísticas (HALL, 2016, p. 318).

Europa acaba por estabelecer de fato a noção de Ocidente, por meio do contato com outros povos, produzindo uma comparação entre seus modos de vida, na qual os valores europeus foram considerados, por eles mesmos, superiores. A organização social dos habitantes do “Novo Mundo” foi vista como inferior, especialmente pelas diferenças religiosas. Os conquistadores ignoraram o funcionamento dessas comunidades e forçaram suas normas e categorias nestes outros espaços, já que acreditavam ser “o tipo de sociedade mais avançada do planeta, com os homens europeus (*sic*) representando o ápice da conquista humana” (HALL, 2016, p. 317).

Em diálogo com as postulações do historiador John Roberts, Hall (2016) destaca que a civilização europeia tornou-se distinta e singular, em primeiro lugar, por sua identidade religiosa e cristã. Europa e Cristianismo foram, durante séculos, considerados como conceitos praticamente idênticos. Mesmo após receber outras definições, em termos geográficos, políticos e econômicos, que instituíram o conceito moderno de Ocidente, a Europa continuou a ser fundamentada pelos princípios cristãos. Dessa forma, nas raízes do que se entende por Ocidente encontram-se as crenças cristãs que, como pontuado anteriormente, instituíram grande parte das definições de gênero existentes nessas sociedades.

Conforme Gerda Lerner (2019; 2022) conclui em sua teoria sobre a criação do patriarcado, a subordinação das mulheres é um fenômeno muito anterior à civilização ocidental e ao Cristianismo. O patriarcado é uma construção histórica e como tal desenvolve-se e modifica-se ao longo do tempo, de acordo com a evolução de cada sociedade, no entanto, desde seu estabelecimento, “transformou as relações sexuais, sociais e econômicas e dominou todos os sistemas de ideias” (LERNER, 2022, p. 23). A Bíblia, sendo uma estrutura de símbolos, incorporou a ordem patriarcal e a ressignificou, construindo uma cosmovisão na qual as mulheres não são apenas subordinadas aos homens, mas são compreendidas como seres inferiores e secundários.

O livro de Gênesis é muito significativo nesse aspecto, pois define o papel da mulher no mundo criado por Deus. A mulher gerada a partir da costela de Adão nasceu para ser sua “adjutora”, ou seja, sua auxiliar, aquela que lhe faz companhia. Sua posição na ordem da criação divina também determina o seu lugar na vida humana. Quando a mulher de Adão, Eva, colhe o fruto proibido da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, e ambos o comem, Deus difere os castigos que eles receberão pelo pecado. Para Eva, Ele diz: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção;

com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (Gênesis 2:16). Já para Adão, Deus profere: “Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida” (Gênesis 2:17). O pecado original é de Eva, foi ela quem se deixou enganar pela serpente e acabou causando a desgraça de toda a humanidade, esse entendimento fica claro no discurso de Deus. Daí resulta muito da ideia de que as mulheres são seres inferiores, que não conseguem controlar seus desejos e são dominadas por suas emoções, incapazes de pensar de maneira racional. Por isso, devem ser controladas pelos homens, tal como Eva por Adão.

Na história da Queda, a interpretação que se sobressai é que Eva persuadiu Adão, o seduzindo para que também comesse o fruto proibido. Tendo em vista que a contar deste ato, o casal adquire também o conhecimento sexual, “então foram abertos os olhos de ambos, e souberam que estavam nus;” (Gênesis 3:7), a culpa pela existência dos pecados da carne recaiu também sobre Eva. Além disso, a mulher por ser criada a partir da costela do homem, sempre esteve ligada às questões carnis. Adão foi feito do pó da terra, com o fôlego da vida sendo soprado em suas narinas por Deus. Eva originou-se de uma parte do corpo de Adão. Assim, também se fixou no imaginário cristão que as mulheres são mais próximas da natureza, da sexualidade e, portanto, do corpo, enquanto os descendentes de Adão, os homens, são vinculados à espiritualidade e à mente.

As consequências que sofrem pelo pecado reforçam tal dicotomia entre homem e mulher. O castigo de Adão foi trabalhar com o suor do próprio rosto, então, de acordo com Lerner (2019), o trabalho passa a ser um fardo para o homem, já Eva tem como sentença o sofrimento de seu corpo por meio da concepção. Essa punição também instituiu outros valores significativos na determinação do papel da mulher no mundo. O primeiro é a maternidade, que se tornou símbolo de salvação feminina, ou seja, realizar o trabalho de gerar todas as futuras gerações foi o meio pelo qual Eva obteve redenção. O segundo valor é a destituição da sexualidade feminina. Lerner (2019) identifica que quando o Gênesis foi escrito, a serpente representava a deusa da fertilidade, divindade muito presente nas sociedades da Antiguidade. O versículo 15 do capítulo 3 do Gênesis, quando Deus cultiva a inimizade entre a mulher e a serpente, é interpretado por Lerner como uma metáfora à proibição da sexualidade livre da mulher, sendo a maternidade a única forma de expressão dessa sexualidade.

Separar a mulher da serpente também simboliza o destronamento da deusa da fertilidade, condição necessária para o estabelecimento do monoteísmo, enfatiza Lerner (2019). Antes do desenvolvimento da noção de divindade única, as mulheres possuíam representação e poder simbólico em outros sistemas religiosos, principalmente como mediadoras entre os seres humanos e as divindades, desempenhando papéis ativos e respeitados, como sacerdotisas, videntes e curandeiras. Também existia um poder metafísico feminino, geralmente ligado à capacidade de dar a vida, simbolizado por deusas poderosas. Com o monoteísmo hebraico, a adoração às deusas da fertilidade ou a chamada Deusa-mãe acaba, pois apenas Deus é o único criador, Senhor e Rei, onipotente e masculino. É a partir de então que a “exclusão das mulheres da criação dos sistemas de símbolos se tornou completamente institucionalizada [...]” (LERNER, 2019, pp. 246-247).

Existem outras passagens da Bíblia que reiteram a inferioridade das mulheres em diversos aspectos e a forma como devem ser controladas pelos homens, tal como em Coríntios 14:34-35⁵, Efésios 5:22-23⁶ e 1 Timóteo 2: 9-15⁷, mas a história da criação contida no Gênesis já é suficiente para compreender a visão da incapacidade mental das mulheres que os fundamentos bíblicos estabeleceram. Esse construto metafórico foi visto como uma realidade material, tanto que as mulheres foram impedidas de participar do sacerdócio. Todas as atividades que compõem a mediação entre Deus e os humanos, foram exercidas apenas por homens. Segundo Lerner (2022, pp. 93-94):

A interpretação bíblica era baseada em argumentos racionais, filosóficos e teológicos, na progressão escolástica de uma interpretação a outra, e em símbolos complexos, cuja compreensão exigia sua interpretação por meio de uma elite clerical instruída. Muito do conteúdo misógino da escola patrística foi planejado para convencer homens e mulheres que essa racionalidade era uma habilidade natural reservada aos homens, enquanto as mulheres,

⁵ “As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar, mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa seu próprio marido; porque é indecente que as mulheres falem na igreja.”

⁶ “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vosso próprio marido, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo, a cabeça da igreja; e ele é o salvador do corpo.”

⁷ “Que do mesmo modo as mulheres também se adornem com traje recatado, com pudor e modéstia, não com os cabelos trançados, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos, Mas (como é decente para mulheres que professam servir a Deus) com boas obras. A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado; mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Ela salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer na fé, na caridade, e na santificação, com modéstia.”

precisamente por não terem essa capacidade, eram predestinadas à ignorância instruída e à dependência intelectual.

As mulheres que transgrediram as normas impostas pela autoridade bíblica, que exerceram a espiritualidade e ousaram interagir com as divindades, independentemente de ser Deus ou outras que não pertenciam à tradição judaico-cristã, foram punidas. A caça às bruxas é o maior exemplo da perseguição a mulheres que de alguma forma feriram os ensinamentos cristãos. Conforme observado por Silvia Federici (2017), a caça às bruxas foi um fenômeno de motivações políticas e econômicas, já que foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo e da colonização, contudo, as transgressões consideradas como crimes, passíveis de julgamento e condenação, foram aquelas que violavam as leis da Igreja.

Apesar de existirem outras práticas femininas classificadas como bruxaria, a maioria das mulheres condenadas eram conhecidas como curandeiras, parteiras, adivinhas ou feiticeiras. Mulheres que possuíam conhecimento, transmitido normalmente de geração em geração, que exerciam certa autoridade sábia. Essas mulheres desafiavam as autoridades da Igreja e do Estado para além da heresia, elas subvertiam a ordem patriarcal-cristã daquelas sociedades ocidentais. Federici menciona como muitos na época concordavam com a definição das mulheres como seres diabólicos, os inquisidores católicos, os protestantes como Martinho Lutero, até os humanistas. Para uns, as mulheres tendiam à bruxaria e à perversão por sua “luxúria insaciável”, outros acreditavam que era devido a suas debilidades morais e mentais (FEDERICI, 2017, p. 324). Noções que a Bíblia estabeleceu e a sociedade as tomou como dogmas.

Segundo exposto anteriormente, o patriarcado já era uma estrutura muito bem solidificada quando o Cristianismo emergiu. É possível observar como na Antiguidade Clássica as mulheres já estavam em posições sociais subalternas e desempenhavam papéis bem especificados pela norma patriarcal. Em Atenas, por exemplo, as mulheres não participavam da vida política e eram legalmente menores de idade durante toda sua vida, sendo sempre tuteladas por seus pais ou maridos (LERNER, 2019, p. 248). A filosofia desenvolvida por Aristóteles, basilar para o pensamento grego clássico, é pautada na dominação masculina. Para o filósofo, as mulheres são biologicamente inferiores aos homens, definidas por ele como machos mutilados, seres incompletos e defeituosos. Em sua teoria sobre a origem da vida humana,

Aristóteles considera a contribuição do homem muito superior à da mulher para a procriação, pois além da superioridade do aparato biológico, os homens também eram elevados espiritualmente, característica impossível para as mulheres, já que estas não possuíam alma.

Lerner (2019) reflete que esse princípio da filosofia aristotélica não ficou isolado em sua obra biológica, toda sua filosofia conclui que as mulheres são seres inferiores nas mais diversas instâncias. Aristóteles justifica que por serem biologicamente defeituosas, todas as suas capacidades são danificadas, como as de argumentar e tomar decisões, por isso não podem participar da vida política e devem ser dominadas pelos homens. Para discutir sobre escravidão, o filósofo utiliza a metáfora do casamento para elucidar a relação do senhor com o escravo, pois acredita que alguns nasceram para dominar e outros para serem dominados. Toda a visão de Aristóteles é dicotomizada e hierárquica, destaca Lerner: “A alma comanda o corpo; o pensamento racional comanda o emocional; humanos comandam os animais; homens comandam mulheres; senhores comandam escravos; e gregos comandam bárbaros” (LERNER, 2019, pp. 255-256).

Aristóteles faleceu em 322 a.C. e sua teoria biológica, com o avanço da ciência, provou-se inconcebível. Por quê, então, muito do pensamento do filósofo reverberou durante séculos? Mesmo sua filosofia política sendo misógina, fazendo da inferioridade feminina algo incontestável e natural, muitos pensadores basearam-se nela para elaborar suas próprias teorias⁸. A resposta para o questionamento é dupla: além da interpretação tradicional do mundo ser predominantemente patriarcal, sempre elevando a posição dos homens, a hierarquia de gênero é fundamental para a manutenção do sistema capitalista. Saffioti (1987), referindo-se às categorias de gênero e raça, observa que a discriminação é uma das engrenagens do capitalismo, pois quanto mais discriminado determinado grupo social for, mais facilmente se sujeitará ao trabalho mal remunerado e de péssimas condições. Logo, não é acaso a civilização ocidental, tal como explicada anteriormente nos termos de Hall (2016), ter como raízes de seu sistema de ideias, os símbolos integrados à filosofia de Aristóteles e aos fundamentos judaico-cristãos (LERNER, 2019).

Tais concepções até aqui elencadas foram construindo, ao longo da história, o estereótipo da mulher ocidental e, assim, instituindo as definições de gênero, bem

⁸ Segundo Lerner (2019, p. 257): “as definições de classe, de propriedade privada, de explicações científicas seriam debatidas durante séculos depois com base no pensamento de Aristóteles [...]”.

como as relações de poder delas resultantes. Cada sociedade determina o comportamento apropriado para mulheres e homens e os lugares que cada um deve ocupar de acordo com certos princípios que derivam de uma categorização hierárquica e hegemônica. Pode-se denominar essa descrição como “papéis de gênero”. Pela perspectiva de Saffioti (2015), o gênero é uma categoria histórica que regulamenta social e culturalmente os papéis femininos e masculinos, a partir de normas impostas, as quais expressam-se nas relações entre homens e mulheres, mas também entre mulher-mulher e homem-homem. A desigualdade de gênero é fabricada pela tradição cultural de uma sociedade, suas estruturas de poder e os agentes que estão envolvidos nos vínculos sociais. Dessa forma, não é natural e sim construída historicamente.

Embora em seu livro *O poder do macho* (1987) Saffioti ainda não utilize o termo “gênero”, ela reflete sobre os “papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo” e como os processos socioculturais são naturalizados, o que é crucial para a discussão. É característico dos humanos elaborar socialmente os fenômenos naturais, no entanto, também se tornou característica da espécie, fazer de processos socioculturais, fatos naturais. A autora brasileira oferece como exemplo a afirmação de que o espaço doméstico é o lugar *natural* das mulheres, devido a sua capacidade de gerar vidas e de serem mães. Tal declaração *naturaliza* um resultado da história (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Dar o título de *natural* para circunstâncias socioculturais faz da sua contestação algo impróprio, afinal vai contra a *natureza*. Por isso, muitas das definições de gênero são disseminadas como *naturais*, a fim de manter as pessoas aprisionadas em estereótipos convencionados, já que existem metáforas, como as da Bíblia, e noções, como as de Aristóteles, que interpretadas pelo olhar patriarcal, ajudam a legitimar a naturalização.

Por ser uma categoria histórica, o gênero e suas convenções transformam-se ao longo do tempo, de acordo com a necessidade e evolução das sociedades. No período da caça às bruxas na Europa, por exemplo, as mulheres eram caracterizadas como selvagens, rebeldes, demoníacas, promíscuas e excessivamente emocionais. Quando a perseguição às bruxas acabou, esse estereótipo modificou-se radicalmente. A partir do século XVIII, a mulher domesticada passa a ser o padrão. Federici (2017, p. 205) acrescenta: “Agora as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles”. É nesse momento que a suposição de que as mulheres

pertencem *naturalmente* ao ambiente doméstico é estabelecida como um cânone, sustentando-se principalmente na ideia de fragilidade feminina.

Essas transformações atendem às demandas do sistema capitalista, o qual desenvolveu uma nova divisão sexual do trabalho, excluindo as mulheres do emprego assalariado e tornando seus corpos em máquinas para produzir mão de obra. As mulheres, portanto, passaram a ocupar quase exclusivamente o ambiente doméstico porque o trabalho reprodutivo que realizam é necessário para a manutenção da ordem econômica em questão. O novo arranjo capitalista criou

um processo complexo de engenharia social que, em poucas décadas, retirou as mulheres – em especial as mães – das fábricas, aumentou substancialmente os salários da mão de obra masculina, o suficiente para sustentar a dona de casa “que não trabalhava”, e instituiu formas de educação popular para ensinar às operárias as habilidades necessárias ao trabalho doméstico. [...] Essa reforma não foi promovida apenas por governos e empregadores. Os trabalhadores do sexo masculino também exigiram a exclusão das mulheres das fábricas e de outros espaços de trabalho assalariado, com o argumento de que o lugar delas era em casa (FEDERICI, 2021, pp. 157-158).

É preciso ter em vista que todos esses aspectos relacionados aos papéis de gênero são de caráter hegemônico e universalizante que constroem um imaginário social, o qual, além de criar desigualdades, também tende a eliminar as diferenças. Há que se considerar, contudo, que a noção apresentada sobre o espaço doméstico como o lugar de pertencimento natural das mulheres, não abarca as mulheres negras e indígenas, nem mesmo com a ordem capitalista. Quando se cunhou o estereótipo de que as mulheres deveriam estar confinadas ao ambiente privado, produzindo o trabalho doméstico, este era destinado às mulheres brancas. Afinal, as negras sempre estiveram no âmbito público batalhando por sobrevivência. Tanto em situação de escravas, como de mulheres livres, as tarefas domésticas do seu próprio lar e o cuidado da sua própria família, nunca foram seu único trabalho. Lélia Gonzalez (2020) afirma que, após a abolição da escravatura no Brasil, foram as mulheres negras que sustentaram a família em um primeiro momento, tendo que dividir-se entre o trabalho doméstico na casa da sua patroa e as suas obrigações familiares.

Nesse sentido, Carneiro (2003) reflete sobre o mito da fragilidade feminina e de como historicamente ele justificou a ação paternalista dos homens sobre as mulheres, e conclui que as mulheres negras nunca foram consideradas frágeis, uma

vez que precisavam ser constantemente fortes para sobreviver, por si e pelo bem de sua família e de sua comunidade. Desde o princípio, a maioria dessas mulheres trabalham fora de suas casas e enfrentam a dupla jornada do trabalho assalariado e dos cuidados com seu lar, por isso não se sentiram representadas quando as mulheres brancas começaram a reivindicar poder trabalhar no ambiente público. Gonzalez enfatiza que a doméstica negra é quem possibilitou a “emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (GONZALEZ, 2020, p. 43). A autora ainda constata, ao avaliar diversos dados sobre a situação das negras brasileiras, que a paulatina libertação das mulheres brancas só foi possível porque as negras continuaram a ser exploradas.

A experiência histórica das mulheres negras não pode ser comparada com a das brancas, pois a opressão que sofrem é primeiro imposta pela raça, depois pelo gênero. Dessa forma, percebe-se como os estereótipos criados pelas categorias de gênero são excludentes e invisibilizam determinadas existências, fazendo com que essas identidades não sejam apenas excluídas, mas sim desumanizadas. Gonzalez (2020) cita o ditado popular brasileiro “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” e conclui como as mulheres racializadas são animalizadas e alijadas de sua própria humanidade. Enquanto a branca é feita para o casamento, a negra é a empregada doméstica, o “burro de carga”, e a “mulata” representa o corpo animal e sexualizado dessas mulheres. A partir do momento que a raça como uma estrutura de classificação social foi concebida, todas que não eram a branca, foram consideradas como o *outro*, como o *não-humano*.

Essas construções socioculturais se arquitetaram na sociedade europeia e foram tomadas como universais quando os colonizadores europeus chegaram nos territórios do que viria a ser a América. Portanto, é com a colonial-modernidade que os conceitos ganham sentido universal e hegemônico. Nesse ponto, a análise crítica de Segato (2021) sobre a colonialidade é essencial para compreender tal processo. Partindo da teoria de Aníbal Quijano, a antropóloga demonstra que assim como a raça, o gênero da colonial-modernidade é resultado da biologização hierárquica que ocorre nos lugares colonizados. Nesse entendimento, a colonialidade cria categorias que classificam hierarquicamente os seres com base em uma explicação biológica, ou seja, nada mais do que a naturalização de processos socioculturais, como ressaltado anteriormente por Saffioti (1987).

Com essa hierarquização, na qual o ser que ocupa a mais alta posição social é o homem branco de posses, foi estabelecida uma esfera pública que é branca e masculina, mas que é disfarçada pelo discurso moderno de igualdade. De acordo com Segato (2021), os povos nativos da América por ela estudados também tinham uma hierarquia de gênero, que era organizada de forma dual e os agentes sociais tinham papéis complementares. Com a colonial-modernidade, todo o universo dual das sociedades pré-coloniais é transformado em um mundo binário, onde as relações são regidas pela oposição. Sendo assim,

[...] um mundo dual, de naturezas múltiplas comutáveis, transforma-se em um mundo binário, em que o outro, essencializado – biologizado – em sua posição particular de outro, nada mais é que uma função do *um*, e no qual a diferença constitui, portanto, um problema, a menos que possa ser filtrada por uma grade ou equivalente universal que a converta em comensurável ou a ejeite como residual em relação ao mundo relevante do *um*, masculino e branco, proprietário, letrado e *pater familias*, habitante nato da esfera de valor geral e relevância política, construída à sua imagem e semelhança e proclamada neutra. Os tipos de usurpação de valor permitidos pelas hierarquias ocultas de raça e gênero, agora mascaradas pelo discurso igualitário da modernidade, derivam de sua naturalização e do essencialismo dela resultantes (SEGATO, 2021, p. 27).

O discurso moderno de igualdade mencionado por Segato é, então, uma ficção. Não existe igualdade entre sujeitos que são categorizados socialmente como superiores e inferiores. Na verdade, o discurso que a modernidade elaborou de fato foi a consagração dos valores europeus como universais e, sobretudo, da centralidade do conhecimento produzido na Europa e a singularização da sua racionalidade (QUIJANO, 2009, p. 83). Além disso, a modernidade criou também a esfera pública, entendida como o único espaço onde o poder e a política manifestam-se e as verdades universais são enunciadas pelo seu sujeito nativo, o homem branco. Como o mundo moderno é binário, essa esfera só pode existir em contraste com a esfera privada, que é despolitizada e considerada essencialmente o lugar das mulheres.

Levando em consideração que é a partir do Iluminismo, fenômeno especificamente europeu, que a razão é colocada como o princípio da produção do conhecimento, o conceito de racional também é constituído pela lógica binária eurocêntrica. A racionalidade nasce, em tais moldes, como o oposto de emoção. O ser racional é aquele que consegue priorizar a razão acima de tudo, desconsiderando experiências emocionais e sentimentos. Retomando os papéis de gênero forjados

para a civilização ocidental, ficou historicamente entendido, como já evidenciado, que as mulheres eram controladas por suas emoções, conhecidas por irracionais. Dessa forma, encontravam-se no extremo oposto da racionalidade, ao passo que os homens sempre foram os representantes natos de tal noção, ou seja, aptos a produzir conhecimento e a exercer a atividade intelectual.

Nesse sentido, enquanto a esfera pública e a primazia pela racionalidade estavam sendo estabelecidas, a modernidade também estava gerando o intelectual moderno. Essas três invenções modernas acabam por relacionar-se diretamente, fazendo do intelectual um ser racional que age no âmbito público e para um público. Em seu livro *Representações do intelectual* (2005), Edward Said demonstra como é impossível existir um intelectual privado, pois a figura do intelectual moderno é concebida por seu papel público, seu modo de intervenção política e social. Para o autor, quando as palavras do intelectual são escritas, e então publicadas, ele ingressa na esfera pública.

Fica claro, portanto, que o exercício da intelectualidade se consolidou como uma atividade estritamente masculina, afinal os homens sempre foram caracterizados pela racionalidade e considerados os integrantes natos do espaço público. As mulheres são reconhecidas socialmente pelo extremo oposto. Conforme apresentado ao longo desta seção, a filosofia aristotélica, os fundamentos bíblicos, a modernidade, a colonialidade e o capitalismo, todos contribuíram para a construção do estereótipo da mulher ocidental como um ser irracional e habitante natural do mundo doméstico. É uma metáfora tão bem vinculada ao corpo social que acaba por legitimar a exclusão das mulheres do universo intelectual. Biologicamente não há diferença entre homens e mulheres no que concerne à capacidade de pensar. Mesmo assim, as definições de gênero estabeleceram a incapacidade intelectual das mulheres como algo natural, quando, na verdade, é um mito criado por um longo processo histórico e sociocultural que desfavoreceu o desenvolvimento da sua intelectualidade.

Privação educacional, indisponibilidade de estímulo cultural e falta de tempo foram os principais aspectos que dificultaram o acesso das mulheres ao espaço intelectual, esclarece Lerner (2019). Os homens sempre estudaram e tiveram a sua disposição o conhecimento, assim como a troca de estímulo cultural entre eles. Tendo em vista que não precisavam cuidar de suas casas, nem criar seus filhos, pois tinham mulheres para realizar essas tarefas, possuíam tempo de sobra para a construção de conhecimento e o exercício intelectual. Retomando a afirmação de Said (2005) sobre

o intelectual escrever e publicar para atingir a esfera pública, cabe a pergunta: como as mulheres poderiam realizar essa tarefa, se foram, durante séculos, impedidas de ter acesso à educação formal? Para Lerner (2022), as mulheres, como um grupo, viveram por mais tempo do que qualquer outro em uma “condição de ignorância ensinada, alienadas da própria experiência coletiva por meio da negação da existência da História das Mulheres” (LERNER, 2022, p. 31). A historiadora identifica que tal condição é sistemática:

A hegemonia do pensamento patriarcal na civilização ocidental não ocorre por superioridade em conteúdo, forma e realização em relação a todos os outros pensamentos; ela é construída sobre o silenciamento sistemático de outras vozes. Mulheres de todas as classes, homens de raças ou crenças religiosas diferentes das dominantes, pessoas definidas como desviantes por eles – tudo isso tinha que ser desencorajado, ridicularizado, silenciado. Acima de tudo, essas pessoas precisavam ser impedidas de fazer parte do discurso intelectual. Pensadores patriarcais construíram seu edifício como estadistas patriarcais construíram seus estados: definindo quem ficaria de fora (LERNER, 2022, p. 343).

Todos os construtos socioculturais apontavam que as mulheres não poderiam compor o discurso intelectual, entretanto, por serem justamente expectativas de gênero e não a realidade de fato, muitas mulheres, ao longo do tempo, ousaram apropriar-se desse discurso. Foi um processo custoso e cruel, pois primeiro tiveram que reivindicar o acesso à educação e provar sua capacidade de produzir conhecimento, além de serem obrigadas, muitas vezes, a abdicar de outras partes de suas vidas, como o casamento e a maternidade. Antes de tudo, elas precisaram dispensar grande esforço intelectual para provar que não eram intelectualmente inferiores ou seres incompletos, ou seja, muito do seu poder criativo foi consumido para dissolver os princípios patriarcais (LERNER, 2022, pp. 31-32). Por isso, o desenvolvimento da intelectualidade das mulheres, como grupo, foi tão lento e doloroso.

Quando a ordem patriarcal não conseguiu deter essas mulheres que subverteram os papéis de gênero impostos em sua época, tratou de apagá-las da História. A negação de uma História das Mulheres, mencionada por Lerner, pode ter sido o maior obstáculo para o crescimento intelectual coletivo das mulheres. Neste ponto, é preciso esclarecer a diferença entre história e História. Lerner (2019) entende que existem esses dois tipos, os quais ela distingue pelas iniciais minúscula e

maiúscula. A história consiste em todos os eventos passados que os seres humanos se recordam. E História é o passado interpretado, ordenado e registrado, que surge na Antiga Mesopotâmia com a invenção da escrita. Considerando que o pensamento patriarcal já vigorava em tal período, a História foi escrita por homens de classes privilegiadas, que fizeram de seus correspondentes os grandes protagonistas. As mulheres foram excluídas dessa narrativa, suas experiências e ações não ganharam registro e a interpretação histórica que fizeram foi ignorada.

Nesses termos, é como se as mulheres não tivessem contribuído com o fazer História, quando, na realidade, sua história, que é tão vasta quanto a dos homens, não foi interpretada como importante e, por isso, não foi inscrita na memória histórica. “A dialética da história das mulheres” é como Lerner (2019, p. 29) nomeia a tensão entre a experiência real das mulheres e o impedimento de interpretar suas próprias experiências. A ausência das mulheres na História é uma violência sem precedentes, de teor misógino, que ditou severos limites sociais e, sobretudo, afetou negativamente o seu desenvolvimento intelectual. Geração após geração, mulheres pensadoras elaboravam suas ideias e teorias sem ter o conhecimento de que outras mulheres, no passado, já haviam empreendido os mesmos esforços (LERNER, 2022, p. 33). Essa falta de continuidade do pensamento atrasou o autoconhecimento das mulheres, no sentido de reconhecerem sua capacidade mental e de tomarem consciência que a sua suposta inferioridade não era natural.

Por fim, a partir das constatações feitas até aqui, é possível concluir como todas as estruturas, sejam elas históricas, políticas, sociais ou culturais, estabeleceram o espaço intelectual como o não-lugar das mulheres. O estado de silêncio das mulheres não foi somente imposto pela Bíblia, calar suas vozes é uma estratégia milenar do patriarcado. No entanto, como pontuado por Saffioti (2015), onde há relações de dominação-exploração, há luta e resistência. Em todos os períodos da História existiram mulheres que conseguiram retirar de suas bocas as mãos que tentavam impedi-las de falar e que, assim, sofreram as mais violentas e perversas condenações por romperem com as expectativas de gênero. Mulheres e intelectualidade foi uma combinação historicamente construída como proibida, todavia, por não ser um construto natural e sim sociocultural, modificá-lo é possível, como bem demonstraram muitas mulheres ao longo do tempo. Revisitar a História tradicional e resgatar suas vivências e manifestações é honrar suas renúncias, além de produzir a continuidade do conhecimento elaborado por mulheres.

1.3 Com a palavra, as mulheres brasileiras

*Ele se assustou quando não deixei me interromper
Ele não gostou quando mostrei saber
Ele se alterou quando viu que eu sabia ler
Então gritou quando percebeu que eu podia
escrever.*

(Jamille Santos)

Para as mulheres, a habilidade de escrever representa não apenas um ato de resistência, como também uma força motriz, capaz de criar rachaduras na estrutura patriarcal. Marta Nunes da Costa (2019) declara que é a partir da intervenção escrita que as mulheres se afirmaram como sujeitos existentes e públicos. Essa desobediência ao patriarcado, o qual instituiu historicamente as mulheres como não-sujeitos, significa um perigo para a dominação masculina da sociedade. Por isso, o acesso à educação foi tão importante para o avanço do desenvolvimento intelectual coletivo das mulheres, uma vez que possibilitou sua apropriação da escrita e o reconhecimento de sua capacidade mental.

No cenário brasileiro, é em meados do século XIX, em 1827, que a educação formal passou a ser direito das mulheres, mais especificamente das meninas, pois a lei determinava que elas poderiam estudar apenas nas escolas femininas de primeiras letras. Até então, frequentar escolas no país era exclusivo para os homens e, dessa forma, o número de analfabetas era imenso. Apenas algumas mulheres, em geral das classes mais abastadas, eram educadas em casa, em prol dos afazeres domésticos, noção que perdurou também nas escolas, as quais diferenciavam os estudos entre os meninos e as meninas.

A possibilidade de as mulheres frequentarem a escola ocorreu devido às mudanças na conjuntura política e sociocultural da época. Com a vinda da família real portuguesa para o país em 1808, a parte elitizada da sociedade colonial passou a conviver com os costumes europeus diretamente e comportar-se conforme a etiqueta e o modismo daquele continente, acarretando em uma efervescência cultural. Mais tarde, com a proclamação da independência em 1822, confirma Guacira Lopes Louro (2006), cunhou-se uma necessidade de renegar o caráter colonial do país. O ideal do Império do Brasil era tornar-se um território civilizado e moderno, e a educação foi uma de suas ferramentas, pelo menos no discurso oficial, para a nação deixar de ser

vista como atrasada e primitiva, acrescenta Louro. Embora legislativamente as mulheres tivessem a garantia de uma educação formal, na prática, o número de escolas femininas era muito inferior. Tanto que, em 1853, Nísia Floresta⁹ ainda reivindicava o acesso à educação para as mulheres brasileiras: “educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?” (FLORESTA, 2010, p. 108).

Em 1872, quase 90% das mulheres brasileiras eram analfabetas¹⁰. A primeira brasileira a obter um diploma de ensino superior, Maria Augusta Generosa Estrela, acabou graduando-se nos Estados Unidos em 1882. No Brasil, foi apenas em 1879 que passou a ser permitida a admissão de mulheres em universidades e a primeira formada foi Rita Lobato, mulher branca, em 1887. Segundo Fúlvia Rosemberg (2013), somente quase trinta anos depois a primeira mulher negra, Maria Rita de Andrade, obteve seu diploma de bacharel em direito, em 1926, e apenas no século XXI, em 2006, a primeira mulher indígena conquistou o título de doutora: Maria das Dores de Oliveira, da etnia Pankararu.

Rosemberg (2013), percebe, ao realizar um panorama do processo educacional das mulheres no Brasil, “que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República – pouco afetaram a paisagem” (ROSEMBERG, 2013, p. 164). Em 1942, por exemplo, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, na qual havia prescrições especiais para ensino feminino. Entre elas a inclusão da disciplina de Economia doméstica na 3ª e 4ª série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, além de uma orientação metodológica para o ensino focado na natureza da personalidade feminina e na missão da mulher dentro do lar. O panorama de Rosemberg permite concluir que a instrução dada às mulheres, até

⁹ Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, foi uma importante intelectual do século XIX. Nascida no Rio Grande do Norte, Nísia publicou aos 22 anos o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), a qual, segundo a própria autora, foi uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft. De acordo com Duarte (2003), o primeiro livro de Nísia inaugura o feminismo brasileiro. Em sua carreira, ela publicou 15 obras, nas quais ela sempre se preocupou em tratar dos direitos das mulheres, dos negros e dos indígenas, bem como de afirmar que a educação é a “base principal do grande edifício social e da felicidade pública e particular” (FLORESTA, 2010, p. 108).

¹⁰ De acordo com gráfico sobre o índice de analfabetismo no Brasil entre 1872 e 2009, o qual encontra-se disponível no texto *Mulheres educadas e a educação de mulheres* (2013), na página 162, de Fúlvia Rosemberg, presente no livro *Nova história das mulheres no Brasil*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. Todas as porcentagens relativas ao analfabetismo nesta seção baseiam-se nesse gráfico.

há pouco tempo (e ainda hoje em alguns âmbitos), estava a serviço da manutenção da estrutura patriarcal:

O modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era o de Sant'Anna Mestra, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente, sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. (ROSEMBERG, 2013, p. 164).

Mesmo assim, a educação possibilitou às mulheres reconhecerem sua capacidade intelectual. De acordo com Duarte (2017), a partir do momento que as mulheres tiveram acesso ao letramento, elas apropriaram-se da leitura, o que permitiu-lhes ter consciência do lugar subalterno que ocupavam na sociedade e de como seu analfabetismo era uma exceção quando comparado aos homens. Logo começaram a adentrar à literatura, como ficcionistas ou poetisas, também passaram a ser críticas e produzir escritos engajados tanto em favor de seus direitos, como em relação a outros temas. Duarte aponta que, no caso brasileiro, os jornais e as revistas foram os primeiros espaços onde as mulheres publicaram seus trabalhos letrados. Mais do que os livros, completa a autora, foram estes os principais veículos de divulgação de obras femininas, o que acabou por transformá-los também em espaços de união e resistência.

Aos poucos o cenário educacional foi tornando-se cada vez mais acessível às mulheres brasileiras. Na década de 1970, o índice de analfabetismo quase igualou-se entre mulheres e homens, cerca de 49,1% e 46,5%, respectivamente. Apesar de ainda ser um alto percentual, é possível perceber a evolução da alfabetização das mulheres em relação à década de setenta do século anterior. Em 1971, declara Rosemberg (2013), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi derrubada a última barreira legal que impedia a equivalência entre os cursos secundários, o que foi intensamente benéfico para as mulheres, pois daí em diante, o curso normal secundário, frequentado predominantemente por elas, passou a viabilizar o ingresso ao ensino superior.

No entanto, essas conquistas educacionais não alcançaram as mulheres negras e indígenas, bem como tais percentuais não se referem a elas. A realidade é que, no mesmo período, quase metade das mulheres negras brasileiras tinham no máximo um ano de estudo (CARNEIRO, 2020, p. 21). Em relação ao nível superior, enquanto as mulheres brancas representavam um percentual de 4,2%, apenas 0,4% de mulheres negras encontravam-se nesse nível de escolaridade (CARNEIRO, 2020, p. 22). No que concerne às mulheres indígenas, não há informações referentes à mesma época, porém, o Censo Demográfico de 1991 indica que 53,8% das mulheres indígenas ainda eram analfabetas para somente 12,6% de mulheres brancas. Esses dados indicam, tal como afirma Gonzalez (2020), que as amefricanas e as ameríndias da América Latina são as mulheres mais oprimidas e exploradas dessas sociedades, devido ao caráter duplo de sua condição biológica: racial e sexual.

O final dos anos setenta do século XX observou uma intensa e radical reviravolta nos paradigmas políticos, sociais e culturais relacionados às mulheres, tanto no Brasil, como no restante do Ocidente. Consequência do fortalecimento do movimento feminista que nessa época levantou a bandeira “o pessoal é político”, colocou-se em pauta um debate que há muito vinha se impondo como urgente: as relações homens-mulheres e as condições específicas das mulheres, tal como sexualidade, aborto e contracepção, dupla jornada de trabalho, a discriminação e violência sofridas. Tão grande foi a proliferação dos ideais feministas e das reivindicações em torno dos direitos das mulheres, que 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher, período que se estendeu até 1985, constituindo o Decênio da Mulher. Assim, a produção teórica sobre as mulheres e suas condições de existência multiplicou-se no período. Duarte (2003) explica como ocorreu no Brasil a instituição do pensamento gerado pelo feminismo:

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras (DUARTE, 2003, p. 167).

O feminismo brasileiro, entretanto, consolidou-se de maneira bem distinta do europeu e do norte-americano, apesar de ser afetado por eles. Tendo em vista que o Brasil enfrentava nesse mesmo período o terrorismo de Estado praticado pela ditadura militar, a formação do movimento feminista foi marcada por esse contexto. Céli Pinto (2003) salienta que grande parte do feminismo brasileiro foi formado por mulheres que também militavam em organizações de esquerda. Dessa forma, por estarem majoritariamente alinhadas à esquerda, as reivindicações das feministas brasileiras da época iam além da sua luta específica pela transformação das relações de gênero, elas também se preocupavam com todos os setores marcados pela desigualdade social, assim como empenhavam-se para contribuir com a derrota dos militares e a com a redemocratização da sociedade.

O Brasil estava sujeito à violência da ditadura militar desde 1964. Com um golpe há muito arquitetado, os militares tomaram o poder no dia primeiro de abril, expulsando o então presidente João Goulart do cargo. Sob o pretexto de “drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964)¹¹ e prometendo ser uma intervenção rápida para recuperar a economia do país e estabilizar o cenário político, o exército e seus apoiadores consolidaram um novo Estado autoritário e decretaram um sistema repressivo para controlar os opositores e impedir qualquer tentativa de resistência.

O regime durou 21 anos e suas ações foram muito além de buscar interromper a chamada “ameaça comunista”. Com leis e decretos, impôs uma série de silenciamentos e, em seus porões, escondeu seu caráter assassino, a tortura dos corpos e desapareceu com inúmeras identidades. A partir de discursos conservadores, os militares orquestraram uma violenta repressão também por insubmissão aos padrões morais estabelecidos, o que era visto como ameaça à “família tradicional brasileira”. Sem dúvidas, tudo relacionado ao feminismo e à liberdade das mulheres e seus direitos era considerado imoral pela direita conservadora. Maria Amélia de Almeida Teles (2015), em seu artigo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, discorre sobre alguns exemplos do caráter misógino da ditadura:

¹¹ Trecho do preâmbulo do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964.

A Revista Realidade, n. 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por abordar o resultado de uma pesquisa sobre o que as brasileiras pensavam. Foram entrevistadas 1.200 mulheres sobre casamento, parto e maternidade, sexualidade, religiosidade. O motivo da proibição total foi, segundo Carlos Azevedo, jornalista da revista, a reportagem: “Assista um parto até o fim” com uma foto de uma mãe que acabava de ter o bebê. Era uma foto em que a mãe estava de costas e, portanto, não havia nenhuma exposição dos órgãos genitais da parturiente, apenas a cabecinha do bebê apontando. O mesmo aconteceu com o Jornal Movimento n. 45 quase dez anos depois, em 1976. O jornal tratava da situação das mulheres no trabalho, até as tabelas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) foram totalmente censuradas, a edição não chegou sequer às bancas. E também com Cassandra Rios (1932-2002), escritora de contos eróticos lésbicos, que foi a primeira mulher best-seller (chegou a vender um milhão de exemplares), teve a sua editora proibida de funcionar em 1976, pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão. Foi a escritora mais censurada na ditadura (TELES, 2015, pp. 1006-1007).

Os próprios grupos de esquerda, que lutavam pela redemocratização do país, também estigmatizavam o movimento feminista, pois não viam a importância das pautas relacionadas à agenda específica das mulheres diante dos problemas que o país enfrentava. Visto que muitas mulheres atuavam nas duas frentes, pelo fim da ditadura e pela sua emancipação, sua dupla militância não foi bem acolhida pelas organizações de esquerda, as quais, segundo Ana Maria Colling (1997), julgavam as pautas feministas como inoportunas e inconvenientes, de caráter divisionista que atrapalhavam a luta realmente importante. O movimento de esquerda era instituído por uma hierarquização de gênero machista e sexista, pois além de negar as demandas feministas, também atribuía às mulheres, em grande parte, tarefas domésticas ou acessórias no interior do próprio movimento.

Essa desigualdade de atribuições e a desvalorização das discussões feministas não se constituem em fenômenos que se possam atribuir ao acaso. A título de exemplo, a reflexão de Céli Pinto (2003) sobre as exiladas é significativa. A partir de 1968, principalmente, muitos brasileiros partiram para outros países em busca de exílio, pois estavam sendo perseguidos pelo regime militar. Diversas mulheres exiladas entraram em contato com o movimento feminista dos lugares onde estavam. Imediatamente, os homens exilados criticaram essa aproximação com o movimento. Apesar de atribuírem o seu posicionamento à questão da divisão da luta, eles sabiam que também consistia em uma ameaça ao poder que exerciam tanto nas organizações, como nas relações pessoais. Para se ter noção até onde os homens

foram para boicotar essa aproximação, em 1972 a militante exilada Danda Prado fundou em Paris o Grupo Latino-Americano de Mulheres para discutir questões voltadas às suas situações específicas. Pinto conta que a Frente de Brasileiros no Exílio ameaçou retirar o apoio financeiro das famílias que tivessem mulheres frequentadoras das reuniões do grupo de Danda Prado (PINTO, 2003, p. 53).

Colling (2005) destaca que para a esquerda tradicional as diversidades dividem e enfraquecem a luta central e que, em épocas de autoritarismo, só existem duas identidades: o apoiador ou o opositor. Estes discursos, sinaliza a autora, “anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político” (COLLING, 2005, p. 96). Não obstante, a participação feminina na resistência à ditadura militar foi ampla e as mulheres participaram em todas as frentes, inclusive na luta armada.

Conforme Teles (2015) observa a partir de dados levantados pelo *Projeto Brasil: nunca mais*, dos 7.367 opositores processados judicialmente, 12% eram mulheres, enquanto dos 70 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, foram 17%. No livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* (2010) consta o testemunho de 27 mulheres sobreviventes e a história de outras 45 que foram vítimas fatais do regime ditatorial. Nos arquivos da Comissão da Verdade de São Paulo estão registradas 20 mulheres entre mortas e desaparecidas. Estas informações denotam que inúmeras militantes políticas lutaram pela redemocratização da sociedade e que, dessa forma, também engrossaram as trincheiras de lutas políticas que agiam para repudiar a ditadura (TELES, 2015, p. 1010).

As mulheres feministas só conseguiram efetuar suas lutas dirigidas com mais veemência já no final da década de setenta, quando começa um processo lento e gradual de abertura política. A partir de 1975, foram criadas muitas organizações, grupos e eventos de cunho feminista por todo o país. Cabe também destacar que muitos periódicos foram fundados, como o *Brasil Mulher* (1975-1979) e o *Nós mulheres* (1976-1978), ambos comprometidos em resistir à ditadura militar e discutir acerca dos temas importantes para as mulheres, além de divulgar obras produzidas por elas. O jornal *O Mulherio* (1981-1988) foi a primeira iniciativa periódica institucionalizada de estudos científicos sobre as mulheres. Em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, o que acabou por modificar todo o cenário político brasileiro e, conseqüentemente, o social e o cultural. Tal como sugere Pinto (2003), com a abertura

política muitas mulheres que estavam exiladas em outros países começam a retornar ao Brasil, promovendo ainda mais o crescimento do movimento feminista no país. No mesmo ano, ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, a partir de então, o feminismo enquanto campo epistemológico e matriz teórica também começa a consolidar-se nos âmbitos acadêmicos e culturais, sobretudo, conforme exposto anteriormente na perspectiva de Duarte (2003).

Embora a intensificação das atitudes feministas tenha se dado no final da década de setenta, conforme exposto, é importante destacar que algumas mulheres conseguiram realizar trabalhos voltados para o tema já nos anos sessenta e início dos setenta. Como é o caso de Carmen da Silva, que escreveu a coluna “A arte de ser mulher” entre 1963 e 1985, na *Revista Claudia*, onde abordava diversos temas polêmicos à época, como aborto, maternidade, segurança íntima, trabalho feminino, entre outros. Em 1966, Carmen publicou um livro de mesmo nome que a coluna, com alguns artigos já veiculados. Rose Marie Muraro também deve ser lembrada, pois lançou em 1966 o livro *A Mulher na construção do mundo futuro*, e em 1970, *Libertação Sexual da Mulher*. Heleieth Saffioti apresentou a tese *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, em 1967 para obter o título de Livre Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Posteriormente foi publicada em formato de livro, em 1976. No mesmo ano, Heloneida Studart escreveu o livro *Mulher: objeto de cama e mesa*. Já Zahidé Machado Neto ministra um curso na Universidade Federal da Bahia, em 1973, de nome “Sociologia da família e relações entre os sexos”. Heloisa Buarque de Holanda (2019) apresenta outros dois exemplos especiais:

Em 1974, várias pesquisadoras brasileiras participam da “Conferência sobre perspectivas femininas nas ciências sociais latino-americanas” realizada em Buenos Aires e, em 1975, tem lugar na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o seminário – Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres, organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas¹² (HOLANDA, 2019, p. 14).

Sendo assim, é possível concluir que as mulheres brasileiras consolidaram seu lugar no espaço intelectual enquanto tinham em seu horizonte a violência e a

¹² Na página 104 encontra-se uma explicação mais completa sobre a Fundação Carlos Chagas, assim como a sua contribuição para os estudos feministas.

crueldade da ditadura militar. Em termos educacionais, foi durante esse período que os índices de analfabetismo entre homens e mulheres igualaram-se: ambos com 26,6% em 1985, ano em que terminou o regime. Logo em 1991 invertem-se os números e, pela primeira vez na história do Brasil, existiam mais homens analfabetos do que mulheres. Não há como desassociar essas conquistas da ativa movimentação dos movimentos feministas da época e das reivindicações de inúmeras mulheres que lutaram por seus direitos de emancipação, de maneira coletiva ou individual. É importante frisar esta diferença entre as manifestações, porque muitas mulheres da época não se denominavam feministas, apesar de trabalharem pela perspectiva feminista tal como entende-se hoje. Holanda (2019) esclarece, por exemplo, que Heleieth Saffioti não se identificava como feminista e que esta recusa era quase uma regra entre muitas intelectuais brasileiras, pelo menos até a década de noventa.

De qualquer forma, as mulheres intelectuais brasileiras fincaram sua bandeira neste território até pouco tempo exclusivo dos homens, enquanto os movimentos feministas tinham seu momento de maior expressividade no país até então, assim como os estudos feministas e de gênero disseminavam-se nas academias e em outros espaços de produção do saber. Paralelamente, a ditadura militar seguia seu curso como um trem sem freios, saindo dos trilhos, violentando milhares de pessoas e deixando o país em destroços. A resistência também se articulava e fortalecia o caminho rumo à redemocratização do país. Este complexo contexto do Brasil do final da década de setenta constitui-se em um período de intensas transformações dos paradigmas que regiam a sociedade. Seja pela perspectiva das conquistas das mulheres, seja pelos parâmetros culturais que serão abordados no próximo capítulo.

2. Do contexto nascem os textos

2.1 A cultura brasileira em tempos de ditadura militar

*Colocam algemas
em pulsos inocentes.
Contra palavras – há muros
contra lamentos, murros.*

(Lara de Lemos¹³)

De 1964 a 1985 o Brasil esteve aprisionado pelas algemas da ditadura militar. Muros e murros eram a realidade do país então comandado violentamente pelos militares que, desde o primeiro ato institucional, conferiram poderes de exceção a si próprios e usaram as vias legais para aplicar seu autoritarismo. Entre atos institucionais e complementares, decretos-leis e leis de segurança nacional, os ditadores instauraram um regime cruel, fortalecido por apoiadores civis, que operava a partir da perseguição, da censura, da tortura, dos assassinatos e dos desaparecimentos forçados. Em seus 21 anos de duração, a ditadura passou por diferentes fases, algumas mais brandas, outras mais brutais, mas sempre violentas.

Ao longo dessas duas décadas, o cenário cultural respondeu aos diferentes momentos ditatoriais, de acordo com a necessidade de cada um desses períodos. A primeira fase do regime é caracterizada por uma certa liberdade de expressão cultural, visto que, logo após o golpe, os militares não perseguiram diretamente os artistas e intelectuais esquerdistas. Preocupados em extinguir as organizações políticas e suas vertentes, eles permitiram a circulação das produções de esquerda, as quais, segundo Heloisa Buarque de Holanda (2004), já dominavam o panorama cultural antes de 1964. A autora observa que as manifestações culturais pós-golpe são constituídas pelo discurso nacionalista e populista que formavam a ação política e cultural da

¹³ Lara Cibelli de Lemos (1923 - 2010) foi poetisa, jornalista, professora e tradutora. Gaúcha nascida em Porto Alegre, Lara residia no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. Engajada politicamente já em 1961 quando compôs com Paulo César Pereio o “Hino da legalidade”, em defesa da posse de João Goulart, a intelectual foi presa duas vezes na década de setenta, na segunda sendo levada com seu marido e dois filhos. Teve de interromper sua carreira jornalística tamanha a perseguição militar que sofreu. O trecho que compõe esta epígrafe pertence ao poema “De súbito é o susto”, presente no livro *Inventário do medo*, de 1997. Nesta obra, Lara compartilha suas experiências como prisioneira da ditadura militar em formato de poesia.

esquerda pré-golpe, reformuladas, assim, para definir táticas de atuação na nova conjuntura. Apesar de não impedir a circulação do ideário esquerdista, o governo de Castelo Branco (1964 - 1967), primeiro presidente do regime, bloqueou o seu contato com as classes populares. De certo modo, essas produções eram consumidas apenas por um público específico, de intelectuais e estudantes de classe média, principalmente, que já eram aliados políticos, pode-se dizer.

Marcos Napolitano (2001) demonstra que a estratégia dos militares consistia em isolar os artistas, pois acreditavam que, enquanto estes opositores estivessem em contato apenas com a classe média consumidora de cultura, não seriam um perigo. O resultado de tal abrandamento foi a supervalorização da cultura, tornando-a um espaço privilegiado para a atuação política da esquerda derrotada. Sem dúvidas, a indústria cultural também se reestruturou a partir desse fenômeno. Representado, sobretudo, pela música popular, pelo teatro e pelo cinema, o vigor cultural que caracterizou os primeiros anos da ditadura tomou novas proporções a partir de 1967, ano que “marcou o auge da popularidade da ‘arte engajada’ brasileira” (NAPOLITANO, 2001, p. 59). Levando em consideração que nesse mesmo momento a esquerda estava cada vez mais dividida entre a luta armada e a luta política pacificada, e a ditadura crescia institucionalmente, a cultura continuava a desempenhar um papel fundamental na oposição, tentando chegar a todos os públicos, mesmo que impedida.

Entre o fim de 1967 e o início de 1968 uma certa crise começou a rondar o engajamento cultural, uma vez que, mesmo com toda a repercussão, o regime militar não estava regredindo, pelo contrário, estava tornando-se mais poderoso. Além disso, embora os intelectuais e artistas engajados tivessem prestígio e espaço na mídia, assim como na indústria cultural, ainda estavam isolados das classes populares e não conseguiam alcançá-las (NAPOLITANO, 2001). É nesse contexto de autocrítica da resistência cultural que nascem os ideais tropicalistas. A Tropicália surgiu como uma resposta a essa “crise das propostas de engajamento cultural, baseadas na cultura ‘nacional-popular’ e que se via cada vez mais absorvida pela indústria cultural [...]” (NAPOLITANO, 2001, p. 64). Manifestado em diferentes expressões artísticas, como as artes plásticas, o teatro, o cinema, a literatura, o movimento alcançou sua maior representatividade na música, especialmente com Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé e a banda *Os Mutantes*. O Tropicalismo caminhava na contramão da visão nacionalista proposta pela esquerda, conforme explica Napolitano (2001, p. 65):

Ao contrário das propostas da esquerda nacionalista, que atuava no sentido da superação histórica dos nossos 'males de origem' (subdesenvolvimento, conservadorismo etc.) e dos elementos arcaicos da nação (como o subdesenvolvimento socioeconômico), o Tropicalismo nascia expondo e assumindo estes elementos, estas relíquias. Essa nova postura dos artistas por um lado se afastava da crença da superação histórica dos nossos arcaísmos (não só estéticos, mas sobretudo socioeconômicos) base da cultura de esquerda. [...] ao justapor elementos diversos e fragmentados da cultura brasileira (nacionais e estrangeiros, modernos e arcaicos, eruditos e populares), o Tropicalismo retomava o princípio da antropofagia do poeta Oswald de Andrade, criada no final dos anos 1920, como forma de sintetizar e criar a partir destes contrastes.

Em outras palavras, o Tropicalismo combinava a tradição da música popular com o rock e o pop internacional, produzindo uma arte de vanguarda experimental que manifestava o estereótipo do Brasil como um paraíso tropical, não deixando de lado a crítica ao período em questão. Percebe-se que o movimento ia além das inovações estéticas, sua intervenção tinha como objetivo modificar os costumes culturais hegemônicos daquela época. Por esse motivo, é considerado como o representante que concretizou a contracultura no Brasil. O movimento de contracultura¹⁴ popularizou-se no final da década de sessenta como uma revolução cultural global que visava transformar a estrutura hegemônica. O imaginário e as práticas contraculturais foram propagadas especialmente pela juventude da época, tanto que, como elucida Leon Kaminski (2019), 1968 ficou conhecido como o ano do "poder jovem", o qual ficou marcado por uma juventude que acreditou na transformação da sociedade. Muitas manifestações com diferentes objetivos aconteceram ao longo deste ano lideradas por organizações jovens e estudantis, em diferentes países e continentes, com grande repercussão nos Estados Unidos e na França¹⁵.

¹⁴ Ainda que muitos identifiquem o surgimento da contracultura nos Estados Unidos, Leon Kaminski (2019) reflete que a sua formação aconteceu a partir de trocas culturais para além de limites geográficos únicos, seu imaginário expressou-se em uma escala transnacional. A contracultura, mesmo amparada em contextos locais, nasceu de um cenário pós-guerra que atingiu inúmeros países e, assim, repercutiu em muitos deles. De fato, no cenário norte americano, a contracultura foi um movimento de massa, tornando-o referência, todavia, não é possível atribuir seu nascimento exclusivamente ao país.

¹⁵ Em maio de 1968, em Paris, ocorreu uma das maiores manifestações jovens. Protestando contra a reforma universitária, os estudantes parisienses ocuparam as universidades e as ruas de Paris com barricadas e massivos protestos, reivindicando também uma revolução cultural. Influenciados pelos estudantes, em torno de 10 milhões de operários também paralisaram e ocuparam as fábricas. As ruas de Paris tornaram-se um verdadeiro espaço de guerra, com a repressão lutando violentamente contra as manifestações. Esse episódio ficou conhecido como "Maio Francês", o que influenciou a luta jovem

O Brasil também assistiu a crescente onda revolucionária da juventude contestadora em seu território. Com a influência da contracultura e o período totalitário em que vivia o país, os jovens, principalmente os estudantes, organizaram um movimento massivo. Em março de 1968, realizaram um protesto estudantil no Rio de Janeiro para reivindicar melhorias nos serviços universitários, onde o secundarista Edson Luís foi morto pelos militares que invadiram o local do protesto. Esse foi o momento em que a mobilização estudantil se transformou em um movimento social de massa, explicam Schwarcz e Starling (2015). Dessa forma, apenas ser estudante no Brasil de 1968 já era motivo de perseguição. Mesmo assim, em 26 de junho os jovens estudantes lideraram a maior manifestação de protesto desde o golpe: a Passeata dos Cem Mil, como ficaria conhecida posteriormente, reuniu estudantes, intelectuais, artistas e religiosos no centro do Rio de Janeiro, que clamavam pelo fim da ditadura e por suas liberdades democráticas.

A resistência crescia, portanto. Na cultura, a Tropicália estava chegando até as classes populares, enquanto o imaginário da contracultura e suas práticas alternativas¹⁶ cresciam espontaneamente. Intensificaram-se também a guerrilha urbana e a luta armada. Além dos estudantes, os trabalhadores fortaleciam seus setores de oposição. É preciso lembrar que essas manifestações de resistência iam contra todos os ideais da ditadura, tanto por opor-se politicamente, quanto por infringir as suas leis morais. À essa agitação da oposição, o presidente Costa e Silva respondeu com a instituição do AI-5, em treze de dezembro de 1968, que se caracteriza como o mais repressivo dos dezessete Atos Institucionais decretados ao longo do regime. A partir de então, o presidente podia fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais e proclamar estado de sítio; cassar todos os tipos de mandatos legislativos e executivos; perseguir e vigiar qualquer cidadão; suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos; confiscar bens como punição para corrupção. Também foi estabelecido que os acusados por crimes contra a Segurança Nacional seriam julgados em tribunais militares, sem direito a nenhum recurso, inclusive o de *habeas corpus*.

A essa altura, a ditadura até então envergonhada, como designa Elio Gaspari

e organizada em muitos outros lugares do mundo, por isso também passou a ser chamado de “Maio de 68” (COLLING, 1997, p. 38).

¹⁶ De acordo com Kaminski (2019, p. 20), o espírito da contracultura era composto pela arte de vanguarda, pela liberdade sexual, pela estética psicodélica, pela primazia ao pensamento oriental e o abandono ao ocidental, pelas vivências comunitárias e produções culturais alternativas.

(2014), passou a ser escancarada, agindo sem máscaras. O AI-5 define o começo dos chamados anos de chumbo, que se estendem até o final do governo do general Emílio Garrastazu Médici, o qual assumiu a presidência poucos meses após o decreto. O governo Médici (1969 - 1974) representa o momento mais bárbaro do regime. Desde o início, aqueles que discordavam das ideologias do governo, políticas e morais, eram considerados inimigos e assim passavam a ser perseguidos e tratados como criminosos. Nos anos de chumbo a repressão tornou-se cruel e a tortura, prática instaurada desde o governo Costa e Silva (1967 - 1969), criou raízes como política de Estado.

O AI-5 pode ser caracterizado como um segundo golpe, que, além de cassar todas as liberdades democráticas, modificou drasticamente o cenário político-cultural da virada para os anos setenta (HOLLANDA, 2004). A censura, prática institucionalizada desde a constituição de 1946, e aliada da repressão militar desde o início, tomou proporções nunca vistas após 1969. Todas as vozes que criticavam o governo militar e aquelas que iam contra os padrões morais conservadores, foram amordaçadas pela censura. Sendo assim, não eram apenas os militantes políticos que sofriam retaliação, intelectuais, artistas e professores passaram a ser alvos da repressão. Centenas foram presos e torturados, outras dezenas procuraram exílio em diferentes lugares do mundo. A cultura brasileira do início dos anos 1970 vivia uma nova crise:

Ao menos quatro tendências básicas configuravam uma cena cultural complexa e paradoxal, após o silêncio imposto ao rico debate político e cultural de 1968 pelo AI-5; o exílio e a censura impingidos aos principais artistas e intelectuais; o crescimento notável dos meios de comunicação de massa; a propaganda ufanista do regime militar; e a busca de novos espaços e estilos de expressão cultural e comportamental (NAPOLITANO, 2001, p. 81).

O governo de Médici também tinha como prioridade conquistar o apoio da classe média, por isso instituiu uma política de estímulo ao consumo. De fato, o Brasil observou um crescimento econômico contundente nesse período. Chamado de “milagre econômico”, esse desenvolvimento se deu devido à baixa inflação e aos investimentos estrangeiros que retornaram ao país junto ao golpe e também aos reajustes salariais, sobretudo. Schwarcz e Starling (2015) afirmam que o milagre auxiliou no controle sobre a sociedade, criando uma sustentação de apoio para o

governo, especialmente com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), um órgão de comunicação que elaborou um marketing político criativo e diferenciado, para veicular uma propaganda otimista que demonstrava a grandeza nacional. Parecia que de fato os militares estavam finalmente cumprindo uma de suas promessas originais, de revitalizar a economia do país. Entretanto, o “milagre econômico” se sustentou apenas porque o sistema repressivo utilizou da censura para impedir a publicação de críticas e de denúncias sobre as suas consequências.

A conquista da Copa do Mundo de 1970 pela seleção brasileira promoveu ainda mais a propaganda de que o país vivia uma época triunfante. A momentânea prosperidade econômica proporcionou também a expansão dos meios de comunicação e da indústria cultural. As produções culturais que em nada atingiam a ditadura militar eram consumidas em grande escala. Napolitano (2001) evidencia que, pelas bancas de jornais e pela televisão, a cultura começou a chegar nas classes mais populares. Todavia, foram as manifestações veiculadas pelo governo que atingiam esse público, tal como a música de Dom e Ravel, que representava o ufanismo verde-amarelo, com sua letra “Eu te amo, meu Brasil”¹⁷.

A oposição ao regime enfrentou nesses anos iniciais da década de setenta o seu maior desafio: reconstruir a resistência democrática durante a truculência dos anos de chumbo. A cultura de resistência, caracterizada pelo “desbunde”, se viu obrigada a modificar suas técnicas e utilizar novos recursos para reerguer-se. Consequência também do movimento de contracultura, já no final dos anos sessenta “formou-se no Brasil uma rede ‘alternativa’ de consumo de cultura, mais ligada a uma lógica artesanal de produção, desligada das grandes empresas que passavam a dominar o mercado” (NAPOLITANO, 2001, pp. 82-83). A produção marginal literária, teatral e cinematográfica começou a expandir-se então, mesmo com a vigilância e as limitações financeiras, principalmente no círculo universitário, no qual os jovens estudantes tentavam firmar a tendência de construir um mercado cultural significativo (NAPOLITANO, 2001).

Outra vertente que inventou estratégias de resistência para a nova conjuntura foi a imprensa alternativa. Embora tenha surgido logo após o golpe, o fenômeno alternativo da imprensa intensificou seu trabalho de resistência político-cultural em

¹⁷ *Dom e Ravel* foi uma dupla de irmãos cearenses que ficou famosa nos anos setenta por suas composições ufanistas, como a música “Eu te amo, meu Brasil”, a qual foi adotada pelo governo militar como parte de suas propagandas patriotas.

meados de 1969, em resposta ao AI-5. Segundo Bernardo Kucinski (1991), a perseguição a jornalistas e intelectuais dessa geração foi sem precedentes. Colaboradores de *Pasquim* (1969-1991)¹⁸ e *Opinião*¹⁹ (1972-1977), por exemplo, grandes representantes dessa fase, foram presos diversas vezes, bem como muitos dos seus números foram apreendidos, mesmo após passar pela censura prévia. Os militares, desde o início, perseguiram os jornais que veiculavam qualquer manifestação da oposição, contudo, durante os anos de chumbo, a retaliação foi imensa e muito mais violenta.

De acordo com Maria Paula Araújo (2000), a imprensa alternativa, que viveu seu momento mais notável durante a década de setenta, era constituída por periódicos que questionavam a ditadura militar a partir do ideário da esquerda, denunciando a violência e a arbitrariedade do governo autoritário. Sobre suas características, normalmente eram jornais em formato de tabloide ou mini tabloide, com tiragens muitas vezes irregulares (ARAÚJO, 2000). A forma como eram comercializados também variava, alguns eram vendidos em bancas, outros de mão em mão, dependia da proporção do periódico e do momento em que estava circulando. Além da perseguição, os alternativos também sofriam com os problemas financeiros, uma vez que a maioria dependia do apoio de seus próprios editores e colaboradores e dos patrocínios e assinaturas que conseguiam. Era difícil manter-se com tamanhas dificuldades, por isso muitos fecharam suas redações cedo, enquanto outros conseguiram sustentar-se por um pouco mais de tempo. Segundo a autora, as publicações alternativas podem ser divididas em três categorias:

a) jornais de esquerda (que se vinculam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas 'alternativos' ou 'malditos' – os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada 'imprensa negra', os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.) (ARAÚJO, 2000, p. 21).

¹⁸ *Pasquim* foi um periódico alternativo editado no Rio de Janeiro que circulou entre 1969 e 1991, reconhecido por seu caráter humorístico e irônico em oposição à ditadura militar brasileira.

¹⁹ De acordo com Kucinski (1991), *Opinião*, lançado em 1972, foi o jornal alternativo mais influente de toda a década de setenta, embora tenha tido uma curta trajetória, sendo fechado em 1977 devido à repressão.

O panorama cultural brasileiro vai se transformar novamente em 1974. No final de 1973, a economia do país entrou em crise, devido, especialmente, à redução da oferta do petróleo e da dívida externa com os Estados Unidos, restando apenas as consequências do “milagre”²⁰. Sendo assim, o governo encontrou-se em uma posição fragilizada e a oposição que vinha agindo de forma clandestina durante os anos de chumbo, cresce novamente, fazendo com que os militares repensem suas estratégias, sobretudo em relação à presidência. Por essa razão, Ernesto Geisel, que pregava a volta da institucionalização do regime, tal como foi proposto em seu início, é indicado como sucessor de Médici. Em março de 1974, Geisel tomou posse como presidente, anunciando um programa de “distensão política, lenta e gradual”, o qual foi fortemente contestado pela linha-dura militar. Mesmo assim, um dos primeiros atos do novo presidente é a suspensão da censura prévia do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Com a promessa de abertura política no horizonte, a resistência cultural volta a crescer. Neste período, muitos jornalistas e intelectuais presos terminam de cumprir suas penas, voltando à vida civil. Artistas exilados que já estavam retornando ao país aos poucos, regressam em grande quantidade depois de 1974. Esses retornos marcam profundamente o campo cultural. Em relação à imprensa alternativa, Kucinski (1991) observa que se multiplicam os jornais criados, por exemplo. No entanto, o governo Geisel (1974 - 1979), mesmo prometendo a abertura, continuou a usar a censura e uma certa perseguição para tentar manter o controle do país, já que muitos acontecimentos políticos, como a vitória da oposição nas eleições legislativas de 1974, continuavam a enfraquecê-lo.

Dessa forma, a cultura continuava andando em uma corda bamba esticada pela ditadura militar. A forma como a censura funcionava nesse período de suposta brecha dificultava os caminhos que a oposição cultural poderia seguir. O jornal *Movimento* originado em 1975, por exemplo, foi perseguido desde sua primeira edição, sendo sempre submetido à censura prévia. Além disso, a literatura, até então pouco proibida, passou a ser constantemente censurada após 1975. O acontecimento que radicalizou o mundo da cultura e da imprensa, formando um intenso tsunami de

²⁰ Como consequência, a concentração de renda que já vinha aumentando graças a restrição salarial que não repassava para os trabalhadores os ganhos de sua produtividade, deslançou. A inflação voltou a subir sem freios (chegando a 235% em 1985) e a dívida nacional tomou enormes proporções. Assim, uma severa recessão financeira recaiu sobre os brasileiros, prejudicando sobretudo as classes mais baixas.

oposição, modificando mais uma vez esse quadro, foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, que foi torturado e assassinado²¹ nas dependências do DOI/CODI paulista, após se apresentar voluntariamente para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro.

As manifestações públicas que surgiram após a morte de Herzog foram as primeiras de impacto desde o AI-5. Segundo Schwarcz e Starling (2015), cerca de trinta mil estudantes das principais universidades paulistas entraram em greve e paralisaram as aulas. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo também reagiu e liderou uma rede de informações que denunciou a morte de seu colega e protestou contra a violência do regime. Logo, “começou a se alinhar uma ampla frente de mobilização contra a ditadura, que reunia o MDB, o Sindicato dos Jornalistas, o movimento estudantil, a OAB, a CNBB e a ABI [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 801). No dia 31 de outubro de 1975, reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, mais de oito mil pessoas em frente à catedral para homenagear Herzog e desafiar a ditadura com seus protestos silenciosos. No Rio de Janeiro, na mesma hora, em torno de setecentos jornalistas encheram o auditório da Associação Brasileira de Imprensa, para honrar a memória de Herzog.

É nesse contexto que vão surgir as revistas *Almanaque* (1976-1982) e *Versus* (1975-1979), objetos de investigação deste trabalho, especificamente no momento em que a cultura volta a ser o lugar da rearticulação política, como uma esfera pública da oposição civil (NAPOLITANO, 2001). Mesmo com os militares ainda controlando a situação social e política, a possibilidade de abertura e o fortalecimento da cultura de oposição tanto na classe média, como nas classes populares, estimularam o debate político em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 1977 o movimento estudantil retornou com grande força, já no ano seguinte o movimento operário realizou uma série de grandes greves. Deste ponto em diante, percebe-se, a luta pela redemocratização e a discussão política não eram mais pautas exclusivas dos militantes e dos intelectuais, elas também passaram a “ocupar o primeiro plano entre os grandes temas em debate na sociedade brasileira” (NAPOLITANO, 2001, p. 121).

²¹ A nota oficial do governo declarou a morte de Herzog como suicídio. Porém, essa versão dada pelos militares foi facilmente desmentida, uma vez que em foto encontrada no laudo, Herzog estava com os pés no chão e as pernas dobradas, com um tira de pano, a qual ele não possuía antes, enrolada em volta do pescoço.

A resistência estava realmente conseguindo rachar a estrutura do regime militar, fazendo da abertura política uma realidade. Com os artistas e intelectuais assumindo uma postura mais crítica e agressiva e a vida nacional recebendo novamente as massas que estavam impedidas de se posicionar durante um longo tempo, a relação de forças entre a sociedade civil democrática e o Estado liderado pelo autoritarismo, mudaram de maneira irreversível (NAPOLITANO, 2001). A primeira vitória dessa oposição crescente pós-1975, chega em primeiro de janeiro de 1979 com a revogação do AI-5. Além disso, a lei da censura prévia também é revogada e, assim, a cultura brasileira respira e mais uma vez o seu cenário é alterado. O final da década de setenta, portanto, é marcado por uma efervescência cultural revolucionária, definida pelo slogan “contra todas as ditaduras”.

Em março de 1979 toma posse o último presidente do regime militar, João Figueiredo, o qual prometeu democratizar novamente o Brasil. Alguns, tal como a historiadora Colling (1997), consideram o final da ditadura em 1979, pois, além do fim do AI-5, em agosto deste ano foi instituída a Lei da Anistia. Todavia, a ditadura militar brasileira acabou oficialmente em 15 de março de 1985, quando Figueiredo deixou a presidência, após a eleição indireta de janeiro nomear Tancredo Neves²² como futuro presidente do Brasil, finalizando, assim, esse violento capítulo da história do país.

2.2 A propósito de *Almanaque* e *Versus*: fontes privilegiadas

*Mas as circunstâncias históricas são a mãe e o pai
das revistas e dos jornais. Cada circunstância
permite o nascimento ou a morte das publicações.*

(Versus, 1976)

Na seção anterior foi possível perceber que os últimos anos da década de setenta no Brasil são caracterizados por um contexto cultural efervescente e complexo. É nesse cenário que a luta pelos direitos das mulheres cresce e intensifica-se o movimento feminista, assim como a intelectualidade coletiva das mulheres começa a firmar-se de fato, conforme explorado no primeiro capítulo. *Almanaque* e *Versus* nascem dessas circunstâncias históricas. Em meio a esse período de

²² Tancredo Neves faleceu antes de estar na presidência. Quem assumiu foi seu vice, José Sarney.

transformações, ambas as revistas foram criadas a partir de projetos de resistência que acreditavam na necessidade de intervir em seu presente e modificá-lo. Embora apresentem características diferentes entre si, elas compõem o mesmo movimento intelectual e cultural do final dos anos setenta.

Nesse sentido, levando em consideração que uma das propostas desta pesquisa é resgatar os trabalhos das mulheres intelectuais que fizeram parte deste fenômeno, colocando-as, então, no percurso da História, além de produzir a continuidade de seus saberes, enxergar *Almanaque e Versus* como fontes históricas permite realizar essa tarefa. Também, mais do que contribuir com a produção de memórias femininas, pretende-se refletir sobre a trajetória intelectual como uma narrativa composta por mulheres, para enfim abandonar-se a perspectiva do intelectual moderno repetidamente representado por uma figura masculina. Portanto, as revistas literárias e culturais apresentam-se como objetos de pesquisa singulares para a produção do estudo em questão, visto que, segundo Beatriz Sarlo (1992), são fontes privilegiadas para conhecimento da História intelectual:

[...] las revistas abren una fuente privilegiada para lo que hoy se denomina historia intelectual. Instituciones dirigidas habitualmente por un colectivo, informan sobre las costumbres intelectuales de un período, sobre las relaciones de fuerza, poder y prestigio en el campo de la cultura, relaciones y costumbres que no repiten de manera simple las que pueden leerse en los libros editados contemporáneamente. Resistiéndose a una perspectiva crítica formalista, las revistas parecen objetos más adecuados a la *lectura socio-histórica*: son un lugar y una organización de discursos diferentes, un mapa de las relaciones intelectuales, con sus clivajes de edad e ideologías, una red de comunicación entre la dimensión cultural y la política (SARLO, 1992, p. 15, grifo nosso).

Logo, para a realização desta pesquisa não basta apenas catalogar os nomes das mulheres intelectuais que participaram das revistas elencadas e suas referentes produções, é preciso mergulhar na conjuntura da época, entender como os meios intelectual e político-cultural comportavam-se, pois só assim será possível compreender as posições que as mulheres ocupavam, os papéis que desempenhavam, para então alcançar todas as condições de produção de seus trabalhos. Tendo em vista que o tempo das revistas é o seu presente, no sentido de que partem das problemáticas do presente para elaborar sua sintaxe (SARLO, 1992), pode-se dizer que as revistas são testemunhas de tal momento e que possuem, então,

a capacidade de revelar o cenário político, cultural e social da época em que circularam.

Por tais características, sobretudo por serem como “mapas das relações intelectuais” (SARLO, 1992), as revistas culturais e literárias constituem-se como fontes mais propícias que os livros para uma leitura sócio-histórica neste sentido aqui proposto. Conforme Regina Crespo (2011), ao contrário dos livros, as revistas não possuem uma autoridade atemporal, pois estão relacionadas ao imediato e ao transitório, no entanto, é justamente essa relação que viabiliza seu comprometimento com o presente em que circulam, inclusive tornando-as capazes de interferir, de certo modo, em tal conjuntura. Sua temporalidade marcada é um fator favorável, porque, ao capturar esse presente em suas edições, as revistas o revelam para quem as investiga quando o seu tempo já se converteu em passado, ou seja, se tornam evidências. Logo,

observar esse presente a partir do estudo das revistas implica proceder a uma espécie de “imersão” em suas páginas, a fim de entender a sua inserção política, o seu papel social, a sua função cultural, o seu projeto estético e, principalmente, a vitória ou o fracasso de suas apostas ideológicas na época em que circularam (CRESPO, 2011, p. 99).

Apesar de ambos intervirem em seu tempo, as revistas também se diferem dos jornais. Estes lidam com fatos e notícias imediatas, no calor da hora, enquanto aquelas trabalham com um tempo menos urgente e rígido, com uma elaboração mais longa e um espaço material geralmente maior, observa Crespo (2011). Mesmo que estejam associadas ao imediatismo, tal como os jornais, as revistas abordam as urgências de sua época de maneira menos instantânea, produzindo um conteúdo mais elaborado, com textos mais analíticos. Outra diferença apontada pela autora é que, normalmente, as revistas culturais e literárias sobrevivem precariamente, enfrentando problemas financeiros e de distribuição, o que acaba, por vezes, impossibilitando uma publicação longínqua. Já os jornais possuem uma estrutura mais poderosa, especialmente no quesito financeiro.

Portanto, “as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais” (CRESPO, 2011, p. 99), além de estarem em uma posição híbrida, uma vez que pertencem tanto ao meio jornalístico, como ao espaço artístico-intelectual. Esse entrelugar que habitam possibilita a criação de redes

intelectuais, nas quais literatas(os), críticas(os), ativistas políticos e jornalistas encontram-se no mesmo espaço. Ademais, por sua materialidade mais elaborada, as revistas contornam a transitoriedade a que estão relacionadas, ao mesmo tempo em que aproveitam a facilidade de distribuição e baixo custo em relação aos livros e, assim, alcançam um público mais amplo, expandido a sua atividade para fora do círculo restrito das redes intelectuais que compõem (CRESPO, 2011).

Tanto Sarlo, quanto Crespo, referem-se em seus trabalhos às revistas culturais e literárias produzidas na América Latina. Em vista de suas teorias, pode-se afirmar que as revistas do subcontinente revelam características que as unem em um conjunto, possibilitando analisá-las como um fenômeno único. Dessa forma, as revistas brasileiras aqui investigadas fazem parte deste grupo latino-americano. Crespo (2011) elucida que, no século XIX, as revistas latino-americanas desempenhavam uma função praticamente exclusiva de difundir a criação literária. Com o passar do tempo, principalmente ao longo do século XX, elas tornaram-se um espaço de enunciação de um projeto coletivo, o qual representa “o ponto de vista de um grupo, sua intervenção político-ideológica, seu lugar e suas ferramentas na arena cultural” (CRESPO, 2011, p. 102). Publicar uma revista passou a ser sinônimo de fazer política cultural na América Latina, afirma Sarlo (1992).

Sendo assim, essas revistas são parte fundamental do movimento político-cultural latino-americano, pois são instrumentos de intervenção que, em muitos casos, tornaram-se espaços de resistência e de luta (CRESPO, 2011), tais como as analisadas neste trabalho. Os países do Cone Sul, que sofreram com as ditaduras a partir da segunda metade do século XX, tiveram uma intensa proliferação de revistas político-culturais que surgiram para enfrentar e resistir aos regimes autoritários. Alguns exemplos são: *Araucaria de Chile* (Paris e Milão, 1978-1990), *Controversia* (México, 1979-1981), *Cuadernos de Marcha* (Uruguai, 1967 -1974) e *Hum@* (Argentina, 1978-1999).

Cristiano Couto (2015) relata que tanto revistas que concordavam com a opinião corrente, que iam ao encontro dos aspectos os quais afetavam seu presente, como aquelas que iam contra o discurso hegemônico, fazendo da resistência e da crítica seu propósito, foram criadas ao longo da história da América Latina. Apesar de haver certa predominância destas últimas, justamente por seu caráter de intervir em uma problemática apresentada pelo presente, ambos os tipos integram a história

intelectual latino-americana e, por isso, são suportes materiais repletos de chaves de análise para compreendê-la (COUTO, 2015). Além disso,

[a] fundação de revistas culturais tem representado, na história da América Latina, ato de afirmação de identidades coletivas e de projetos ideológicos/estéticos, o que faz do periodismo político-cultural, lugar social coalhado de relações de poder, instrumento privilegiado para a análise da constituição e das transformações do pensamento crítico latino-americano, bem como para o estudo das 'formações' e 'redes intelectuais' que eventualmente se criaram no interior ou na periferia desses projetos agregadores (COUTO, 2015, p. 22).

Partindo do pressuposto que a figura intelectual surge na modernidade, quando instituída a esfera pública, e que, desde então, as revistas constituíram o espaço preferencial de sua circulação e atividade (COUTO, 2015), o vínculo da intelectualidade com as revistas é um fruto moderno que, no cenário latino-americano, não pode ser ignorado. Roxana Patiño (2006) considera que o imaginário moderno estabeleceu os intelectuais como sujeitos capazes de interpretar uma época a partir de chaves fornecidas pelas representações de ideias, valores e experiências. A autora crê que as revistas “han sido el escenario privilegiado de esas ‘máquinas de interpretar’” (PATIÑO, 2006, n.p.), por isso é imprudente investigar qualquer cenário cultural moderno sem recorrer à elas,

o más precisamente, ninguna historia cultural o literaria podría prescindir - a riesgo de cortar un riquísimo tejido de religaciones - del recorrido por ese 'entrelugar', esa multiplicidad de fragmentos que es más que la suma de todos ellos y cuya riqueza habilita una lectura compleja de una sensibilidad social y cultural de una época (PATIÑO, 2006, n.p.)

Muitas pesquisadoras e pesquisadores têm viajado por esse entrelugar, especialmente nas últimas décadas. Crespo (2011) identifica que, na América Latina, as principais responsáveis pela sistematização das revistas como objetos de estudo foram pessoas oriundas da crítica literária e da história da literatura. Foram elas que perceberam a importância desse tipo de material para as suas investigações, colocando as revistas em um lugar de destaque nos estudos literários, enquanto “agentes importantes na construção e circulação de cânones e tradições e na difusão de correntes artísticas, literárias, estéticas e políticas” (CRESPO, 2011, p. 103). As revistas culturais e literárias são objetos plurais e dinâmicos que podem ser lidos por

diferentes lentes, uma vez que contribuem para o conhecimento de diversas dimensões. São um mundo tão amplo, elucidam Alexandra Pita González e María Del Carmen Grillo (2015), que sua riqueza parece nunca esgotar, independente da perspectiva em que são abordadas.

Devido à pluralidade que compõe essa valiosa fonte de conhecimento latino-americano, é importante sistematizar o modo como são estudadas, de forma que o caminho tomado seja apropriado para a investigação. Por este ângulo, Crespo (2011) oferece uma abordagem metodológica que se alinha com a presente pesquisa e utilizá-la permite um olhar trifocal sobre as revistas investigadas, no sentido de que o estudo tem como eixo analítico a relação entre as publicações, os grupos intelectuais e a conjuntura histórica e sociocultural. A autora propõe que existem diversos caminhos a seguir quando se analisam revistas culturais e literárias. Ela cita três: as revistas como baluartes culturais; as revistas como porta-vozes de uma corrente política; e o vínculo dos leitores com a revista (CRESPO, 2011, pp. 107-108). Essas vertentes não são excludentes, alerta, elas são complementares.

Neste trabalho será trilhado, principalmente, o primeiro caminho proposto por Crespo. Considerar *Almanaque* e *Versus* como baluartes culturais implica entendê-las simultaneamente como “polo emissor e campo de intersecção de propostas culturais, artísticas, literárias e políticas” (CRESPO, 2011, p. 107). Nesta linha de análise é necessário conhecer a estrutura interna das revistas, o modo como seu projeto editorial é organizado. Ademais, os critérios hierárquicos que definem os espaços de publicação são importantes para a investigação, então o olhar também recai sobre “quem assina os artigos, que temas ocupam mais ou menos espaço, como se organiza a apresentação dos textos, como se decidem os editoriais e quem os redige [...]” (CRESPO, 2011, p. 107). Conforme será observado ao longo das análises, algumas destas propostas mencionadas por Crespo destacam-se mais que outras de acordo com a construção de cada revista.

Embora as duas revistas possam ser consideradas como baluartes culturais, existem diferenças significativas entre elas que precisam ser esclarecidas. Enquanto *Almanaque* publicou 14 números e era mais restrita aos meios intelectuais e acadêmicos, sendo vendida em livrarias sobretudo, *Versus* lançou 34 edições, mais algumas especiais, e teve ampla circulação nacional, inclusive internacional, chegando a vender 35 mil exemplares por edição, durante seu apogeu, entre julho e novembro de 1977, segundo Kucinski (1991). *Versus* nasceu de forma precária e

assim se manteve ao longo de sua vida, dependendo de patrocinadores, de anúncios e de seus assinantes, era vendida de mão em mão inicialmente e depois em bancas. Já *Almanaque* não dependia de patrocínio externo, nem de publicidade, tampouco de assinantes, pois era bancada pela editora Brasiliense. Pode-se definir *Almanaque* como pertencente a uma elite acadêmica e *Versus*, apesar de também ser lida e construída por parte dessa comunidade, enquadra-se em uma categoria mais popular.

Retomando a classificação de Araújo (2000) para as publicações alternativas, pode-se atribuir *Almanaque* à categoria de revistas de contracultura. É interessante apontar que, conforme Maria Lucia Camargo (1998) explica, em torno de 1975, mesmo com a perspectiva de abertura política e a renovação da cultura, uma sensação de vazio cultural ainda estava presente. Com o propósito de preencher esse vazio, de tapar o oco na cultura feito pela ditadura militar, intensificou-se, nesse período, a publicação de revistas culturais e literárias. Camargo (1998) reflete sobre como essas revistas da década de setenta pretendiam suprir essa falta, colocando-se como suplementos, acrescentando o que estava faltando, isto é, um projeto cultural. Além disso, estavam inscritas sobre o imaginário da resistência, no sentido de que resistiam “ao estado policalesco, às velhas tradições, à transformação da arte em mercadoria de consumo rápido e à ascensão da cultura de massas” (CAMARGO, 1998, p. 3). *Almanaque* nasce desse ímpeto de resistir às estruturas dominantes, anunciado já em seu primeiro número publicado, quando, com o título desapresentação, escreve: “Contrafeito a demitir letra e til, cedilha e hífen, verá que só se escreve em não” (ALMANAQUE, 1976, p. 75).

Araújo (2000) coloca *Versus* na categoria de jornais de esquerda, uma vez que, apesar de ser uma publicação cultural, o seu projeto consistia em utilizar a cultura como ação política. De fato, a bandeira política estava à vista em todos os números do periódico, nitidamente como um representante da esquerda. Todavia, é plausível também pensar *Versus* como parte da mesma categoria de *Almanaque*. Crespo (2018) elabora uma análise pontual sobre *Versus* e comenta sobre como a postura do periódico já vem marcada no próprio nome, uma preposição que significa oposição: “*Versus* se anunciava e se estruturava como oposição, como um instrumento de reflexão *contra* a realidade em que circulava [...]” (CRESPO, 2018, p. 296, grifos da autora). Essa postura de que fala Crespo e o modo que *Versus* se comportou ao longo de suas edições, permite compreendê-la como parte desse movimento contracultural, mesmo que o negasse.

Nesse ponto, é necessário elucidar que *Versus* anunciava-se como um jornal, inclusive em seu primeiro editorial, no número 6 de 1976, os seus editores negam que a publicação seja uma revista cultural ou literária, afirmando que ser compreendida dessa forma os aborrecia. Porém, as suas características apontam para a forma de uma revista. Crespo (2018) enumera vários elementos que fazem de *Versus* esse tipo de periódico, sendo o mais significativo deles o tempo. Conforme demonstrado anteriormente, o tempo das revistas e dos jornais são diferentes, e *Versus* nitidamente não acompanhava o ritmo dos jornais. A publicação não lidava com o imediatismo das notícias, seu conteúdo era trabalhado por mais tempo, tanto que sua periodicidade era dilatada. Essa postura de *Versus* em relação às revistas culturais e literárias é compreensível dado o contexto da época, ressalta Crespo (2018, p. 296):

A forte repressão, as garras da censura, a busca de uma posição de ataque à dominação político-ideológica sofrida por todas as forças de oposição requeririam mais do que aquilo que se pensava que uma revista literária ou cultural era capaz de oferecer. E, claro, estamos falando aqui de uma definição, por assim dizer, tradicional de literatura e de cultura, totalmente desvinculadas da política – definição comum entre o público leitor e também entre muitos militantes de esquerda.

Mesmo que *Almanaque* e *Versus* tomem diferentes posições em relação à ação cultural, ambas são baluartes culturais, pois expressam propostas políticas, artísticas e literárias. Essas configurações distintas, aqui resumidas brevemente, permitem reconstruir a conjuntura intelectual do período. Ao elaborar uma análise comparativa entre duas revistas tão diferentes, mas que pertencem ao mesmo fenômeno de resistência cultural, pode-se observar o contexto de modo mais amplo, captando a personalidade daquele presente no que concerne às mulheres intelectuais. Essa foi uma das motivações que fizeram de *Almanaque* e *Versus* os objetos de estudo ideais para ressignificar a História da intelectualidade de resistência cultural ao regime militar a partir do resgate das produções de mulheres intelectuais.

3. A cultura como essência de uma luta apaixonada

*Estas são algumas das inquietações de Versus.
Não o trabalho de escrever na pirâmide dos
tempos, mas o de procurar o fogo que há em toda
a cinza.*

(Versus, 1976)

3.1 A trajetória de *Versus*

Em outubro de 1975 chegava às mãos das brasileiras e dos brasileiros a primeira edição de *Versus*, um “jornal bimestral de reportagens, ideias e cultura”²³ que iria revolucionar o jornalismo alternativo²⁴. Em formato tabloide, com 52 páginas e tiragem inicial de 12 mil exemplares em média, seu primeiro número apresentou um tema que atravessava a América Latina da década de setenta: a morte. A capa (figura 1) é estampada por um rosto marcado pelo medo, repetido diversas vezes, logo abaixo, os títulos das matérias ecoam a palavra “morte” e marcam a nacionalidade da qual partem. Com colaborações do argentino Ernesto Sábato, do uruguaio Eduardo Galeano, do peruano José María Arguedas e do mexicano Octavio Paz, o número 1 de *Versus* assume a identidade latino-americana, demonstrando que seu propósito enquanto periódico da imprensa alternativa consistia em apresentar a América Latina, sua história, seus heróis e sua cultura.

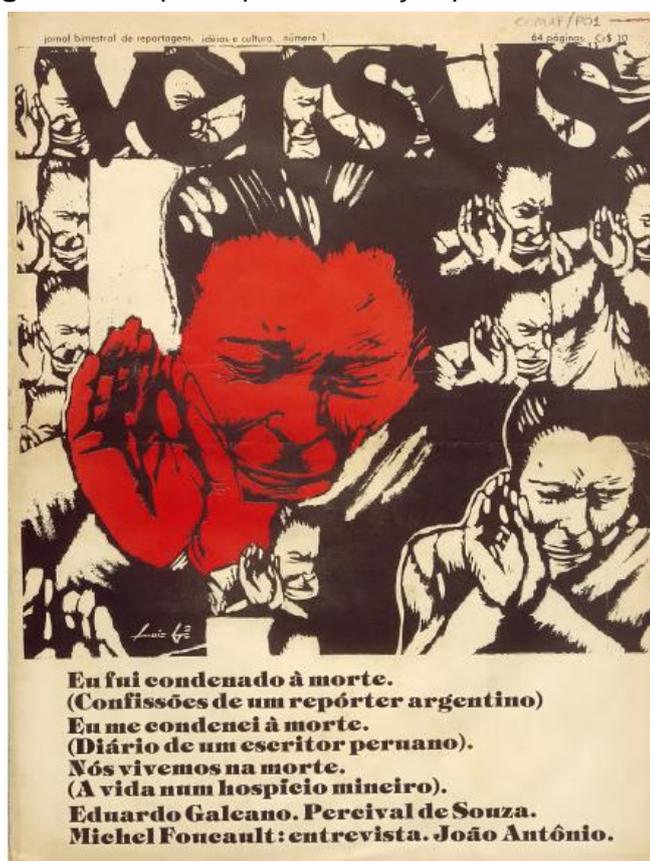
Elegendo a ação cultural como prática política, *Versus* constrói, desde seu início, uma rede de conhecimento latino-americano, um intercâmbio entre o Brasil e o restante da América Latina, principalmente com aqueles países que também viviam o terror de Estado praticado pelas ditaduras. A publicação construiu em suas páginas críticas a todos os regimes autoritários que no passado e na sua contemporaneidade

²³ É necessário lembrar que, embora apresente-se como um jornal, todas as características de *Versus* a constituem, tecnicamente, como uma revista: “periodicidade dilatada; manutenção de um número de páginas fixo (cerca de 40 páginas por edição); produção editorial cuidadosa; inovação permanente da parte gráfica, com páginas muito bem construídas espacialmente, ilustrações e charges elaboradas e espaço privilegiado para histórias em quadrinhos; pauta construída sobre densas reportagens, artigos opinativos e entrevistas dinâmicas e inteligentes” (CRESPO, 2018, p. 294).

²⁴ Parte desta seção foi publicada como capítulo de livro. Ver: MARTINS, M. L. Resistência, oposição e crítica: o papel de *Versus* frente à ditadura militar. In: DALTOÉ, A. S; et al. **Marcas da memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?**. Campinas: Pontes, 2022.

assolavam o continente latino-americano, no entanto, suas manifestações eram expressas através de metáforas, a partir de ficções, histórias em quadrinhos, ilustrações, poemas, ensaios, entrevistas, entre outras que permitiram o uso de uma linguagem literária.

Figura 1 – Capa da primeira edição publicada de *Versus*



Fonte: *Versus*, São Paulo, n. 1, out. 1975.

Versus foi idealizada e fundada pelo gaúcho Marcos Faerman. Foi ele quem construiu o projeto político-cultural da revista com foco no continente latino-americano. Faerman começou sua carreira na imprensa bem jovem, com apenas 17 anos já era contratado do jornal *Última Hora* de Porto Alegre. Com o golpe de 1964, o jornal foi fechado e substituído pelo *Zero Hora*, onde Faerman criou o Caderno de Cultura, com Luís Fernando Veríssimo, e trabalhou como secretário de redação e repórter. A militância política foi o catalisador da vida jornalística do gaúcho que, desde muito novo, convivia com os ideais de esquerda devido a laços familiares, já que seu tio, Carlos Scliar, atuava no Partido Comunista no sul do Brasil. Na escola, Faerman foi

líder da juventude estudantil comunista, produziu jornais estudantis engajados e manifestos. Inclusive, foi devido a um manifesto de sua autoria que ele conseguiu seu primeiro trabalho como jornalista profissional no *Última Hora*. Desde então, a militância política e o jornalismo andaram de mãos dadas na vida do gaúcho. Em 1964 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil e já em 1967 participou da direção da Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Em 1968, quando ajudou a fundar o Partido Operário Comunista, tornando-se diretor nacional, mudou-se para São Paulo e começou a trabalhar como redator no *Jornal da Tarde*, onde ficou por vinte e quatro anos.

Sendo perseguido pelos militares desde o início do governo Médici, Faerman se afastou da militância direta após ser detido e torturado por um mês na Operação Bandeirantes em 1970. A partir de então, passou a participar efetivamente da imprensa alternativa. Escreveu textos e produziu reportagens para *O Pasquim*, assim como ajudou a elaborar o combativo jornal *Ex-*, o qual dirigiu por seis edições em 1974. Este breve percurso pela trajetória de Faerman é importante para compreender como nasceu *Versus*. De acordo com Kucinski (1991), já no Caderno de Cultura do *Zero Hora*, o gaúcho utilizava os elementos básicos que viriam a compor *Versus*, como a estética e a diagramação, também a importância dada às imagens e às fotografias, as quais ocupavam um espaço essencial e não apenas acessório. Além disso, ainda segundo Kucinski (1991), houve uma edição dedicada a falar sobre a América Latina.

Nas seis edições de *Ex-* dirigidas por Faerman, a orientação do jornal passa a ser mais literária com certo foco no continente latino-americano, desviando brevemente da proposta inicial de produzir discursos diretos e sem barreiras, quase inteiramente políticos. Em entrevista a Kucinski (1991), Faerman afirma que o pessoal do *Ex-* possuía uma visão suicida, de fazer o necessário independente das circunstâncias, ele, no entanto, era mais cauteloso e leninista e gostaria de realizar uma construção a partir da cultura, pois “sempre havia brigado mais pela cultura, mesmo à custa de vender menos” (FAERMAN, 1991 apud KUCINSKI 1991, p. 128). Ao longo de sua carreira, Faerman foi construindo um projeto de ação cultural, que privilegiava a cultura dos povos latino-americanos e incluía o Brasil como parte dessa entidade. É com *Versus* que o gaúcho consegue efetivar tal projeto.

Na antologia *Versus: páginas da utopia* (2007), Omar de Barros Filho, editor da publicação durante seus quatro anos, relata que a influência cultural e política que *Versus* construiu foi imensa, muito maior do que pretendiam. Quando seu primeiro

número foi lançado, seus editores não imaginavam que ainda iriam publicar outros 33, sendo o último publicado em outubro de 1979. Nesses quatro anos, *Versus* publicou então 34 edições, com cinquenta páginas em média, mais alguns números especiais, dentre eles três em formato de quadrinhos. Distribuída de forma precária no início, vendida de mão em mão por seus editores e colaboradores e em algumas bancas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, seu alcance nacional não demorou, já em dezembro de 1976, o jornal estava nas bancas de todo o país, distribuído pela Abril. No ano seguinte, sua tiragem chegou a 30 mil exemplares por edição. Como muitos de seus colaboradores eram de outros países, *Versus* também circulou internacionalmente. A revista rompeu com diversas barreiras e chegou em muitos lugares, para muitas pessoas, mesmo em um momento complexo, onde a censura estava violenta, apesar da promessa do presidente Ernesto Geisel de uma abertura política.

Sua ampla circulação foi possível porque *Versus* manteve-se longe do crivo da censura, pois, além de utilizar uma linguagem metafórica e literária, muitas vezes seus editores praticaram a autocensura, como relata Barros Filho (2007). É claro, entretanto, que o seu grande alcance se deu, especialmente, pelo projeto inovador de Faerman, algo não visto em outros jornais ou revistas da imprensa alternativa, o que cativou muitos leitores. Outro ponto foi a beleza das suas edições. A personalidade estética de *Versus* era tão original quanto seu conteúdo. Com capas impressas em papel *offset*, a revista utilizava elementos gráficos para chamar a atenção do leitor, geralmente com o uso de cores fortes e contrastantes, bem como recorria a recursos que estabelecem certa harmonia com as temáticas das edições.

A beleza visual encontrada nas páginas de *Versus* faz com que a revista seja vista também como um objeto artístico, declara Kucinski (1991, p. 133). Ainda segundo o autor, o projeto gráfico de *Versus* foi inovador, diferenciando-se de tudo que já havia sido feito pela comunicação alternativa. A identidade visual proposta não transmitia apenas beleza, mas especialmente tensão e angústia, visando o “choque estético” (KUCINSKI, 1991, p. 134). A originalidade estava, sobretudo, na rejeição de um padrão fixo e na forma como os textos e as imagens eram dispostas ao longo de suas publicações, demonstrando não haver hierarquização entre ambos. As imagens, as fotografias e as ilustrações estabeleciam narrativas próprias e eram tão importantes quanto os textos e tinham grande espaço em todas as edições. Às vezes apareciam relacionadas às palavras que preenchiam a página, outras vezes não.

Para produzir a *Versus*, elucida Crespo (2018), Faerman inspirou-se, sobretudo, no projeto editorial de duas outras publicações: a uruguaia *Marcha* (1939-1974) e a argentina *Crisis* (1973-1976). Ambas possuíam o “mesmo espírito combativo e engajado no estudo e na defesa da América Latina” (CRESPO, 2018, pp. 282-283), o qual Faerman buscou incorporar em sua publicação. Inclusive, inúmeros textos originalmente publicados nessas duas revistas, foram republicados na revista brasileira. Houve trocas significativas entre os editores paulistas e os editores das outras publicações, o diretor de *Marcha*, Carlos Quijano, e o de *Crisis*, Eduardo Galeano.

Percebe-se que esse intercâmbio entre brasileiros e outros latino-americanos já está presente no processo de formação de *Versus*, o que acaba refletindo em seu conteúdo. Além de publicar muitos autores, narrativas ficcionais e reportagens sobre outros países do continente, *Versus* deu destaque para as produções brasileiras. A revista pode ser vista como um baluarte da cultura latino-americana, onde o Brasil é integrado a essa entidade, assim como a África. Em seu primeiro número não há um editorial falando sobre seus objetivos e propostas, esse pronunciamento vem apenas no número 6 (1976), para comemorar seu aniversário de um ano. No entanto, conforme é possível observar no trecho abaixo, seu projeto já ficou claro desde o seu número 1.

Há um ano, *Versus* nasceu. No dia 22 de outubro. Num cenário sombrio. Trazíamos a proposta: fazer um jornal brasileiro assumindo a América Latina. Em que a busca por nossas raízes fosse um programa. No qual a História seria um tema tão importante quanto ‘as novidades’. Um jornal sem vergonha de assumir a reflexão e a cultura, num momento em que na grande imprensa Letras, Artes e Pensamento eram relegados à ‘variedades’ [...] Por um jornal profundamente brasileiro, latino-americano, popular nas pesquisas e nos anseios, apoiado numa consciência crítica e democrática. Um jornal distante das igrejazinhas intelectualistas. Mas, ao mesmo tempo, estranho à demanda populista que tanto fascina alguns. Um jornal que não tem vergonha de ser apaixonado, apesar da moda ser o sociólogo e o economês (VERSUS, 1976, p. 2).

No editorial seguinte, presente no número 7 (1976), a revista relembra como a colonização destruiu as culturas nativas e escravizou os indígenas, identificando tais questões como algumas de suas muitas inquietações. Por isso, seu objetivo também era buscar os arquétipos da identidade latino-americana, compreender onde a América Latina estava situada: “nas flautas de nossos índios? Nas ruínas dos Sete

Povos das Missões? Na pele de um emigrante nordestino? No medo de um fuzilado de Buenos Aires? Nos escritos de José Martí? [...] Nos quadrinhos de Jô de Oliveira? Na voz de Noel Guarany?” (VERSUS, 1976, p. 2). *Versus* responde, ao longo de suas publicações, que o continente se encontra em todos esses lugares, em todas essas vozes, as quais estão presentes em suas páginas.

A cultura dos povos indígenas, sua arte e sua história, não somente dos brasileiros, mas também de todo continente americano, é assunto recorrente em *Versus* (ARAÚJO, 2000). Desde uma pequena resenha sobre o livro de Carmem Junqueira, *Os Índios de Ipavu: um Estudo sobre a vista do Grupo Kamaiurá* (1975), até histórias em quadrinhos sobre o líder indígena Tecumtha, *Versus* procurou diferentes formas de dar visibilidade ao tema. Mas não eram apenas matérias falando sobre os indígenas. Na publicação, eles tinham voz, por meio de depoimentos, entrevistas, relatos, manifestos, inclusive transcrições de assembleias onde lutavam por seus direitos.

No mesmo editorial do número 7, a revista afirma que está atenta à África, “uma das Mães de nosso povo”, pois “esta é outra memória que nos importa- e que estamos ajudando a sair das entranhas em que foi soterrada” (VERSUS, 1976, p. 2). Apesar de abordar o assunto em seus primeiros números, é a partir do número 12, de 1977, que *Versus* demonstra de fato sua ajuda para iluminar a história de opressão dos povos africanos, ao criar o caderno “Afro-Latino-América”. Idealizado por Faerman e organizado por Neusa Maria Pereira, Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi), Jamu Minka e, com o auxílio de Lélia Gonzalez, o caderno tinha como proposta resgatar a imprensa negra e dar voz aos negros latino-americanos²⁵. *Versus* escreve:

Afro-América-Latina, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas - prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vem sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana (VERSUS, 1977, p. 30)

²⁵ A criação do caderno foi outra inovação de *Versus*. A revista colocou em destaque a importância da chamada imprensa negra dentro de um periódico de ampla circulação que não tinha como seu principal objetivo essa temática. Conforme Lélia Gonzalez (2020), *Versus* era o único “jornal progressista”, fora dos específicos, que discutia sobre o racismo naquele momento. O caderno fez parte da revista até seu último número, em outubro de 1979.

Figura 2 – Capa do número 12 de *Versus*



Fonte: *Versus*, São Paulo, n. 12, ago. 1977.

A partir de então, um dos subtítulos presentes na capa, que desde o número 7 era “América Latina”, passa a ser “Afro-américa-latina”. As mudanças, contudo, não se referem apenas a títulos e subtítulos. Do número 13 em diante, *Versus* começa a mudar seus rumos, dando certa prioridade para assuntos relacionados à situação presente do país, diminuindo as manifestações referentes à história da América Latina. Ou seja, o projeto de *Versus* passa a ser mais politizado, inclusive pelo viés partidário, enquanto gradativamente abandonava a ação cultural. Levando em consideração as mudanças que ocorriam no cenário político dessa época – a volta dos movimentos estudantil e operário, as grandes greves dos metalúrgicos e dos sindicatos, além da questão internacional, com os Estados Unidos retirando o apoio às ditaduras – é possível compreender essa mudança na redação da revista.

Barros Filho (2007) relata que muitos colaboradores de *Versus* eram militantes de organizações políticas clandestinas, outros participavam da oposição institucional apenas e ainda tinha alguns que simpatizavam com o movimento

estudantil e universitário. Diferentes posições políticas eram comuns em periódicos alternativos, o que por vezes acarretava confrontos nas redações, e as publicações não conseguiam continuar com as divergências. No caso de *Versus* foi um pouco distinto, quando as diferenças entre seus editores tornou-se um problema de fato, uma parte da redação deixou a revista, enquanto a outra modificou de uma vez por todas o projeto inicial. É importante registrar que, ao longo de seus primeiros anos, *Versus* atraiu muitos militantes políticos. Além disso, o espaço onde era editada tornou-se um porto seguro para refugiados políticos brasileiros e latino-americanos. Nas palavras de Barros Filho (2007, p. 12):

[...] a redação era uma espécie de 'cruz vermelha'. Recebia não só fugitivos estrangeiros em busca de asilo, trabalho e documento, como dava guarida a qualquer brasileiro com talento atrás de um espaço em uma folha de jornal para registrar suas ideias, crenças ou experiências. Muitos iniciaram em *Versus* o ofício de escrever, reportar ou desenhar. Era uma casa caótica e de poucas regras, mas sempre aberta, onde se respirava o jornalismo em sua verdadeira essência quase artesanal.

Em um território de poucas regras como a redação de *Versus*, é difícil manter uma linha de pensamento única para compor as edições. Jeferson Candido (2008), em sua pesquisa sobre a revista, identifica que a mudança mais radical no corpo editorial se dá com a entrada de Jorge Pinheiro, ex-militante da Ação Popular e ex-guerrilheiro do Movimento Nacionalista Revolucionário. Na época em que entrou para a revista, no final de 1977, Pinheiro era parte da Liga Operária, uma organização política clandestina, a qual reunia brasileiros que em certos momentos exilaram-se no Chile e na Argentina. Alguns outros membros da Liga também passaram a colaborar em *Versus*, sobretudo por intermédio de Omar de Barros Filho e Vitor Vieira, ambos presentes desde os primeiros números. A politização da revista que já vinha ocorrendo desde meados de 1977, passa a ser consistente com essas entradas. Jorge Pinheiro foi quem propôs a formação de um partido socialista brasileiro e, ao lado da Liga Operária e com o apoio de Faerman, no número 17, de janeiro de 1978, lançou o movimento Convergência Socialista, apoiado nas ideias de Trotsky, que tinha como objetivo construir o partido socialista. O destaque da capa era: "O Partido Socialista está nascendo".

O número seguinte apresenta um editorial explicando que *Versus* mudou. Elucidando que, em vista do cenário político brasileiro, somente a cultura como forma

de ação era insuficiente, por isso passou a assumir o discurso político. A edição 19 demonstra mais uma mudança: o subtítulo “jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura” é trocado por “jornal de política, cultura e ideias”. O termo “política” estar em primeiro lugar não é por acaso, afinal a redação já estava completamente dominada pela Convergência Socialista. Como boa parte da redação ainda era mantida por seus colaboradores mais antigos, que acreditavam na ação cultural, existe uma clara tentativa de manter a cultura como parte essencial da revista. Todavia, a nova *Versus* não tinha a intenção de acolher também o discurso cultural, seu foco era a política partidária.

Embora Faerman tenha inicialmente apoiado a criação do partido socialista, a forma como seu periódico cultural tornou-se um veículo de propaganda partidária não o agradava. Assim, em setembro de 1978, Faerman deixa a equipe de *Versus*. No texto em que anunciam sua saída, na edição 24, Faerman e outros membros da redação apontam que, apesar de concordarem com a formação do partido, a intervenção de *Versus* nesse sentido acabou por empobrecer o periódico, reduzindo a “proposta cultural da publicação ao tom cansativo de muitos textos políticos” (VERSUS, 1978, p. 2). A resposta dos novos editores vem logo abaixo, e eles acusam Faerman de não se posicionar politicamente de maneira contundente e também de ser autoritário em sua função de editor chefe. O chamam de contraditório, pois pouco tempo antes havia aceitado representar a Coordenação Nacional da Convergência em *Versus*. Para eles, o gaúcho “não foi capaz de arregaçar as mangas, descer na arena, discutir” (VERSUS, 1978, p. 2).

A partir do número 24, então, *Versus* torna-se oficialmente um instrumento de política partidária, abandonando por inteiro o projeto inovador de Faerman, mantendo apenas algumas características estéticas. A capa dessa edição (figura 3) é simbólica, pois traz estampada a fotografia de Trotsky, “o herói vermelho” da Convergência Socialista. Porém, conforme destacado anteriormente, a mudança de rumo já começa a ser perceptível no número 12. Dessa forma, a trajetória da revista pode ser dividida em três fases, como sugerem Xenya Bucchioni e Juliana Ogassawara (2009). As autoras dividem da seguinte forma: a primeira fase vai da primeira edição até a 12ª, na qual o foco encontrava-se na cultura latino-americana como ação política; a segunda, a partir da 12ª até a 24ª, consiste em uma fase de transição do discurso cultural para o político; a terceira etapa começa no número 24 e termina junto com sua circulação, no 34, e é caracterizada pela posição política partidária.

Figura 3 – Capa do número 24 de *Versus*



Fonte: *Versus*, São Paulo, n. 24, set. 1978.

Enquanto foi uma *publicação cultural*, que tinha como eixo temático a América Latina e utilizava seu discurso original, de linguagem poética e épica, *Versus* não chamou a atenção da censura e não sofreu nenhum ataque. Crespo (2018) considera que o projeto inicial de Faerman foi uma estratégia inteligente para driblar a censura. Seu conteúdo plural e artístico passou despercebido pelos “censores abrutalhados e ignorantes, que se realizavam destruindo os textos dos demais periódicos” (CRESPO, 2018, p. 305). Contudo, destaca a autora, o cuidado com que *Versus* era editada na primeira fase e em grande parte da segunda, quando Faerman ainda a coordenava, demonstra que seu objetivo não era apenas fugir da censura. Sem dúvidas, sua proposta era assumir a identidade latino-americana e apresentá-la aos brasileiros, inserindo o Brasil como parte desta entidade.

Ao tornar-se uma *publicação política*, que representava uma organização de esquerda, um partido da oposição, *Versus* virou todos os holofotes para si. Apesar de não ter tido nenhum número censurado, em 1979, já totalmente dirigido pela

Convergência Socialista, o jornal começa a ser atacado. Bucchioni (2018, p. 19) relata que em maio de 1979 foi feita uma perícia contábil nos documentos do jornal, no entanto, os editores haviam sido avisados por fontes de dentro da Receita Federal que a visita seria feita e conseguiram organizar sua documentação. Alguns dias depois, a sede da redação foi invadida e depredada. Todos os documentos da contabilidade foram roubados. Apenas dois dias se passaram quando a perícia voltou à *Versus*, a qual foi multada em 240 mil cruzeiros pela Receita Federal, por não estar com a documentação correta. O jornal responde ao acontecimento na edição de número 32, onde seus editores afirmam que a luta não acabou, pois ainda não jogaram a toalha: “vamos para outro round” (VERSUS, 1979, p. 4). No mesmo ano, em outubro, a última edição do jornal ia para as bancas. Dessa forma, para Crespo:

Versus sofreu os efeitos da guerra intestina que acometeu muitos dos periódicos alternativos e contribuiu para sua extinção. A transição paulatina da revista a uma postura politicamente militante retirou seu lugar diferenciado no âmbito da imprensa alternativa e também no campo cultural brasileiro do período. *Versus* se transformou em mais uma revista partidária (CRESPO, 2018, p. 305).

No que concerne à resistência à ditadura militar, *Versus* foi significativa em suas duas etapas. Se na primeira fase era palco da história de todo o continente latino-americano, na segunda é a história de seu Brasil contemporâneo, ainda sob a violência da tirania do governo militar, que está em evidência. Mais precisamente as questões políticas do país. O número 25 é publicado com o título “A farsa dos generais: o regime procura sobreviver com as manobras de Geisel e Figueiredo”, seus sucessores apresentam os títulos “As duas mortes de Figueiredo” e “Os herdeiros de Getúlio”. As últimas edições de *Versus* seguem esse mesmo caminho e demonstram que de fato a revista tornou-se um periódico de cunho político, que utilizava às vezes alguns recursos culturais. Apesar de terminar asfixiada, como acertadamente ressaltou Araújo (2000), a *Versus* editada pelos militantes da Convergência Socialista também foi uma frente notável de oposição ao regime militar.

Entretanto, a instrumentalização política da publicação e o abandono do projeto inicial levaram ao fim de sua circulação (CRESPO, 2018). Essa afirmação se confirma quando se observa as mudanças na periodicidade. A revista começou como bimestral e no início de 1977 passou a ser mensal, quando suas vendas aumentaram

significativamente. A partir do número 32, com a baixa vendagem, volta a ser bimestral, fechando suas portas apenas dois números depois. A *Versus* após a saída de Faerman passou a ser mais do mesmo, um periódico de oposição partidária que apresentava sua ideologia à esquerda de forma explícita. Os leitores sentiram falta das narrativas ficcionais, das metáforas, dos poemas, das histórias épicas, das reportagens literárias e das ricas ilustrações. Ao transformar-se em um órgão da Convergência Socialista, *Versus* perdeu seu caráter crítico e passou a veicular um discurso doutrinário, igual a tantos outros alternativos (ARAÚJO, 2000).

Em sua primeira fase, a revista foi uma publicação de vanguarda, um espaço onde a luta política estava atrelada ao debate teórico e estético, sempre privilegiando a ação cultural. As críticas que construía não eram destinadas apenas aos militares, à ditadura e à extrema direita, também eram para a esquerda ortodoxa, ao stalinismo e ao modelo soviético (ARAÚJO, 2000). Além disso, ao considerar a América latina como uma entidade política e cultural, “foi um agente importante na criação de um sentimento de latinidade que marcou certos setores intelectuais e artísticos nos anos 1970” (ARAÚJO, 2000, p. 26). Contudo, como declara Crespo (2018), mesmo com um projeto tão excepcional, *Versus* não fez herdeiros, e esse sentimento de latinidade se perdeu na conjuntura político-cultural brasileira, apesar dos esforços de seus primeiros editores e colaboradores.

Versus foi uma publicação que não teve vergonha de ser apaixonada. Uma revista que teve como princípios a resistência a todo tipo de prática autoritária, a oposição à ditadura militar e a crítica a qualquer ortodoxia. Um dos mais ilustres periódicos da imprensa alternativa, que fugia dos padrões, fundado por um jornalista que defendia a ação cultural acima de tudo e produzia um jornalismo literário. Revolucionário por se nomear como um jornal, apesar de não fazer uso da reportagem clássica, nem do imediatismo da notícia, mas que também não gostava de ser chamado de revista literária ou de revista cultural, pois os conceitos de literatura e cultura conduziam a outros caminhos, como seus editores sempre afirmaram. Os conceitos fixos e fechados não caracterizavam uma publicação de aventuras, ideias, reportagens e cultura. *Versus* priorizou ser livre para lutar por uma América Latina melhor, “com povos cada vez mais livres, com o destino nas mãos” (VERSUS, 1977, p. 2).

3.2 A quem interessam as mulheres... intelectuais

“A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimada pelos castigos da divisão da sociedade em classe”. Essa é a primeira frase de um manifesto publicado no número 11 de *Versus*, nas páginas 22 e 23, de título “Pela Mulher Negra”. Neusa Maria Pereira é o nome da autora que o escreveu, uma mulher negra e jovem, de 28 anos na época. Recém formada em Jornalismo, constatou que a dificuldade a qual enfrentava na busca por um emprego na área estava intrinsecamente relacionada à cor da sua pele (PEREIRA, 2015). Por essa razão, escreveu seu manifesto, onde expõe sua indignação frente ao lugar que as mulheres negras ocupavam na sociedade brasileira, cotidianamente encaradas como objeto sexual de consumo fácil e discriminadas em todos os setores do mercado de trabalho. Em seu texto, Neusa clama por mudanças, reivindica que a herança escravocrata não seja a realidade das mulheres negras e convoca uma luta conjunta para que transformações sejam possíveis.

O desejo de apresentar ao mundo suas pautas fez com que Neusa procurasse um periódico alternativo para publicar seu manifesto. Conta, em depoimento, que escolheu *Versus* porque muitos de seus jornalistas também eram do *Jornal da Tarde*, o qual muito admirava por seu caráter de vanguarda e sua contribuição para importantes modificações estéticas e de conteúdo no jornalismo brasileiro (PEREIRA, 2015). Chegou na redação da revista com seu texto panfletário e emocionado em mãos²⁶, já pronto e, mesmo não conhecendo ninguém pessoalmente, manifestou sua vontade de publicá-lo em *Versus*. Iniciativa e emoção eram aspectos fundamentais no jornalismo em que Marcos Faerman acreditava²⁷, por isso o manifesto de Neusa foi aceito com muito entusiasmo pelos editores e então publicado na 11ª edição.

Nessa época, o caderno “Afro-Latino-América” já rondava o imaginário do jornalista gaúcho, então a chegada de Neusa na redação foi o estopim para a sua criação. Ela trabalhou no projeto desde seu princípio, ajudando a reunir o grupo que o elaboraria e, já no número 12, a nova seção tornou-se uma realidade, bem como a sua participação definitiva em *Versus*. Por quase dois anos fez parte do elenco da revista, deixando-a quando esta passou a ser dirigida pela Convergência Socialista.

²⁶ Neusa (2015) caracteriza seu manifesto como “[p]anfletário, emocionado e respaldado pela experiência pessoal [...]” (PEREIRA, 2015, p. 1).

²⁷ Ver FAERMAN, Marcos. As palavras aprisionadas. *Versus*, nº 7, dez./jan. 1976, p.38.

Foi colaboradora por nove edições e editora assistente em outras três, publicou reportagens e ensaios sobre diversos temas, sobretudo nas páginas do caderno ALA. Também conduziu entrevistas, com Lélia Abramo²⁸ e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, as quais tinham como foco diferentes temáticas que não estavam diretamente relacionadas à comunidade negra e suas lutas específicas. Neusa, portanto, não ficou restrita à seção ALA. Colaborou e interagiu com outros setores, inclusive como parte do corpo editorial, ao lado dos jornalistas que tanto admirava.

O seu trabalho na revista, relata, foi muito mais importante para sua formação intelectual do que seus quatro anos de faculdade, pois, além de ter contato com grandes nomes do pensamento africano, afro-brasileiro e latino-americano, em *Versus* aprendeu a circular num ambiente plural etnicamente, onde experiências e conhecimentos eram compartilhados de maneira mútua. Elaborar a revitalização da “imprensa negra” contribuiu para modificar o seu modo de pensar e fazer jornalismo, passando a entendê-lo, então, como uma função social, cultural e política (PEREIRA, 2015, p. 2). O caderno “Afro-Latino-América” ocupou um significativo espaço no contexto sociopolítico da década de setenta e intermediou a militância política antirracista de Neusa, uma vez que suas manifestações também originaram o Movimento Negro Unificado (MNU), uma organização criada para lutar pelos direitos do povo negro e desmistificar a falácia da democracia racial brasileira. Lançado publicamente em 7 de julho de 1978, com mais de duas mil pessoas reunidas nas escadarias do Teatro Municipal da Cidade de São Paulo, representadas pela oralidade de Neusa, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, o MNU consagrou-se como um movimento nacional, de grande alcance, que ainda hoje promove o combate ao racismo.

Logo, o despertar da jovem jornalista sobre sua condição enquanto mulher negra e a sua decisão de provocar este despertar de modo coletivo a partir de *Versus*, resultaram em transformações. Seu manifesto impulsionou a criação do caderno ALA, que por sua vez foi indispensável para o surgimento do MNU, que inicialmente reunia-se no porão da revista e acabou por se fazer ouvir nacionalmente, mesmo enfrentando

²⁸ Lélia Abramo, nascida em 1911 (São Paulo), foi uma famosa atriz que participou de 27 novelas, 14 filmes e 23 peças de teatro. Também foi militante de esquerda, o que a prejudicou em alguns trabalhos, principalmente com a Rede Globo que passou a ignorá-la após assumir a presidência do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo, em 1978 (tema da escravista com Neusa Maria Pereira). Além disso, Lélia foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, onde militou por muitos anos. Ela faleceu aos 93 anos, em 2004.

a repressão da ditadura militar. Muitas das reivindicações do movimento, inclusive, tornaram-se lei durante a Assembleia Constituinte de 1988. Por suas contribuições como jornalista e ativista do movimento negro, Neusa recebeu significativas homenagens, como a criação de um prêmio em seu nome, em 2020, para condecorar profissionais da imprensa negros, indígenas e trans, que são comumente invisibilizados em premiações. O “Prêmio Neusa Maria de Jornalismo” foi uma iniciativa da agência jornalística *Alma Preta*. Em 2021, foi homenageada pelo “Prêmio Especial Vladimir Herzog”.

O papel que Neusa e o movimento negro desempenharam em *Versus* ilustram a consciência democrática na qual a revista afirma apoiar-se em seu primeiro editorial, assim como a sua abertura para as expressões humanistas, declarada no número seguinte²⁹. Essa essência democrática e humanista também pode ser exemplificada pela participação de Rachel Moreno na redação, outra importante mulher que interferiu no cenário político-cultural da década de setenta por meio da imprensa alternativa. Rachel era estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo quando teve seu primeiro contato com Faerman, em 1975. Na época, estava começando sua atividade como militante feminista: já havia organizado e participado do movimento por creches na USP e estava trabalhando na sua ampliação, direcionando seus esforços para outros setores da população. Rachel e suas companheiras convocaram uma grande reunião com todas as interessadas nas reivindicações que propunham e, embora fosse um recém conhecido, o jornalista gaúcho ofereceu a sede da revista para a realização da mesma (MORENO, 2015).

A presença de Rachel na redação passou a ser regular desde então. Suas colaborações antecedem a circulação da revista, tanto que seu nome já está presente no expediente do número 1, assim como a entrevista com Michel Foucault, a qual realizou ao lado de Marilsa Taffarel Faerman³⁰, Regina Schneiderman, Mauro Almeida e Marcos Faerman. Rachel contribuiu com a revista até o número 6, em 1976, retornando no ano seguinte, nas edições 15 e 16 como parte do conselho de redação. Além da entrevista, assinou apenas uma outra publicação – um anúncio de título “Nós, mulheres”, publicado no número 3, apresentando um novo jornal feminista de mesmo nome. A proposta de criar o *Nós, mulheres*, segundo Rachel (2015), se deu,

²⁹ Ver VERSUS. Aos leitores. *Versus*, n° 7, dez./jan. 1976, p. 2.

³⁰ Na época, era esposa de Marcos Faerman.

sobretudo, pela necessidade de ampliar o compartilhamento dos debates em torno dos direitos das mulheres, já que, como escreve em *Versus*, os canais existentes não ofereciam o espaço e a seriedade que o tema merecia (MORENO, 1976, p. 45).

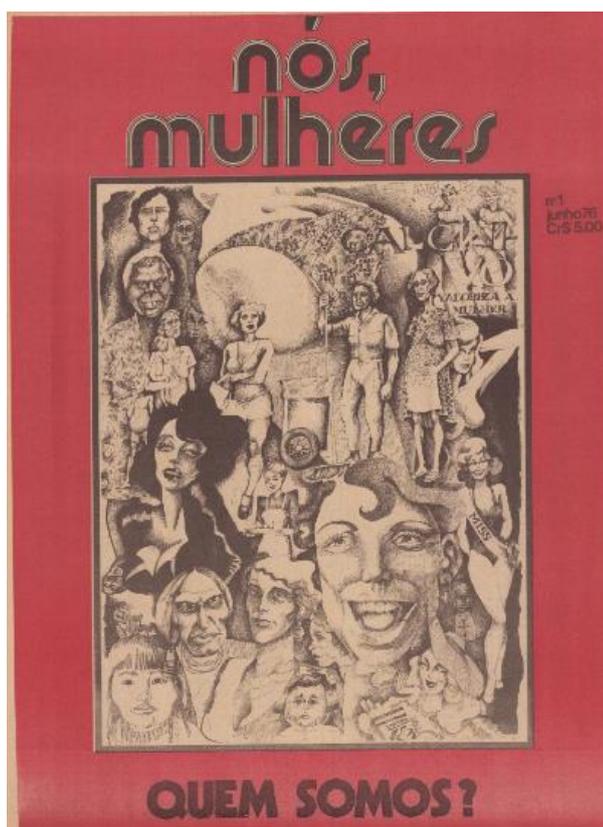
A redação do jornal feminista começou reunindo-se em residências, até que Faerman, mais uma vez, ofereceu o seu espaço. Assim, o *Nós, mulheres* passou a ser editado no porão de *Versus*, dividindo-o com o MNU. Também por intermédio de Faerman, Rachel conheceu Mariza Corrêa, que se tornou a jornalista responsável pelo jornal. Mariza havia acabado de defender, em 1975, sua dissertação de mestrado na área de Antropologia, intitulada “Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais”, então já estava habituada com as reflexões acerca da temática feminista e da luta pelos direitos das mulheres, assim como dominava os aspectos da área jornalística. Em *Versus*, Mariza também esteve presente desde o primeiro número e, apesar de não assinar nenhuma publicação, foi colaboradora até a 19ª edição. Percebe-se que, tanto Rachel, como Mariza, não publicaram reportagens ou ensaios na revista, como Neusa, no entanto, enquanto estavam circulando pela redação, de alguma forma ali colaboraram e, por isso, seus nomes foram referenciados como parte do expediente.

Esse também é o caso de Renata Villas Boas que, diferente de suas colegas, chegou primeiro no jornal feminista e posteriormente passou a também colaborar em *Versus*, mais precisamente a partir do número 9. Na revista, desempenhou diferentes funções: foi responsável pela publicidade, editora assistente, parte do conselho de redação e da produção gráfica. De acordo com as pesquisadoras Vasconcelos e Aliende (2010)³¹, Renata foi quem dirigiu a diagramação do *Nós, mulheres* na maioria das edições, atividade a qual ela aprendeu com um editor de arte de *Versus*, de nome não citado. Consequentemente, o planejamento gráfico do jornal em muito se parece com aquele da revista, de beleza estética inovadora. Além das imagens ocuparem um expressivo espaço na publicação feminista, a página de créditos é elaborada do mesmo modo. De fato, a troca entre os dois periódicos alternativos foi ampla, tanto que outras cinco mulheres participaram de ambos – as artistas Avani Stein, Conceição Cahú e Sandra Abdalla, a jornalista Vilma Gryzinski e a administradora Vera Lúcia de Jesus.

³¹ As autoras apresentam a trajetória do jornal *Nós, mulheres* a partir de entrevistas com algumas de suas criadoras e colaboradoras. São elas: Ana Carolina Oliviero, Cida Aida, Inês Castilho, Leda Kfoury, Lia Zatz, Marianna Monteiro, Marli Gonçalves, Rachel Moreno e Renata Villas Boas.

Conceição Cahú foi uma brilhante artista nordestina que participou dos primeiros números de *Versus*, atuando como ilustradora. No *Nós, mulheres* sua função era a mesma, além de participar do conselho de redação. Formada em Pintura na Escola de Belas Artes de Pernambuco, Conceição começou sua carreira em meio ao regime militar, atuando em periódicos do grupo Abril e colaborando com manifestações políticas de resistência, como confecção de cartazes, por exemplo. Foi uma das únicas mulheres a participar do círculo dos famosos cartunistas paulistanos como Luiz Gê, Chico Caruso e Toninho Mendes (todos colaboradores de *Versus*). É lembrada, especialmente, pelos retratos confeccionados a bico de pena, técnica que utilizava para ilustrar as capas produzidas para o jornal feminista:

Figura 4 – Capa da primeira edição do *Nós, mulheres* produzida por Conceição Cahú



Fonte: *Nós, mulheres*, São Paulo, n. 1, jun. 1976.

Para Rachel Moreno (2015), Faerman foi quem possibilitou o nascimento do *Nós, mulheres*, pois além do espaço físico, também cedeu “sua amplitude de visão e sua generosidade política” (MORENO, 2015, p. 4). Portanto, é cabível afirmar que o

jornalista não compactuava com o imaginário de grande parte da esquerda, de que as pautas feministas eram inoportunas diante da luta enfrentada, pelo contrário, mostrou-se um simpatizante do movimento pelo que se pode constatar a partir das suas ações citadas, as quais fizeram com que Moreno (2015) lhe atribuísse uma certa paternidade do jornal, mesmo sendo uma iniciativa exclusiva de mulheres. Decerto, o papel que Faerman exerceu na história do *Nós, mulheres* ilustra muito de sua personalidade profissional, a qual baseava-se, sobretudo, no espírito da colaboração, conforme declara seu colega Alfredo Sirkis (1999). Por essa razão, a redação de *Versus* estava sempre de portas abertas para quem ali chegasse com talento e motivações, independente de outros fatores, como formação e experiência.

Muito mais que acolher ideias e movimentos, reportagens e textos, o gaúcho acolhia pessoas e as transformava em profissionais e, sendo assim, foi tutor e padrinho de inúmeros jovens jornalistas, especialmente da geração que participou da revista alternativa (SIRKIS, 1999). Isabel Vieira³², por exemplo, era uma estudante do terceiro ano da faculdade de jornalismo quando começou a atuar em *Versus*, em setembro de 1977. Assim como Neusa, procurou a redação para publicar uma reportagem que havia escrito e acabou sendo recebida pelo próprio Faerman. Em artigo que escreveu em homenagem ao jornalista, Isabel conta:

Naqueles tempos em que a imprensa estava sob censura e as publicações alternativas falavam por nós, a estudante do terceiro ano de jornalismo sentiu-se honrada por ser recebida pelo editor do tablóide que era o meu preferido na faculdade [...] Tive a sorte de chegar na hora certa. Marcão³³ me recebeu em 1977 como se já fosse profissional. Elogiou a matéria que eu trazia (sobre uma comunidade isolada de caiçaras no litoral norte de São Paulo) e a publicou [...] Em seguida, me incumbiu de uma pauta ambiciosa: a vida dos mineiros numa mina de carvão. Mas não qualquer mina. Queria uma mina em que a extração fosse feita por meio de métodos primitivos, 'como no *Germinal*, de Émile Zola', disse, me emprestando o romance que eu não conhecia. Mandou que lesse também um estudo sobre mineiros na Bolívia, *He agotado mi vida en la mina: una historia de vida*, de Juan Rojas e June Nash, numa edição argentina. Deixei a redação com os volumes debaixo do braço e sem coragem de confessar que eu não tinha a menor idéia de onde havia minas de carvão no Brasil. Envergonhada, fui consultar enciclopédias e mapas. Assim encontrei a Mina do Leão, em Butiá (RS), a 100 quilômetros de Porto Alegre, tema da primeira de inúmeras matérias que eu faria sob orientação do Marcão (VIEIRA, 2013, n.p.).

³² É necessário destacar que as reportagens da jornalista publicadas em *Versus* encontram-se assinadas por Isabel V. Rodrigues ou apenas Isabel Rodrigues. Optou-se por referir-se a ela como Isabel Vieira, porque é o sobrenome que atualmente utiliza para assinar seus trabalhos.

³³ Marcão é o apelido pelo qual amigos e colegas chamavam Marcos Faerman.

Ainda em seu relato, Isabel fala de como Faerman possuía uma delicadeza única para tratar os recém chegados na profissão, amparada no respeito e no entusiasmo, mesmo trabalhando com profissionais já renomados. Suas atitudes faziam com que os jovens se sentissem capazes, em especial com sua empolgação frente a textos bem escritos (VIEIRA, 2013). Não é acaso que Isabel tenha consolidado sua carreira em *Versus*, na qual publicou cinco reportagens de fôlego sob orientação do seu editor, tornando-se então uma colaboradora regular. Além das citadas na passagem anterior, que receberam os títulos de “Memórias de Búzios” e “O povo das minas”, respectivamente, a jornalista também escreveu “1968: as lutas políticas no Brasil”; “Bandeira 2, táxi!”; e “Trabalhadores, e agora?”³⁴. Sua colaboração com a revista terminou junto com a de Faerman, em setembro de 1978, quando esta passou a ser veículo de propaganda política partidária. Já a parceria de ambos continuou por um longo tempo: ela participou de outros projetos alternativos do gaúcho, como as revistas *Singular & Plural* (1978-1979) e *Ícaro Ponte Aérea* (1984-1985); também foram colegas na revista *Quatro Rodas* e no *Jornal da Tarde*.

É possível afirmar, diante das considerações apresentadas, que, em *Versus*, as mulheres não estavam restritas a assuntos específicos da sua realidade. Pelo contrário, observando as publicações de Isabel e Neusa, principalmente, percebe-se que os temas desenvolvidos por elas são essenciais na narrativa da revista. As jornalistas escreveram sobre política, povos escravizados, lutas trabalhistas e ditadura militar, os grandes pilares temáticos da publicação. De acordo com Moreno (1976), no âmbito da imprensa, o mais comum na época era encontrar mulheres trabalhando na seção de assuntos variados e no caderno feminino ou, ainda, na parte de revisão. “Economia, política e coisas mais importantes, e melhor pagas, geralmente [eram] só para homens” (MORENO, 1976, p. 19). Em *Versus*, no entanto, não funcionava especificamente dessa forma. Ana Maria Sampaio, Bárbara Hartz, Cremilda Medina, Cristina Ribeiro, Elizabeth Marie, Malu Maranhão, Maria Cecília Garcia, Maria Dulce Pinheiro, Mary Alice Waters, Maura Veiga, Susan Branford e Vilma Gryzinski também publicaram reportagens e textos sobre assuntos que normalmente eram exclusivos dos jornalistas masculinos, conforme a afirmação de Moreno.

³⁴ Publicadas respectivamente nos números 16, 19, 20, 22 e 23.

De fato, na grande imprensa o cenário era muito diferente. Segundo a pesquisa de Eloiza Lopes (2020), apenas 138 mulheres publicaram nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1968 e 1978. Nesses dez anos, essas jornalistas escreveram majoritariamente para as seções mencionadas anteriormente por Moreno (1976), chamadas de “soft news”³⁵ por Lopes (2020, p. 5). Contudo, é preciso levar em consideração que *Versus* era uma publicação precária, a qual sobrevivia por meio de patrocínios, anúncios, vendas e doações, o oposto dos periódicos da grande imprensa. Os alternativos, em sua maioria, não pagavam salários a seus colaboradores, os quais comumente eram voluntários. Toda a renda arrecadada destinava-se à produção dos números seguintes, tanto que muitos jornalistas trabalhavam em jornais ou revistas tradicionais para manter-se financeiramente. Dessa forma, não há como desconsiderar a hipótese, em vista do contexto da época em relação às mulheres, de que suas colaborações com temáticas consideradas sérias eram veiculadas na revista devido às suas condições de voluntárias.

Por outro lado, além da contribuição de Faerman com o jornal *Nós, mulheres*, *Versus* demonstrou, por meio de suas publicações, alinhar-se com as perspectivas do feminismo e dos movimentos de mulheres, sugerindo, assim, uma visão de que sua redação não era um espaço machista. Diferente, por exemplo, do jornal *O Pasquim*, um dos maiores representantes da esquerda intelectualizada, o qual, de acordo com Pinto (2003), tratava as mulheres de forma vulgarizada, sendo o feminismo alvo de deboches e sátiras. *Versus* demonstra uma postura diferente ao tratar genuinamente das discussões a respeito das mulheres e suas pautas singulares em pelo menos 16 números, dos 39 publicados (entre edições normais e especiais). Apesar de publicar o tema em todas essas edições, em algumas são apenas pequenos textos, que dividem a página com outros assuntos, que não são elencados no sumário.

Outros são artigos mais longos, que ocupam mais de uma página, inclusive com destaque na capa, como é o caso de um debate entre Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, televisionado na França e publicado no número 4, que sob o título “Sabe, Sartre, os seus livros são um pouco machistas”, abrange duas páginas. Em nota introdutória, a revista refere-se à Beauvoir e Sartre como dois dos maiores pensadores da época, colocando-os como iguais. Ao longo do debate, enquanto

³⁵ O termo *Soft News* é usado para denominar notícias que são consideradas leves ou que são relativas aos assuntos diversos, isto é, aqueles não classificados em categorias específicas.

Beauvoir questiona a omissão sobre a questão das mulheres na obra de Sartre, o filósofo admite tal erro, porém defende-se alegando que sempre tratou a intelectual feminista como igual. O debate segue essa linha, na qual Beauvoir questiona e Sartre defende-se, concluindo ao final que apoia totalmente a luta feminina, embora tenha visões um pouco distorcidas dessa realidade, como quando afirma que “a mulher, como oprimida, é quase mais livre, em certo modo, do que o homem. Tem menos princípios para lhe ditar a conduta” (SARTRE, 1976, p. 47).

Outro texto do compêndio feminista da revista aparece no número 9. A reportagem “Acertamos as contas, compadre!”, de Diana Bellessi, ocupa cinco páginas e relata a vida de operárias latino-americanas exploradas nas fábricas de Nova Iorque. Com uma escrita densa, beirando o poético, Bellessi apresenta histórias e dados para demonstrar as violências físicas e emocionais que as imigrantes sofriam no país da esperança. De acordo com o texto, em 1971, mais de 4 milhões de mulheres negras e latinas realizavam serviços braçais nas fábricas nova-iorquinas, recebendo 1,85 dólares por hora. A reportagem reflete sobre como as mulheres constituem a mão de obra mais barata do mercado, uma vez que a discriminação sexual, produto da divisão do trabalho, fez da mulher um objeto a ser super-explorado em vista de suposições biológicas, fazendo com que a sociedade não perceba esse fenômeno como social.

A violência também é tema do ensaio assinado por Susan Griffin, na edição 15, o qual fala sobre a violação que sofrem as mulheres e os limites impostos pela sociedade ocidental que impedem a plena libertação feminina. A capa do número apresenta a frase “um violador em cada esquina” e o sumário introduz o texto como uma reflexão à violência sexual. Com um relato pessoal embasado teoricamente, Griffin conclui que a violação é uma forma de terrorismo de massa: “O temor à violação alija as mulheres das ruas à noite. Obriga-as a permanecer em suas casas. Torna-as passivas e recatadas com o objetivo de não se tornarem provocantes” (GRIFFIN, 1977, p. 23). O texto da filósofa feminista é acompanhado por fotografias de prostitutas de São Paulo, capturadas por Rosa Gauditano. Nas páginas (figuras 5 e 6), palavras e imagens complementam-se, visto que Griffin discorre sobre como as mulheres que fogem do padrão estabelecido nunca são vistas como violadas, pois não merecem proteção por serem desviantes da norma, como é o caso das prostitutas.

A questão das presas políticas e as crueldades singulares que sofreram também estão presentes em algumas edições. Na 19ª, por exemplo, a capa é inteiramente dedicada ao tema, que apresenta em letras garrafais o título: “As presas políticas contam tudo sobre as celas”. Jessie Jane, Rosalice Fernandes e Norma dão seus depoimentos sobre o Instituto Penal Talavera Bruce, do Rio de Janeiro, onde ficaram encarceradas. Tratadas como subversivas, as presas ficavam isoladas das outras mulheres, como criminosas altamente perigosas. Essa tentativa do presídio de criar barreiras entre as mulheres nada mais é do que uma medida contra os ideais que as “subversivas” poderiam inculcar nas outras presidiárias. No número 21, Rosalice Fernandes, professora e Deputada Estadual suplente do Movimento Democrático Brasileiro, volta a colaborar em *Versus* com mais um testemunho sobre a sua prisão no Instituto mencionado. Rosalice especifica as violências que sofreu, contando que nos interrogatórios sempre estava nua e encapuzada.

Seguindo com os textos relacionados aos movimentos de mulheres, a 30ª edição é simbólica. Dedicado à Rosa Luxemburgo, com uma capa inteiramente em vermelho e com o título “Esta mulher fez revolução: é Rosa Luxemburgo, a vermelha” (figura 7), o número tem uma quantidade significativa de ensaios e artigos que vão ao encontro do tema. Nas páginas 17 e 18, Elisabeth Marie comenta sobre a situação do Irã, discutindo as categorias que mais sofrem no país, destacando, principalmente, um movimento de mulheres que lutavam por sua liberdade na cidade de Hamadan. Em seguida, há uma matéria sobre uma marcha de centenas de mulheres bolivianas, que reivindicavam melhores condições de trabalho nas minas. Na edição também há um ensaio de Elisabeth Marie sobre a história que fez do 8 de março o dia internacional da mulher, acompanhado de fotos de mulheres em protestos e passeatas. Para finalizar, Mary Alice Waters faz uma biografia de Rosa Luxemburgo em seis páginas.

Figura 7 – Capa do número 30 de *Versus*



Fonte: *Versus*, São Paulo, n. 30, mar. 1979.

Outras mulheres tiveram suas trajetórias divulgadas por *Versus*, como a jornalista e militante Patrícia Galvão, conhecida por Pagu, assim como Evelyn Reed anunciada por Elisabeth Marie na edição 32 como “socialista, feminista, militante, amiga de Trotsky e Natalia Sedova” (MARIE, 1979, p. 23). Reed inclusive é citada em outro momento. Na última edição de quadrinhos da revista foi publicada uma história que reflete sobre a agressão à mulheres, a qual é introduzida pelo seguinte texto:

Hoje em dia, as cartas foram colocadas na mesa. As mulheres do movimento de liberação não lutam somente para possuir o controle de seu corpo e de sua mente, mas reclamam um tipo completamente novo de moralidade sexual e social. Renegam a hipocrisia, a culpa e a vergonha, em relação as suas necessidades sexuais, com o que se pretende mantê-las ligadas ao matrimônio indissolúvel. Como disse uma mulher, ‘a gente deve sentir-se ligada pelo amor e não por um contrato’. Evelyn Reed, militante feminista e socialista norte-americana (VERSUS, 1979, p. 26).

Apesar dessas colocações admitirem que o movimento de liberação das mulheres estava na ordem do dia, nenhuma mulher tem uma publicação na edição, embora o setor de arte contasse com Marlene Crespo e Ivone Couto, ilustradoras de talento, e fosse coordenado por Sonia Kawa. A história em quadrinhos é de Enrique Breccia e a introdução citada parece ser de autoria masculina, ainda que não seja assinada por ninguém. No mesmo ano, a revista publica seu número 28 com a frase “A revolução (necessária) das mulheres” estampando a capa. O sumário apresenta o texto da seguinte forma: “Abrimos o debate sobre a questão da independência das mulheres. E procuramos Lênin para saber o que ele pensava. Mary Alice Waters descreve o encontro.” (VERSUS, 1979, p. 2). Porém, o texto da página 35, na verdade, é um trecho de uma conferência que Mary concedeu em 1972, na qual a jornalista discute a respeito da opinião de Lênin sobre o trabalho das mulheres e sua participação política, a partir de um folheto de Clara Zetkin, feminista e marxista.

O sumário, portanto, omite o trabalho de duas mulheres. A revista não procurou Lênin, o trabalho de Mary já estava pronto há mais de sete anos na época em que foi publicado e não consiste em uma simples descrição, é um ensaio sobre o tema. Ela também não se encontrou com o revolucionário comunista, já que este estava morto há cinquenta anos na época, quem o fez foi Clara, a qual não é citada previamente. A forma como *Versus* escreve seu sumário faz parecer que a iniciativa de abordar os pensamentos de Lênin foi sua. O texto de Mary é introduzido por Omar de Barros Filho, que garante um projeto editorial voltado às mulheres e suas reivindicações, já que é “um debate árduo e necessário” (FILHO, 1979, p. 34). Embora Omar destaque na introdução que o texto é de Mary, o que foi escrito no sumário não é contraposto, mantendo a ideia de criação da revista.

Os dois exemplos discutidos demonstram uma falta de percepção por parte da revista acerca da necessidade de amplificar as vozes das mulheres, dando espaço para que discutam suas próprias lutas e reivindicações. De fato, em *Versus* não havia uma restrição ao trabalho das mulheres ou uma desvalorização da sua intelectualidade, bem como existia um certo espaço para as discussões feministas e relacionadas. No entanto, algumas atitudes ilustram que a publicação era cúmplice de seu tempo, no qual as mulheres ainda eram silenciadas ou esquecidas, como observado. Já em seu primeiro número é possível perceber uma falta de nomes femininos para representar a identidade latino-americana que a revista assumiu, por exemplo. Argentina, Uruguai, Peru e México foram representados na 1ª edição por

homens. Nomes como Silvina Ocampo, Ida Vitale, Clorinda Matto de Turner e Rosário Castellanos também simbolizam o espírito literário da América Latina, porém não foram lembradas. A própria capa, assim como a contracapa, não deixam margens para dúvidas, além de apenas nomes masculinos estarem destacados, encontram-se exclusivamente “escritor” e “o repórter”.

Ainda a respeito da identidade latino-americana masculinizada, o editorial publicado no número 7 questiona onde está a América: “Nos escritos de José Martí? No testamento do Padre Burnier? Em Zapata, San Martín, Bolívar? Nos quadrinhos de Jô de Oliveira? Na voz de Noel Guarany?” (VERSUS, 1976, p. 2). Também cita diferentes culturas a partir de nomes como Eduardo Galeano, Murilo de Carvalho, Érico Veríssimo, Júlio Cortázar e Daniel Cabixi. O editorial, portanto, reafirma a postura da primeira edição da revista ao não citar o nome de uma única mulher. Para *Versus*, a América Latina era representada por sujeitos masculinos, o que não modifica-se ao longo das publicações posteriores.

Nesse ponto, é preciso lembrar que o patriarcado é um pacto entre homens (SAFFIOTI, 2015), os quais beneficiam uns aos outros, fazendo com que seus feitos históricos, heroísmos e produções sejam uma evidência constantemente lembrada. Lerner (2022) identifica em sua obra que mesmo apreciando os sacrifícios e as contribuições das mulheres em movimentos revolucionários, os homens em geral consideram essas demandas marginais e secundárias. Dessa forma, como já discutido em momento anterior, as contribuições históricas das mulheres são comumente ignoradas em detrimento das proezas masculinas. Embora *Versus* ceda espaço às questões feministas e às mulheres e seus trabalhos, quando se analisa o número de figuras femininas que participaram da trajetória da revista em sua totalidade, nota-se que o mesmo é expressivamente baixo quando comparado com a participação masculina. Ou seja, a publicação é feita majoritariamente por homens, o que explica a cumplicidade para com outros homens.

Tal constatação é cabível a partir da leitura dos expedientes de *Versus*, os quais consistem na relação dos nomes de todas as pessoas que contribuíram para elaborar cada edição, publicados normalmente na página 2 ao lado do índice. Para exemplificar, dos 54 participantes do primeiro expediente, apenas 9 são mulheres. Do terceiro, são 18 mulheres para 53 homens. Essa diferença se mantém ao longo das próximas edições, inclusive quando aumenta o elenco que produz a revista. No número 12, por exemplo, que inaugura a seção ALA, o expediente conta somente com

15 mulheres para um total de 75 pessoas. No 24, o qual anuncia a saída de Faerman, amplia-se o número total para 90, onde estão presentes 22 mulheres. A última edição de *Versus* foi às bancas contando com 21 mulheres e 72 homens. Em termos percentuais, compreende-se que a participação das mulheres nos expedientes da revista ficou em torno de 20%.

O expediente não só crescia constantemente, como era modificado com regularidade, principalmente na divisão das funções. No número 3 identifica-se que o primeiro nome exposto é o de Marcos Faerman, como Diretor-Responsável, seguido dos “Editores”, dos “Repórteres”, dos responsáveis pela “Diagramação” e pela “Ilustração” e, por último, os “Colaboradores”. Já na edição seguinte, o expediente começa com os “Editores”, seguido pelo título “Arte”, onde estão reunidas as pessoas que antes faziam parte da diagramação e da ilustração. A próxima mudança ocorre no número 9, com a divisão entre “Editores” e “Editores Assistentes”. E a seguinte no 11, novamente dividindo os participantes da parte artística entre “Edição de arte e Produção Gráfica” e “Ilustração”. Novas alterações acontecem ao longo dos números restantes, todavia, as mencionadas servem para exemplificar a hierarquia e o funcionamento da equipe que elaborava *Versus*.

Entender o perfil do expediente é importante, visto que, a partir dele, nota-se que poucas mulheres exerceram cargos de liderança na redação. Vilma Gryzinski é a primeira a compor o corpo de Editores, nos números 3 e 4. Posteriormente, Ana Dora aparece como editora nas edições 7 e 8, porém quando a divisão ocorre na 9ª edição, passa ao cargo de editora assistente. Maria da Paz Rodrigues ocupa a mesma função apenas nos números 11 e 12, participando de outras publicações como colaboradora ou editora assistente. Renata Villas Boas e Sônia Kawa são nomes que ficaram à frente da edição de arte, em 5 e 13 expedientes, respectivamente. Rosa Gauditano foi a maior editora de fotos, estando presente na função em 17 números. A revisão final foi atribuída à Maura Veiga por três vezes, nos números 21, 22 e 23, embora sempre tenha feito parte da revisão, por pelo menos 23 expedientes. Outra função importante ocupada por uma mulher foi a edição internacional, na qual Elizabeth Marie exerceu por 4 edições. Martha D’Angelo, como editora de cultura, e Malu Maranhão, como editora de leitura, fizeram parte desta liderança no ano final de *Versus*. Apenas a última publicação apresenta uma editora principal, a qual se chama Bárbara Hartz.

De forma resumida: em quatro anos e 34 números, a revista contou com a liderança de 11 mulheres. Entretanto, essas participações foram, em grande parte,

por pouco tempo, como se pôde observar. A realidade é que as mulheres aparecem ocupando com maior frequência as funções de colaboradora, secretária, revisora e administradora. Nenhuma mulher ocupou a edição principal por 33 números, como Omar de Barros Filho, por exemplo. Marlene Crespo é a mulher que mais aparece em expedientes, porém compondo a parte de arte, mais especificamente colaborando com ilustrações, por 26 números. A outra colaboradora com maior participação é a argentina Diana Bellessi, com 25 expedientes, seguida por Cristina Ribeiro e Maura Veiga, ambas com 23. Marilsa Taffarel Faerman e Rosa Gauditano são as próximas com 22 cada. Cecilia Thompson também é uma figura recorrente em 20 números, bem como Mariza Corrêa, em 19. Algumas delas protagonizaram certos papéis de liderança, conforme exposto, mas suas atuações ocorrem, sobretudo, na função de colaboradoras.

Para complementar os dados, é relevante retomar a antologia *Versus: páginas da utopia* (2007), organizada pelo editor Omar de Barros Filho. Em suas páginas iniciais estão publicados os nomes de todos que colaboraram com a revista ao longo da sua trajetória³⁶. Segundo a antologia, foram 407 pessoas que participaram de *Versus* em seus quatro anos. Desse total, 85 são mulheres, ou seja, no quadro geral as mulheres também estão na margem dos 20%, assim como nos expedientes. No entanto, a presente pesquisa observou que 45 mulheres³⁷ que participaram de alguns números da revista não foram mencionadas na obra. Não há como saber o critério utilizado pelo organizador, já que muitos nomes citados publicaram uma vez apenas na revista, outros nem publicaram ou não aparecem em qualquer expediente.

De qualquer forma, em termos de quantidade, pouco muda, pois a participação de mulheres fica em torno de 28%, então o predomínio de homens segue sendo uma realidade. Contudo, são 45 mulheres apagadas da história da revista, como se suas contribuições não tivessem importância. Sabe-se que essa é uma característica do processo histórico, de não registrar as produções de mulheres

³⁶ É importante observar que Barros Filho considera a trajetória da revista somente até o número 33, visto que não participou da última edição publicada.

³⁷ São elas (na ordem dos números que participaram): Ruth Terra, Zulmira Ribeiro, Maria Bordini, Maria Montserrat, Susan Branford, Florence Vaillant, Vera Helena R. Carneiro, Marina Kahn, Cinzia Ghigliano, Maria do Carmo Campello de Souza, Michele Mattelart, Susan Griffin, Mirna Grzich, Lúcia Brandão, Norma, Marieta de Castro, Elvira Lobato, Alice Andrade, Mariella Righini, Sônia Coggiola Caleffi, Lisete Barros, Margaret Randall, Rita de Souza, Ana Cristina Cesar, Leila Miccolis, Olga Savary, Maria da Graça Biatto, Suzete de Lourdes, Ana Maria Mandim, Tatiana Petit, Esther Thunzer, Noêmia de Souza, Sônia Kawa, Claire Bretécher, Dilce Pires, Mary Alice Waters, Gumilla Berglund, Jean Franco, Dolores Coelho, Tereza Santos, Helena A. Diniz, Lucia Ramos, Evelyn Reed, Bárbara Hartz e Ana Maria Porro.

intelectuais, assim como de relativizar a sua importância, privilegiando as contribuições de figuras masculinas (LERNER, 2019). O livro de Barros Filho também demonstra esse segundo aspecto da História quando elege os 35 protagonistas de *Versus*, atribuindo esse papel a somente cinco mulheres: Diana Bellessi, Elisabeth Marie, Maria da Paz Rodrigues, Nélide Piñon e Neusa Maria Pereira. De fato, essas cinco mulheres foram protagonistas, embora Nélide tenha publicado apenas uma única vez um texto encomendado, mas é inquietante a disparidade entre o protagonismo masculino e o feminino.

Com os resultados apresentados até então, é possível concluir que a redação de *Versus* era um lugar majoritariamente masculino, no qual as mulheres ocupavam apenas uma fração do espaço. Apesar de se estabelecer como um periódico democrático e humanista, e por vezes assim agir, sobretudo a partir de Faerman que abriu portas para algumas mulheres começarem suas carreiras, ainda que tenha se aliado ao movimento feminista e à luta pela emancipação das mulheres, tornando-se palco para a discussão, essa era a realidade da revista a respeito da participação feminina. Todavia, observa-se que a publicação alternativa deu um significativo passo em relação ao seu tempo ao realizar as ações citadas, uma vez que grande parte da esquerda tradicional ignorava as demandas feministas, bem como atribuía às mulheres tarefas domésticas ou acessórias. Por essa perspectiva, comprova-se que *Versus* posicionava-se contra as ortodoxias da esquerda, tal como afirmou Crespo (2018).

Os números e porcentagens apontados são necessários para se compreender a personalidade da revista e o contexto em que essas mulheres produziram as suas contribuições, porém, eles revelam apenas um fragmento quantitativo. Reconhecer a importância que elas tiveram na elaboração da revista e dar voz às suas produções é o essencial para que não sejam apagadas dessa trajetória intelectual da qual participaram – e protagonizaram, como aconteceu na antologia mencionada. Embora seja preciso considerar que ninguém trabalhou mais tempo em *Versus* do que Barros Filho e que seu conhecimento sobre a revista é extremamente amplo, não se pode esquecer que a História vem sendo escrita e interpretada majoritariamente por homens que fizeram de outros homens os grandes protagonistas (LERNER, 2019) e também que a exclusão de mulheres de qualquer narrativa histórica é uma estratégia patriarcal a qual, por reverberar há séculos, tornou-se uma prática *natural*.

Portanto, é fundamental destacar que 130 mulheres participaram de *Versus*. Algumas produziram a revista, outras publicaram seus textos, poemas, ilustrações e reportagens, enquanto muitas foram entrevistadas ou conferiram depoimentos. Independente do modo como colaboraram, elas dedicaram seu trabalho intelectual à *Versus*, contribuindo com sua histórica trajetória. Ressalta-se esse número porque o esforço dessas mulheres também estabeleceu o projeto original e revolucionário do periódico paulista, por isso retomar seus trabalhos e memórias é uma tarefa fundamental para que a história da revista não seja conhecida de maneira fragmentada e sim em sua totalidade.

4. A contradição como essência de um prazer impróprio

*é do mal que a alma nasce
qual maná que na lama floresce
almanaquimicamente*

(*Almanaque*, 1978)

4.1 A trajetória de *Almanaque*

Os caminhos que *Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio* trilhou para compor o movimento de resistência cultural foram bem diferentes daqueles tomados por *Versus*. Para compreender a postura de *Almanaque* frente à ditadura militar e sua inserção no complexo contexto cultural do final da década de setenta, é preciso levar em consideração, sobretudo, as pessoas por trás da publicação, ou seja, é necessário ler nas suas margens, tal como propõe Rocca (2007) para o estudo de revistas culturais e literárias em geral. A revista paulista claramente manifestou suas posições no que se refere à cultura, no entanto, seu posicionamento político não foi exposto diretamente em suas páginas, tal como *Versus* fazia, embora por meio de metáforas e linguagem literária. É o grupo editorial de *Almanaque* que permite pensar a revista como um periódico de resistência ao regime militar.

Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Júnior foram os idealizadores da revista, dividindo a diretoria durante todo o período de sua circulação, que foi de 1976 a 1982. Walnice e Bento eram professores de literatura e filosofia, respectivamente, e ambos lecionavam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras³⁸ da Universidade de São Paulo (USP) quando esta foi invadida pelos militares, em outubro de 1968, com tiros e bombas, chegando a ser incendiada. Chamada carinhosamente por seus docentes e discentes de Maria Antônia, por se localizar em rua com esse nome, a faculdade foi alvo da repressão, pois havia se tornado a sede do movimento estudantil brasileiro. Em depoimento, Galvão (2021) relembra que após esse episódio a vida e

³⁸ Após os acontecimentos de 1968, o nome passou a ser Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sendo reduzida ao núcleo das humanidades, uma vez que as autoridades desmembraram a faculdade, deslocando cursos, para conter os movimentos de oposição. Galvão (2021) aponta que essa amputação no seu nome é o exemplo da degradação que a Maria Antônia sofreu.

o mundo dos afetados nunca mais foram os mesmos. Bento, por exemplo, teve de exilar-se na França ao ser cassado na lista do AI-5, no início de 1969.

Walnice continuou no Brasil, não foi cassada nem perseguida diretamente, mas fez parte de um remanejamento feito pelas autoridades, onde professores, funcionários e alunos da faculdade foram deslocados para lugares improvisados, para que assim o movimento massivo que existia fosse disperso. A intelectual conta que periodicamente ia à Paris visitar os exilados e, em uma dessas visitas, ou talvez tenha sido no Brasil mesmo, não lembra com certeza, ela e Bento pensaram juntos em criar uma revista, unindo a literatura e a arte com a filosofia. A eles, juntaram-se inicialmente Ligia Chiappini de Moraes Leite, Vera Maria Chalmers, Michel Lahud e Rubens Rodrigues Torres Filho, como membros da mesa de redação. Todos vinculados à USP em algum momento de suas vidas, seja antes da revista ou durante sua circulação, que sofreram as consequências da violência cometida na Maria Antônia.

Uma figura que não fazia parte diretamente da redação de *Almanaque*, mas que influenciou muito de sua elaboração, foi Antonio Candido. Além de Walnice, que trabalhava diretamente com o autor e crítico literário, muitos de seus alunos e discípulos participaram como colaboradores da revista, como, por exemplo, Roberto Schwarz, colaborador constante na fase inicial de *Almanaque*. Dessa forma, os pensamentos de Candido, que foi um militante de esquerda em grande parte de sua vida, suas teorias e crenças, encontravam-se na base da criação da revista³⁹. Inclusive, Walnice e Bento utilizaram como referência para produzir a publicação a revista *Clima* (1941 - 1944), da qual Candido foi um dos elaboradores, ao lado de Gilda de Mello e Souza, Paulo Emílio, Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado. Foi uma revista marcante, feita por grandes nomes do pensamento brasileiro, os quais na época ainda eram apenas alunos da Maria Antônia, que tinha como princípio a crítica intelectual a bens culturais, tais como literatura, teatro, cinema e artes visuais. Seus ensaios críticos estabeleceram no Brasil o gênero “ensaio universitário”, de forma contundente e séria.

O grupo de *Almanaque* também é constituído por frequentadores dos chamados “Seminários de Marx”. Bento Prado Júnior e Roberto Schwarz participaram,

³⁹ Sobre *Almanaque* e o tema em questão ver FONSECA, C. L. Entre o esforço de lucidez e o escrever em não: espaço-tempo de resistência em Argumento e Almanaque - revistas culturais brasileiras dos anos 1970. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, n. 67, v. 42, pp. 248-269, 2022.

em 1958, da leitura coletiva de *O Capital*, de Marx, ao lado de José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, entre outros, que acontecia na Faculdade de Filosofia. Esse seminário ficou muito famoso e influenciou a geração seguinte de professores e alunos. A Maria Antônia da década de setenta observou inúmeros seminários se formarem, eram tantos, como conta Galvão (2021), que não havia como frequentar todos. Essa perspectiva dos seminários, de uma ação coletiva que não era hierarquizada, onde professores e alunos, graduandos e doutorandos, discutiam e aprendiam juntos, é outro ponto que constrói o perfil da revista.

Perfil esse que possui uma outra face a qual também é importante refletir. *Almanaque* é publicada por meio de uma editora, a Brasiliense. Fundada por Caio Prado Júnior, Arthur Neves e Leandro Dupré em 1943, a editora, que mais tarde teria também como associado Monteiro Lobato, foi criada como um espaço de oposição ao Estado Novo, o período ditatorial de Getúlio Vargas. A partir de 1955 a editora passa a publicar a *Revista Brasiliense*, de tendência marxista, a qual foi fechada pela repressão já no primeiro mês da ditadura militar, em 1964, quando, também, Caio Prado Júnior e seu filho, Caio Graco Prado, foram presos com base na Lei de Segurança Nacional. Apesar de Caio Prado Júnior exilar-se no Chile durante algum tempo após ser solto, ambos foram presos algumas outras vezes pelos militares. A perseguição continuou devido a persistência dos Prado em manter a Brasiliense como um pólo de resistência à ditadura militar⁴⁰.

Em 1975 Caio Graco assume a função de diretor-presidente da editora e é com ele que Walnice conversa para publicar *Almanaque*. Seu amigo de longa data que publicou vários de seus livros, Caio Graco, ofereceu-se para editar a revista de Walnice e Bento. O apoio de uma editora facilitou muito o processo editorial, mesmo que seus coordenadores ainda tivessem o grande trabalho de reunir e analisar textos, bem como construir a totalidade de cada número, as questões técnicas eram de preocupação única da editora. A Brasiliense ficou com o trabalho de editar *Almanaque*, o que fez do lucro algo também exclusivamente seu. Nenhum coordenador ou colaborador da revista recebeu qualquer valor em troca de seus serviços, todos foram voluntários para ajudar a produzi-la.

⁴⁰ Essas informações foram retiradas do livro *Caio Graco Prado e a Editora Brasiliense* (2020), organizado por Sandra Reimão e Gisela Creni, especialmente do artigo “Brasiliense e o Brasil da Ditadura Militar: Uma Editora de Resistência” de Flamarion Maués.

Almanaque foi pensada e elaborada por sobreviventes do período mais repressivo da ditadura. Por essa razão, se constitui em uma revista de resistência ao regime militar, argumento que se comprova definitivamente por afirmação de sua idealizadora (GALVÃO, 2021). Ao ser composta por um grupo editorial filiado à uma universidade com grande representatividade nos movimentos de oposição e à uma editora conhecida por sua conduta de resistência, bem como por ousar publicar produções de intelectuais que eram de esquerda, a revista assume uma postura antagônica, demonstrando a posição crítica que seus editores e colaboradores escolheram. Em determinado momento de seu depoimento sobre *Almanaque*, Galvão declara que eles pertenciam ao fenômeno de maio de 1968⁴¹, então eram defensores da revolução cultural e da democratização do ensino universitário. Portanto, essa era a orientação que deu vida à revista, oriunda justamente do fenômeno de suprir o vazio cultural deixado pela ditadura, do qual fala Camargo (1998).

Com 14 números publicados, tiragem média de 3.000 exemplares e sem periodicidade fixa⁴², *Almanaque* apresentou em suas páginas ensaios acadêmicos, pesquisas, resenhas, traduções, entrevistas, cartas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trechos de livros, além de obras ficcionais e poéticas. A trajetória da revista é dividida em duas fases: na primeira, seus textos abordam diferentes temas e são literários ou ensaísticos, com distintas propostas, privilegiando a literatura e a filosofia. As capas de todos os números têm o mesmo design, e trazem estampada a mesma imagem, elaborada por Claudio Tozzi: o desenho de um cérebro atravessado por um parafuso com o título em destaque na parte superior, e com poucas variações, em geral de cor, conforme é possível observar na figura 8.

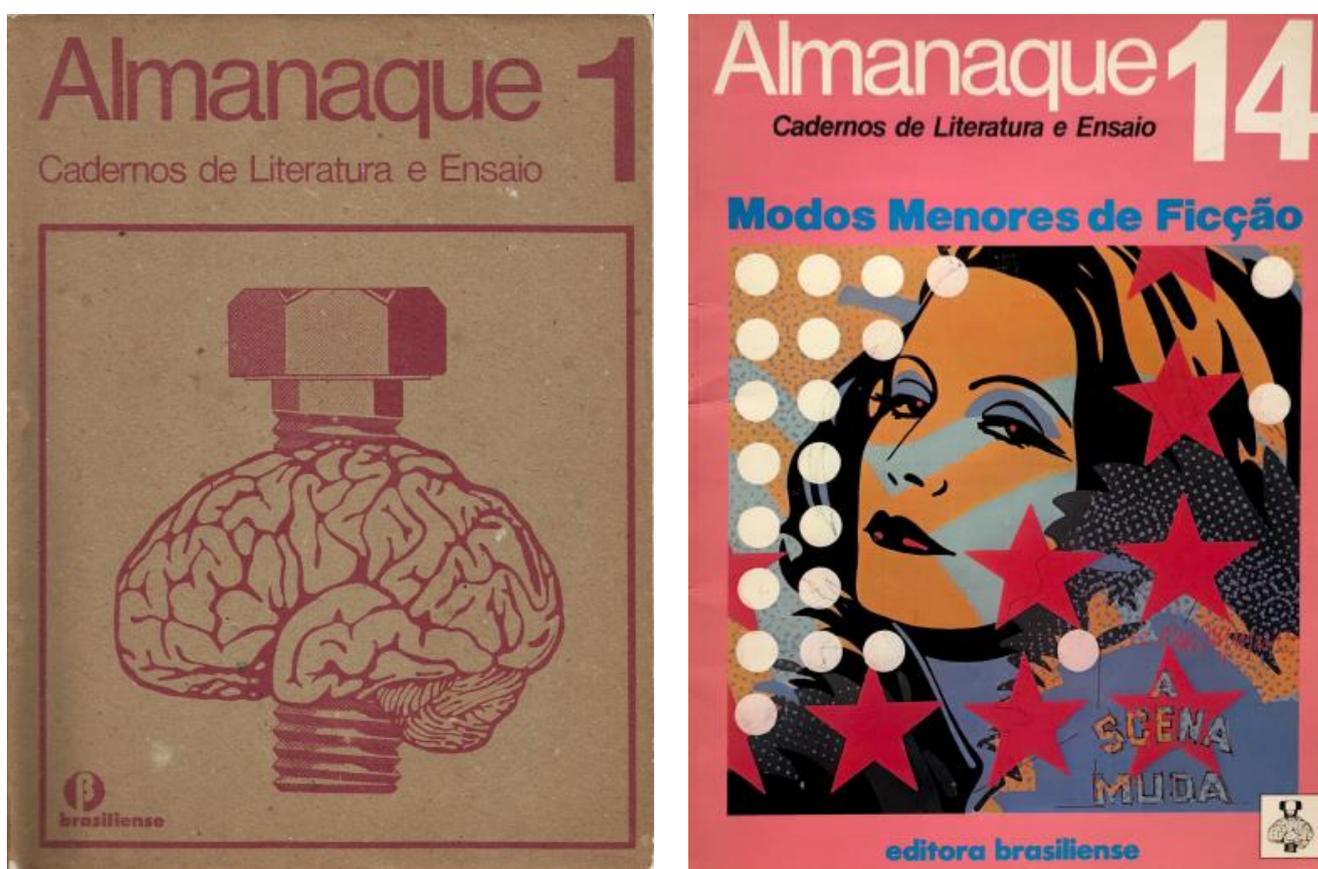
Já na segunda fase, a partir do número 9, em 1979, o periódico passa a ser temático e abre mais espaço para outras discussões para além do literário, como, por exemplo, a psicanálise e a educação. Essa modificação no conteúdo de *Almanaque* se dá, principalmente, pela saída do crítico literário Roberto Schwarz, o colaborador com maior presença nos seus primeiros números. Dessa forma, os últimos seis números da revista, “Pensamento e Política” (1979), “A Mulher Objeto de... Estudo” (1979), “Educação ou Desconversa” (1980), “Psicanálise em questão” (1981),

⁴¹ “[...] nós, os de maio de 68.” (GALVÃO, 2021, p. 22).

⁴² Sua periodicidade variou entre trimestral e quadrimestral, chegando a semestral nos últimos anos: em 1976 foram dois números; em 1977, 3; em 1978, 3; em 1979, 2; em 1980, 1; em 1981, 2; e em 1982, 1.

“Suplemento literário” (1981) e “Modos menores de ficção” (1982), apresentam capas e subtítulos que ilustram o eixo temático de seus textos. A figura número 9 exemplifica tais mudanças. A mesa de redação desta fase foi composta por Ligia Chiappini de Moraes Leite, Vera Maria Chalmers, Haqira Osakabe, Michel Lahud, Teresa Pires Vara, Rubens Rodrigues Torres Filho, Luiz Roberto Salinas Fortes e Mary Camargo Neves. Todos também ligados à USP em algum momento de suas vidas.

Figura 8 e 9 – Capas do primeiro e do último número de *Almanaque*



Fonte: *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo, edições 1 e 14, de 1976 e 1982, respectivamente.

Segundo Galvão (2021), outras influências de *Almanaque* foram as revistas surrealistas francesas e as modernistas, especialmente suas características lúdicas e experimentais. Embora a revista também tenha como modelo os ensaios produzidos em *Clima*, a sua pretensão era diferente da seriedade que compunha a revista da

década de quarenta⁴³. O clima proposto por *Almanaque* era justamente o contrário, que consistia em fazer críticas por meio de brincadeiras, piadas, deboches, charadas e disfarces. Ao elencar os princípios que definiram a revista, Galvão coloca como primeiro deles a diversão, pois ela também foi criada para que seus participantes pudessem se divertir, já que com a ditadura eles sofriam o suficiente. Além disso, seu principal objetivo era continuar sobrevivendo. Não queriam atrair a repressão e por isso utilizavam estratégias para não serem censurados.

Ressentidos com o fechamento prematuro de *aParte*, uma revista vinculada a um grupo de teatro da USP e perseguida pelos militares devido ao seu título, que foi equivocadamente interpretado por eles como uma referência à Ação Popular (AP), os coordenadores de *Almanaque* não queriam enfrentar a mesma situação, por isso planejaram cuidadosamente o título da revista. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio* foi um nome que de fato não levantou suspeitas, pois em nada indicava o espírito combativo da sua redação. Contudo, esse título evidencia o projeto da revista, tanto por sua forma de disfarce, como por sua manifestação ambígua. A revista era tanto um almanaque, uma publicação popular e da indústria cultural, como também era um caderno de literatura e de ensaio, ligado normalmente a uma elite cultural, acadêmica e especializada. Com esse título, *Almanaque* resume o que virá em suas páginas, uma tentativa de reunir, sem antagonismos, a indústria cultural com a arte e a academia. Renata Telles (1999, p. 27) esclarece:

Almanaque se coloca contra os intelectuais elitistas que transformam a atividade crítica em um jogo de "gênio" e "bosta", e acredita que a imprensa alternativa seja o caminho para um público não tão restrito. Por trás das máscaras o leitor encontra a "verdadeira" *Almanaque*, que foge do cânone elitista, que brinca de se esconder nos disfarces textuais e se revela como uma crítica que não quer ser um objeto limitado ao texto e que através da indústria cultural pretende alcançar o público leitor (TELLES, 1997, p. 27)⁴⁴.

Desde o título até os textos publicados, a revista pretendia ser para todos os públicos, no entanto, há que se destacar que *Almanaque* se constituía em uma publicação de circulação sobretudo nos meios acadêmicos, vendida em livrarias, o

⁴³ Os intelectuais de *Clima* foram chamados por Oswald de Andrade como os “chato-boys”.

⁴⁴ Para fazer essa afirmação, Renata Praça de Souza Telles (1999) retoma e cita um texto de *Almanaque*, publicado no número 3 da revista, de 1977, intitulado “Crítica da razão elitista”, escrito por Lígia Chiappini Moraes Leite e Flávio Aguiar.

que, de alguma forma, impedia que alcançasse, de fato, todos os públicos. Ainda era restrita, portanto, malgrado a pretensão democrática. O fato é que uma revista de crítica literária dificilmente seria consumida por um público não especializado. Mesmo o tom de informalidade adotado exigia um conhecimento prévio ou uma familiaridade não apenas com as áreas e temas abordados, mas também com o discurso acadêmico. Tratava-se, de fato, de uma elite acadêmica, aqueles que organizavam e contribuíam para sua existência e circulação. Também é necessário lembrar que era bancada por uma editora, não dependendo de nenhum outro tipo de sustento, o que evidencia esse círculo elitista de que seus membros participavam.

A equipe de *Almanaque* não negava essa esfera, porém, a criticava com muito entusiasmo. Na verdade, as críticas que a revista tece são especialmente sobre si e o espaço de que é oriunda. Muitos de seus textos são constituídos por um tom satírico, no qual a leitora precisa se atentar para observar onde está a crítica de fato. O primeiro artigo com essa conotação, que iria se tornar a marca registrada da revista, foi publicado no número 2 e assinado por Roberto Schwarz. Em “19 princípios para a crítica literária”⁴⁵ o autor produz sua crítica de forma inversa, no sentido de que tudo deve ser interpretado ao contrário do que está escrito. Schwarz, em apenas uma página, apresenta o programa de *Almanaque* a partir de um jogo de disfarces inédito, o qual não anuncia apenas os princípios da revista, como também as crenças e as ideologias que a definem. Os princípios 5, 8 e 12, que são exatamente iguais, merecem ser destacados, pois é uma parte importantíssima dessa narrativa ilusória que demonstra o perfil da revista:

5. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela lingüística e pela filosofia das formas simbólicas (SCHWARZ, 1976, p. 5).

Ao observar o conteúdo de *Almanaque*, percebe-se que, por meio de disfarces, ironias e sátiras, a revista define qual é o seu lugar e qual é o seu papel, não deixando margem para interpretações equivocadas. O interessante é que seus elaboradores não fazem uso de editoriais para proceder desta maneira, mas sim dos próprios textos que estão disfarçados de diferentes formas. Um excepcional exemplo

⁴⁵ Esse texto foi posteriormente publicado ao lado de outros ensaios do autor escritos entre 1964 e 1978 no livro *O pai de família e outros estudos* (1978).

de tal performance é o texto “Glória precoce: *Almanaque* objeto de tese”, que aparece no número 6. É uma resenha, que só foi possível graças a arguição de Lígia Chiappini que era da banca examinadora, sobre uma tese de nome *O eclétismo como coerência ideológica num mundo em crise: contribuição para o estudo das revistas de cultura no Brasil*, a qual teve como objeto de estudo os três primeiros números de *Almanaque* e foi defendida pelo jovem professor Belizário Palermo Filho, na Universidade Reunida Duque de Caxias, em 1978, sob orientação professor Bento Prado Júnior, na área de História das Ideias Filosófico-Literárias II. A resenha esclarece que a tese de Belizário identifica que *Almanaque* é construída por um sistema de disfarces, com artigos aparentemente sem importância, mas que apresentam a sua linha editorial. Além disso, o professor também descobriu que “os autores mais citados, cujas assinaturas se assemelham a nomes verdadeiros, são pseudônimos, sendo reais aqueles que pareciam fictícios” (ALMANAQUE, 1978, p. 108).

A leitora atenta desta resenha repara que nem a universidade citada, nem a área de pesquisa existem, e que Bento não dava aulas no Rio de Janeiro e sim em São Paulo. A resenha, que aparenta ser tão séria por utilizar todas as marcas deste gênero, é, na verdade, uma ficção. Telles (1999) faz a leitura de “Glória Precoce” como uma ficção que cria a revista e também o seu espaço. Não é apenas um ensaio que demonstra o que *Almanaque* quer, é uma “narrativa do fazer, uma metaficção em que criador e criação se confundem [...] que se constrói no diálogo com os discursos com os quais disputa o espaço” (TELLES, 1997, p. 27). O título escolhido para a tese fictícia resume o programa da revista, o qual é eclético, mas fundamentado em uma ideologia mesmo em um momento em que é proibida.

Almanaque, portanto, é um enigma para ser decifrado, que começa a ser construído desde seu primeiro número quando publica sua “Apresentação” e, ao final, sua “Desapresentação”, nas quais pode-se “vislumbrar de fato a que vem a publicação, sua natureza, sua essência, e entender o seu projeto [...] e que, sim, há um propósito em sua iniciativa” (FONSECA, 2022, p. 262). Isso se evidencia na leitura dos dois textos, sobretudo, quando confrontados:

A que vem mais uma publicação lítero-especulativa, no panorama já trepidante da vida cultural do país? - perguntará com razão o leitor, enrolando nervosamente um chumaço de cabelos no alto da cabeça (ah, esse hábito de cultivas [sic] textos teóricos cada vez mais densos à custa de cabeleiras cada vez mais ralas). Se, porém, admitir que só se escreve em vão, que o pleno não absorve letra nem til, cedilha nem hífen, terá mais paciência para estudar

a proposta e ver onde atingem algumas palavras deflagradas. Crítica da cultura é a fórmula que poderá usar então, se, afeto à compartimentação universitária do saber, tiver dificuldade em localizar esse lugar celeste onde confluem formações tão díspares, em um discurso tão disparatado. Mas se quiser achar seu lugar terrestre, erra em procurar demais. O que se ensaia, salvo erro, é esse exercício anti-econômico, sem programa, errante, sem precedente, sempre excedente - do prazer e da liberdade da escrita, da imaginação e do pensamento: ensaios de contra-dicção. Verá que são *Cadernos* de efeito. Inútil indagar por suas causas. Também não vêm preencher nenhuma lacuna. Criam sua própria lacuna. Ou não (ALMANAQUE, 1976, p. 7).

A continuação vem na última página da primeira edição, com o título “Desapresentação”:

Ou sim. Vêm criar sua imprópria lacuna. É útil indagar por suas causas, já que ficam sem efeito. A contradição ou a essência deste ensaio: ensaio, apenas, de uma escrita do prazer e da liberdade. O que se salva, ensaio e erro, nunca é sem precedente, rumo ou ganho. Procure sim, leitor. Contrafeito a demitir letra e til, cedilha e hífen, verá que só se escreve em não. Utopias. Ah, esse hábito de cultivar cabeleiras cada vez mais densas à custa de textos teóricos cada vez mais ralos. Sem razão, leitor, não arranque os cabelos. A isto não vem uns *Cadernos* lítero-especulativos a mais ou a menos, já mais a menos, jamais amenos (ALMANAQUE, 1976, p. 75)

Esses pequenos textos já são enigmas. Interpretá-los só fica mais fácil para a leitora quando esta percorre seus outros artigos e edições, entendendo seu sistema de disfarces, seu tom irônico e satírico, seu discurso antiacadêmico feito justamente por academicistas que não a consideravam uma revista acadêmica, muito menos institucional e que faziam suas reuniões de pauta em uma mesa de bar. Não apenas para escapar da censura, mas para fugir de qualquer tipo de controle (GALVÃO, 2021). Além disso, a publicação de Walnice e Bento criou um espaço onde a elite e a massa, a indústria e a academia, a literatura e a imprensa, encontravam-se. Onde brincadeiras, pastiches, paródias e cartas fictícias⁴⁶ eram publicadas junto com ensaios críticos sérios e especializados. Até horóscopo a revista apresentou uma vez. Porém, também publicou um poema para Vladimir Herzog, chamado *Idos de Outubro*, assim como trechos do romance *Quatro olhos* (1976), de Renato Pompeu, sobre a

⁴⁶ Para dar um exemplo, no número 1 são publicadas algumas cartas “Cartas dos leitores”, onde duas delas são assinadas por Riemann Jakobson e W. Benjamin, respondendo a textos da *Almanaque* apresentados naquela edição.

tortura que sofreu o autor. Todas essas diferentes camadas, que parecem incompatíveis, constituem o diferencial de *Almanaque*.

Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio tem em sua essência a contradição. No entanto, é uma contradição que não a anula, pelo oposto, a enriquece. Com seus ensaios de “contra-dicção”, que excedem o prazer, a liberdade de escrita, a imaginação e o pensamento, a revista criou seu próprio lugar, sua imprópria lacuna. Ao produzirem *Almanaque*, seus editores e colaboradores produziram sua utopia particular, onde divertir-se era possível e aceitável. Também criaram seu pólo de resistência à barbárie que assolava o país. Diversão e resistência eram seus princípios, na mesma intensidade. Talvez em outra revista essa combinação seria impensável, mas em *Almanaque*, que também era *Cadernos de Literatura e Ensaio*, encaixou-se perfeitamente.

4.2 Essas mulheres fizeram revolução

*Almanaque*⁴⁷ foi um dos milagres que floresceu na lama brasileira pisoteada pelos militares. Foi uma revista inteligente, não apenas por driblar a censura, mas sobretudo por escrever nas entrelinhas, cativando seus leitores e os incentivando a resolver o mistério que a envolvia. Tanto encantou que seus coordenadores eram procurados constantemente por pessoas que gostariam de publicar na revista, inclusive do exterior (GALVÃO, 2021). Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr. a coordenaram de modo que o sucesso foi inevitável. A coordenação dividida entre uma mulher e um homem não é por acaso. Segundo a própria Walnice, essa foi uma das primeiras regras estabelecidas, a qual deveria manter-se caso algo acontecesse e novos coordenadores precisassem ser escolhidos: “[...] sempre uma mulher e um homem.” (GALVÃO, 2021, p. 17). Também não é mera casualidade o termo feminino vir à frente na escrita de Walnice, já que seu nome sempre foi o primeiro elencado em todos os números da revista. A coordenação co-exercida por mulher é um dos grandes diferenciais de *Almanaque*, quando confrontada a grande maioria das revistas, e seu

⁴⁷ Parte desta seção foi publicada no artigo: MARTINS, M. L.; FONSECA, C. L. Mulheres intelectuais em revistas culturais: a propósito de *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*. **Caderno de Letras**. Pelotas, n. 39, pp. 139-154, 2021.

nome estar em destaque é significativo para compreender a personalidade da publicação no que refere-se às mulheres.

No primeiro número da revista, Walnice publica um poema intitulado “Idos de Outubro”, uma homenagem a Vladimir Herzog, assassinado pelos militares poucos meses antes. Embora ela não mencione o nome do jornalista, seus versos e a data indicada ao final do poema, bem como a página em que foi publicado, fazem referência cifrada ao fato, intenção confirmada recentemente pela autora em artigo que conta a história da revista (GALVÃO, 2021). Os censuradores não leram as entrelinhas e não houve repressão ao número da revista, assim como a nenhum dos demais números de *Almanaque*. No mesmo artigo citado, Galvão relata que o assassinato do colega quase os fizera desistir da imprensa alternativa, porém, o número 1 já estava sendo editado e tudo que eles puderam fazer foi homenageá-lo de alguma forma. A publicação do poema é outra prova que *Almanaque* surgiu para compor a resistência à ditadura militar, mesmo que sua opção de luta seja diferente de outras publicações, como *Versus* por exemplo.

Walnice é uma das maiores referências dos estudos literários brasileiros nas últimas décadas. Professora de Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP, de onde é também egressa, ela dedicou-se principalmente à pesquisa das obras de Guimarães Rosa e de Euclides da Cunha durante sua carreira, passando a ser reconhecida mundialmente como especialista na obra desses escritores. Contudo, conforme já é possível compreender por sua participação na imprensa alternativa, seu trabalho vai bem além do exercício da crítica literária, pois a intelectual brasileira sempre manteve um diálogo com as questões sociais e políticas de seu tempo, preocupando-se não apenas em refletir sobre esses temas, mas também em posicionar-se, tomar partido e contribuir de algum modo. O que, segundo a própria autora, não é uma obrigação de todo intelectual, mas é um ato solidário, algo que ela gostaria que todos fizessem⁴⁸. “Seria muito bom se todas as pessoas se preocupassem com o mundo onde vivem e com as outras pessoas também” (GALVÃO, 2009, p. 13).

Nos anos setenta, por exemplo, Walnice abriu sua casa para um grupo de discussões feministas, pois, conforme relata em conversa com Schneider Carpeggiani para o jornal literário *Suplemento Pernambuco* (2018, p. 19), falar sobre feminismo

⁴⁸ Walnice faz essa afirmação em entrevista concedida a Carlos Haag, para a revista Pesquisa Fapesp, em abril de 2009.

naquele período, ainda mais considerando-se o contexto de repressão, era muito difícil. Sendo assim, percebeu a necessidade da existência deste espaço criado para receber mulheres e acolher seus pensamentos. Provavelmente, esse posicionamento de Walnice, atrelado aos eventos da época, motivaram a revista a publicar sua décima edição tendo como temática os assuntos relacionados às mulheres especificamente, a partir de uma perspectiva feminista. Sob o título “A Mulher Objeto... de Estudo”, a edição conta com ensaios e literaturas feitas por mulheres ou sobre mulheres.

Esse número de *Almanaque* é significativo para a pesquisa em questão, uma vez que a maioria dos textos são assinados por mulheres e discutem sobre temas essenciais na busca pela emancipação feminina, assim como cita majoritariamente intelectuais como Annie Leclerc, Heleieth Saffioti, Julia Kristeva, Lou Salomé, Margaret Mead, Simone de Beauvoir e Virginia Woolf, assim como escritoras da literatura brasileira: Adélia Prado, Cecília Meireles, Clarice Lispector e Henriqueta Lisboa⁴⁹. Por essas razões, a edição será explorada em sua totalidade.

É necessário destacar que dos nove artigos publicados no número, três são de autoria masculina: “Amor; Mulher; Casamento”, de Friedrich Nietzsche, traduzido por Sylvia Junghähnel e Rubens Rodrigues Torres Filho, o qual coloca em evidência expressões do pensamento nietzschiano sobre as mulheres; “Com a boca na butijá”, de Antônio Carlos de Brito – o Cacaso, que discute sobre as antologias poéticas organizadas no período com caráter de resistência, e, por último, “A gandaia e a repressão – piruetas de um delegado de polícia na Primeira República”, de Paulo Sérgio Pinheiro, que aborda leis sancionadas para a redução da prostituição feminina, assim como as humilhações e o desprezo sofridos por essas mulheres. Dos três, o texto de Cacaso parece ser o único que não está diretamente relacionado ao tema do número, pois não aborda especificamente assuntos relativos às mulheres, nem mesmo sobre a autoria feminina ou sua presença – quase ‘não-presença’ – nas antologias de que trata. Embora o artigo de Cacaso pareça deslocado, não há como identificar o critério da redação ao publicá-lo, especula-se, porém, que pode estar associado à média de textos reproduzidos por edição, a qual sempre se manteve em torno de dez.

⁴⁹ Além das mencionadas, também foram citadas na edição: Alda Camus, Anna Seghers, Betty Mindlin, Elizabeth Browning, Esther Harding, Eunice Arruda, Helen Diner, Letícia Moreira de Souza, Margaret Randall, Maria do Rosário Valencise, Maria José de Oliveira, Maria Lúcia Alvim, Marie Louise Von Franz, Melanie Klein, Miriam Chnaiderman, Rainer Maria Rilke, Ruth Landes, Simone Weil, Simone Pétrement e Suzanne Langer.

Os outros seis artigos foram escritos por mulheres: Sonia Curvo Azambuja, Walnice Nogueira Galvão, Ana Cristina César, Heloisa Buarque de Holanda, Maria Malta Campos, Daisi Malhadas e Silvia M. S. de Carvalho. Além disso, a seção de número cinco da edição, intitulada “Segunda Feira de Poesia”, se constitui em uma reunião de poemas de autoria exclusivamente feminina, onde se fazem presentes as poetisas Xênia Antunes, Letícia Moreira de Souza, Eunice Arruda, Lúcia Vilarés, Maria Valencise, Leila Míccolis, Alda, Maria Lúcia Alvim, Miriam Chnaiderman, além da constante Ana Cristina Cesar.

O número é aberto pelo texto “Feminismo e Feminilidade: fontes de conflito”, de Sonia Curvo Azambuja, em que a autora discute feminismo, feminilidade e suas acepções na psicanálise. Nele, se questiona sobre “onde esteve situada a palavra da mulher desde sempre?” (AZAMBUJA, 1979, p. 5), com base na leitura do livro *Parole de Femme*, de Annie Leclerc, publicado alguns anos antes, em 1974. A psicanalista e pensadora reflete sobre a identidade feminina partindo do caso de uma de suas pacientes, observando que as mulheres são valorizadas pelas suas funções sociais e culturais de acordo com as expectativas masculinas, concluindo que esse problema é de natureza ontológica. Para Sônia, o motivo do feminismo ser tão renegado é porque a divisão entre os sexos está intrínseca à própria mente humana, a qual também é dividida e, assim, representada culturalmente através dos tabus que separam os sexos.

Por sua vez, Walnice Nogueira Galvão comparece com o artigo “Frequentação da donzela-guerreira”, no qual investiga a representação da figura de donzela-guerreira, personagem que “frequenta a literatura, as civilizações, as culturas, as épocas, a História, a mitologia” (GALVÃO, 1979, p. 19), em diferentes imaginários e sob várias perspectivas. Para tanto, a professora e pesquisadora retoma as histórias de Joana D’Arc, Mu-lan, Iansã, Dafne, Brunhild para exemplificar seu ponto de vista. O texto publicado faz parte de um longo trabalho de Walnice, e se encontra completo no livro *A Donzela-Guerreira: um estudo de gênero*, lançado em 1998. A esse respeito, é interessante destacar que, Walnice dedicou seu texto em *Almanaque à Iara Lavelberg*⁵⁰, uma mulher intelectual, uma amiga perdida para a ditadura em 1971.

⁵⁰ Iara Lavelberg morreu aos 27 anos em Salvador. Segundo os militares, Iara cometeu suicídio quando percebeu que seria presa. Porém, anos depois foi constatado que a versão de suicídio era improvável. Iara era psicóloga e professora, militante da extrema esquerda e integrava a luta armada contra a ditadura militar (MERLINO, 2010, p. 48).

Em entrevista com Carpeggiani (2018), Walnice revela que para ela, Lara era uma “donzela-guerreira”, que morreu por enfrentar as guerras criadas por homens. E, assim como todas as “donzelas-guerreiras”, teve um destino, além de trágico, histórico. A autora também relembra que essa ideia de pesquisa surgiu em sua tese de doutorado, em 1972, a partir da análise da personagem Diadorim, de *Grande Sertão: Veredas*. De acordo com Carpeggiani (2018), as personagens literárias e as mulheres da vida real que estavam perdendo suas vidas, como Lara, instalaram-se na imaginação de Walnice, que, ao identificar essa representação da mulher guerreira na literatura, dedicou-se a explorá-la, constatando que havia apenas dois finais possíveis para essas mulheres: a morte, vista como algo positivo, e o casamento, entendido como negativo. *A Donzela-Guerreira: um estudo de gênero* tornou-se um dos trabalhos mais importantes de Walnice.

Já no artigo de Ana Cristina César para a edição, “Literatura e Mulher: essa palavra de luxo”, a escritora carioca discorre sobre a poesia brasileira produzida por mulheres no período, indagando principalmente por que sempre existiu um tom exato e um espaço específico para a poesia feminina, evidenciando, também, como a poesia escrita por mulheres é sempre estereotipada, trazendo como exemplo Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, as quais representam um dos consensos de que poesia feminina é bela e sensível, fala de perfume, flor, coração e madrugada. Com isso, a autora indaga: “não haveria por trás dessa concepção fluídica de poesia um sintomático calar de temas de mulher, ou de uma possível poesia moderna de mulher, violenta, briguenta, cafona onipotente, sei lá?” (CÉSAR, 1979, p. 33). Para Ana Cristina, “o feminino só existe na sexualidade, em todos os outros aspectos da vida é o social que domina, é o ser construído pela cultura do meio e da época” (p.33).

Afirma ainda que é uma ideia de homens, a bem da verdade, procurar uma poesia feminina. No entanto, em uma errata acrescentada pela autora ao final do texto, escrito dois anos antes, esta atualiza a discussão, pois o tomar contato com a poesia produzida por mulheres no período entre a escritura do artigo e sua publicação em *Almanaque*, faz com que reveja algumas posições que para ela se tornaram anacrônicas, concluindo que essa poesia dócil é a do passado, que a nova poesia produzida nos anos setenta por mulheres tinha um caráter militante e, muitas vezes, andava de mãos dadas com o feminismo. Contudo, a poeta percebe que essa noção acaba por novamente estereotipar a escrita feminina, pois segue determinando de

maneira precisa o lugar a ser ocupado pelas mulheres poetas, e como deveriam escrever – o exato espaço e tom, considerando-se cada momento ou contexto.

Poesia, ainda, e os panoramas cultural e político da década de setenta são tema do artigo “O espanto com a biotônica vitalidade dos 70”, de Heloisa Buarque de Holanda⁵¹. A escritora e crítica literária, definitivamente feminista, falando sobre a poesia marginal e discorrendo sobre várias, e vários, poetas brasileiros, reflete sobre a importância do cenário dos anos setenta, o quanto esses anos se distinguem, de maneira positiva, em relação aos sessenta, destacando sua produção literária e intelectual. Na época, Heloisa já era uma referência nos estudos poéticos, tanto que em 1976 publicou a antologia *26 poetas hoje*, uma reunião de poemas escritos por poetas marginais brasileiros da geração do mimeógrafo. Em relação a esse aspecto, considera-se oportuno destacar um episódio envolvendo a autora: no mesmo ano em que seu livro foi publicado, ela participou de um debate promovido pela revista *José – Literatura, crítica & arte* em seu número 2, realizado por diversas figuras do meio intelectual⁵², com o objetivo de discutir as escolhas da organizadora da antologia. Durante o debate, a autora foi diversas vezes interrompida pelos homens partícipes, que explicaram o que ela quis fazer ou dizer, sendo que ela estava presente, também convidada, e, muitas vezes, ainda, discordaram de sua visão e colocações. Em diversos momentos, Heloisa fala: “é o que eu queria dizer” ou, “é por aí que eu estava pensando”.

Na apresentação do debate, liderado por Gastão de Holanda, os responsáveis pela revista afirmam que a partir desse encontro, reforça-se a posição de sua linha editorial, a qual, segundo seus editores, é aberta para prosadores e poetas de todas as gerações e tendências. Porém, o conselho editorial presente, inteiramente masculino, não concretizou a promessa de abertura à Heloisa. Em meio a inúmeras e reiteradas interrupções, discordâncias e explicações, a autora foi questionada sobre suas escolhas e, em muitos momentos, não teve espaço para esclarecer seu ponto de vista ou suas posições, enquanto os homens faziam isso por ela.

⁵¹ Esse texto foi posteriormente publicado como capítulo do livro “Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70”, lançado em 1980 pela editora Brasiliense (1ª edição), o qual é utilizado como referência bibliográfica no segundo capítulo desta dissertação.

⁵² Estavam presentes no debate a própria Heloisa, Ana Cristina César, Geraldo Eduardo Carneiro, Eudoro Augusto, além do conselho editorial da revista, representado por Luiz Costa Lima, Sebastião Uchoa Leite e Jorge Wanderley.

Ainda na mesma direção, é interessante observar também o que ocorre em outro significativo debate promovido pelos editores da revista *José*, desta vez em sua edição de número 9, intitulado “José no espelho” (1977), organizado com o propósito de se discutir os rumos das publicações periódicas, o futuro da revista, e refletir sobre qual seria seu lugar no contexto cultural brasileiro do momento. Trata-se de uma situação semelhante àquela que envolveu Heloisa Buarque de Holanda. Na capa da edição são referenciados os nomes dos participantes do debate – grande destaque deste número, tanto aqueles que faziam parte do corpo editorial – Luiz Costa Lima, Jorge Wanderley, Sebastião Uchoa Leite e Gastão de Holanda – quanto os que trariam um olhar de fora para a discussão – Ferreira Gullar, Silviano Santiago e Geraldo Carneiro: todos homens.

No entanto, já na segunda página do debate há uma foto de Ferreira Gullar ao lado de Luiza Lobo, ou seja, a poeta e professora brasileira estava presente à discussão, porém não foi apresentada previamente, assim como não foi citada ou questionada por mais de dez páginas, apesar de ter tentado se manifestar antes, timidamente, em um pequeno aparte de duas palavras na sétima página da conversa, o qual se configura, de fato, em uma tentativa, posto que a pergunta que faz tem um efeito apenas retórico, servindo à continuidade do raciocínio de quem se manifestava no momento, Ferreira Gullar, não por acaso um dos participantes externos. A situação perdura até a página onze, quando Luiza impõe-se e pergunta: “Eu posso falar, já que estou aqui?” (LOBO, 1977, p. 11). Depois disso, ela participa de maneira mais efetiva do debate, que segue por mais seis páginas, não na mesma proporção dos demais participantes, e apesar de algumas interrupções.

É fato, os outros participantes não viram necessidade de conceder a palavra à Luiza, nem demonstraram interesse em ouvi-la ou tomar conhecimento de seus posicionamentos em relação às situações e temas tratados, ela teve que forçar sua entrada. Tal atitude não pode ser justificada por sua pouca idade ou experiência. Afinal, à época, Luiza tinha vinte e nove anos, enquanto Geraldo Carneiro, Geraldinho como era chamado pelos homens mais velhos – indicando complacência com o jovem homem –, que participou desde o princípio da discussão, tinha vinte e cinco. Observa-se, não apenas pelos debates, mas pela totalidade de números do periódico, que *José* foi uma revista de intelectuais velha guarda, assentados em perspectivas machistas, como se pode verificar a partir dos dois exemplos citados. Logo, esse recorte sobre os fatos envolvendo Heloisa Buarque de Holanda e Luiza Lobo é essencial, e

exemplar, para a análise em questão, visto que se objetiva justamente ressignificar a História das mulheres intelectuais brasileiras, bem como sua presença e a recepção de suas ideias no cenário cultural do período. Além disso, demonstra também as diferentes posições que caracterizavam a imprensa alternativa.

Retomando os textos presentes na décima edição de *Almanaque*, a tradutora Daisi Malhadas, especialista em língua e literatura grega, e a antropóloga Silvia Maria Schmuziger de Carvalho assinam o trabalho “O hino a Deméter e os mistérios eleusinos”. A participação de Daisi se dá a partir da tradução de um dos Hinos Homéricos, “Hino a Deméter” – deusa grega detentora do ciclo da vida e da morte, considerada também a deusa da colheita, da fertilidade, da terra cultivada e do direito sagrado, o qual é analisado posteriormente por Silvia. Abrir espaço para a importância do papel do tradutor, discussão que até então não era frequente, é mérito também dos editores do periódico paulista.

Em “Mulher-objeto... de estudo”, que empresta seu nome ao título da edição, Maria Malta Campos, pedagoga e doutora em Ciências Sociais, traz o resultado de inúmeras discussões realizadas no primeiro semestre de 1977 sobre a condição feminina por uma equipe de pesquisa da qual ela fazia parte. Porém, em nenhum momento a autora revela o nome de tal grupo. A partir de uma pesquisa no currículo Lattes de Malta Campos, assim como em outras fontes⁵³, acredita-se que a investigadora se referia ao grupo de pesquisadores do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. A FCC foi responsável não apenas por estimular a pesquisa sobre a condição das mulheres no Brasil a partir da década de setenta, quando fundou seu núcleo de pesquisa, mas também por financiar muitos grupos de investigação. Heloisa Buarque de Holanda, na introdução do livro por ela organizado, *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto* (2019), aponta o papel da Fundação para os estudos feministas no Brasil:

Outro fator contextual decisivo no desenvolvimento e na formação dos estudos feministas no Brasil foi a atuação da Fundação Carlos Chagas, sem dúvida uma das maiores responsáveis pela consolidação dessa área de conhecimento. Foi a Carlos Chagas que, em São Paulo, promoveu desde 1974 seminários sobre a mulher, estimulando a pesquisa na área. Foi ela também, a Fundação Carlos Chagas, que em 1977 obteve o apoio da

⁵³ No site da Fundação Carlos Chagas consta o nome de Maria Malta Campos como colaboradora sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais, desde que foi instituído.

Fundação Ford e lançou o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizando, ao longo de 20 anos, oito concursos de alcance nacional e apoiando 170 projetos de pesquisa em várias áreas disciplinares. [...] Os trabalhos desenvolvidos nos concursos da Carlos Chagas reafirmam o panorama mais geral dos estudos acadêmicos sobre gênero. Ou seja, a concentração no campo da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e seus temas prioritários como a mulher na força de trabalho, saúde reprodutiva, violência doméstica e o aborto (HOLANDA, 2019, pp. 16-17).

Em seu artigo publicado em *Almanaque*, Campos discute os tópicos: “a oposição entre sujeito e objeto de análise”; “a oposição entre a importância relativa das contradições de sexo frente às contradições de classe social”; “a oposição entre uma visão psicológica e uma visão sociológica do tema” e “a oposição entre pensamento e ação”. A autora coloca em pauta aspectos que dificultavam os estudos feministas, como o envolvimento pessoal, porque as mulheres são teóricas/pesquisadoras e objetos de análise, o que acaba levantando questionamentos acerca da validade de seus trabalhos. Também destaca a linha tênue que separa estudos e atitudes, um dilema que ainda hoje vigora: onde começa a militância? A investigadora conclui que ainda não tem resposta para o dilema, mas afirma que a ação feminista deve ir além da “atividade acadêmica pura e simples” (CAMPOS, 1979, p. 60).

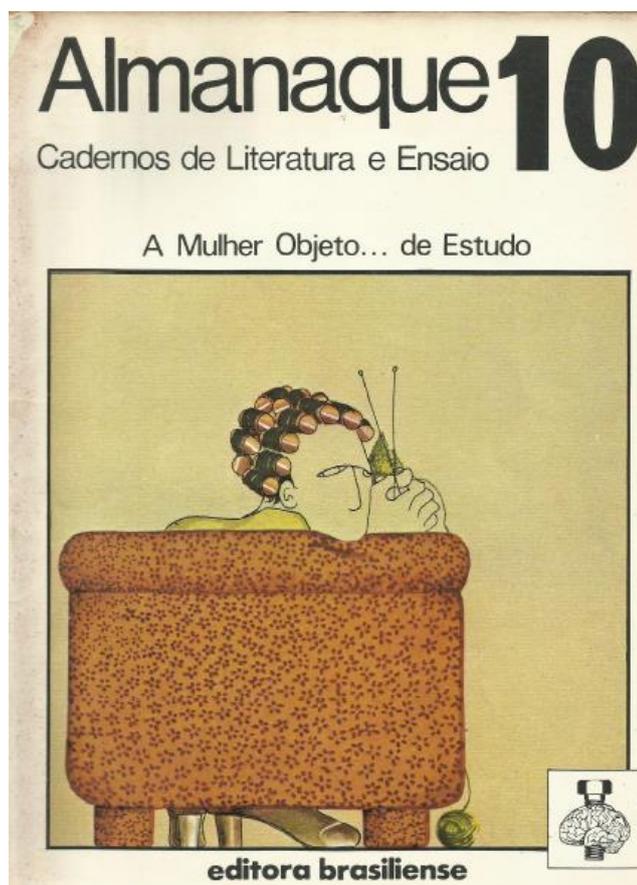
Além de tratar dessas questões, Campos pondera ainda sobre a importância de se pensar as pautas feministas de acordo com os recortes de classe, relatando diferentes perspectivas sobre o assunto. Seu texto pode ser lido como uma síntese dos impasses que constituíam os estudos feministas no Brasil naquela época – e ainda hoje constituem –, principalmente pela distância entre as mulheres que estavam escrevendo e discutindo sobre o tema nos países europeus e as latino-americanas de terceiro mundo, que viviam uma realidade totalmente diferente. Tendo isso em mente, a autora constata que “[...] o trabalho intelectual sobre a condição da mulher do terceiro mundo teria de ser sempre realizado de forma a ligar o problema feminino aos outros problemas do subdesenvolvimento” (CAMPOS, 1979, p. 59).

A última parte da edição é composta por indicações de livros da editora Brasiliense lançados em 1979 que partem de estudos sobre mulheres, comprovando, assim, que a edição segue diferentes caminhos para divulgar os trabalhos sobre o tema. O primeiro livro é *Mulher Brasileira – Bibliografia Anotada*, produzido pela já

citada Fundação Carlos Chagas, e o segundo é *Ser Esposa: a mais antiga profissão*, de Danda Prado, exilada que fundou o Grupo Latino-Americano de Mulheres no ano de 1972, em Paris, de caráter feminista.

Para finalizar a discussão a respeito do número temático, volta-se a sua capa (figura 10), produzida por Lilian Osimo, pois, como tal, pode ser interpretada como uma referência aos textos publicados, no sentido de resumi-los. Logo abaixo do título – “A Mulher Objeto de... Estudo” – identifica-se o desenho de uma mulher sentada em uma poltrona, com bobs nos cabelos e com sapatos de salto alto, fazendo tricô. Ela está de costas, apenas seu rosto está virado para trás, e este não possui boca. Seus olhos miram o leitor. A ilustração representa a mulher no ambiente doméstico, sem direito à fala, conforme sugere a omissão da boca, e dedicada apenas às tarefas do lar. Devido ao formato da poltrona, e às agulhas de tricô logo acima, que remetem a antenas, pode-se também imaginá-la dentro de uma televisão, uma metáfora para a mulher enquanto objeto a ser apreciado, um entretenimento masculino. Contudo, sua cabeça virada para trás pode evidenciar um olhar direcionado para fora, para o espaço público, assim como poderia ser vista como as reticências do título: as mulheres deixando de ser objeto de satisfação masculina para construir teorias a respeito de suas condições de existência e, assim, alcançar sua emancipação.

Figura 10 – Capa da edição de nº 10 de *Almanaque*



Fonte: *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo, n. 10, 1979.

A mesa de redação da edição é composta por cinco pessoas, sendo duas delas mulheres: Lígia Chiappini Moraes Leite e Vera Chalmers, as quais ocuparam essa posição desde o número 3 até o fim da publicação. A revisão foi feita por Valéria Salles ao lado de Newton Sodré. Percebe-se, então, que havia mais homens do que mulheres produzindo o número em questão. De fato, essa é uma característica da revista. Embora Walnice afirme que a coordenação prezava por igualdade de mulheres e homens na comissão editorial (GALVÃO, 2021), nas onze primeiras edições publicadas, a participação de homens na mesa de redação é superior à de mulheres. Apenas nas três últimas é que os números se igualam, tal como sugeriu Wanice, a partir das entradas de Teresa Pires Vara e Mary Camargo Neves, junto de Luiz Roberto Portes.

Todavia, os nomes de Lígia e Vera aparecem sempre como os primeiros na mesa de redação, assim como o de Walnice na coordenação. Essa característica pode ser interpretada como uma maior participação dessas mulheres em ambas as

funções, demonstrando, assim, que *Almanaque* era majoritariamente elaborada por mulheres. O número 12, inclusive, é coordenado inteiramente por Lígia, que além da presença constante na redação, também publicou nas páginas da revista. Com cinco textos veiculados, a professora de literatura ocupa o terceiro lugar na lista de colaboradores gerais, junto da filósofa Marilena Chauí. Segundo a pesquisa de Telles (1997), Rubens Rodrigues Torres Filho foi quem mais participou da revista, com onze publicações. Walnice é quem ocupa a segunda posição, uma vez que publicou por nove vezes.

Apesar da liderança feminina e das três mulheres mencionadas estarem nas primeiras colocações, a quantidade de homens publicando na revista ainda é superior a de mulheres. Em sete anos de circulação, 146 pessoas colaboraram em *Almanaque*, das quais 54 são mulheres. Sendo assim, a presença de mulheres fica em torno de 36% apenas. Além disso, entre os trinta autores mais citados na publicação, não há nenhuma mulher (TELLES, 1997). Georg Hegel aparece em primeiro lugar, como o mais citado, e Roland Barthes, em trigésimo. Como a entrada das mulheres no cenário intelectual, de forma mais efetiva ou disseminada, era muito recente, e a noção de que não pertenciam a tal espaço ainda vigorava, é possível afirmar que essa falta de menções à figuras femininas é um sintoma do seu tempo, do qual *Almanaque* não escapou, da mesma maneira que *Versus*, segundo destacado anteriormente.

Também é preciso apontar que a revista não abordou em nenhum outro número a temática específica dos movimentos de mulheres, nem discutiu sobre a condição das mulheres em sociedade, além da 10ª edição. Apenas no último há um ensaio de Dulcília H. Schroeder Buitoni, no qual a jornalista reflete sobre a imprensa feminina brasileira a partir de 1851, elucidando como as mulheres eram representadas ao longo dos anos por uma perspectiva conservadora. Essa ausência demonstra que, na revista, a temática não era uma pauta indispensável ao ponto de estar presente constantemente, e sim uma questão secundária. Sabe-se que a publicação passou por uma transformação, convertendo-se mais ao gênero acadêmico, compreendida como sua segunda fase, por isso começou a apresentar temáticas específicas como eixo de cada número, tal como o 10. Entretanto, a primeira fase também tratava de assuntos diversificados, para além da literatura e da filosofia, como arquitetura e antropologia, por exemplo.

Levando em consideração que a temática específica das mulheres se encontra em qualquer um dos tópicos tratados pela revista em algum momento, é

plausível constatar que foi uma escolha deixá-la de lado, no sentido de minimizar sua importância, apesar das constatações feitas em momento anterior no que concerne à Walnice. A teórica, porém, não coordenava sozinha, assim como a mesa de redação foi por muito tempo composta por uma quantidade significativa de homens, o que provavelmente foi o motivo pelo qual a temática ficou marginalizada, visto que a própria Walnice afirmou já ser feminista na década de setenta. Embora exista essa ausência, nenhum texto posicionou-se de forma machista, já que todos passavam pelo crivo da coordenação, conforme afirmação de Walnice (2021)⁵⁴. Tais observações demonstram que *Almanaque* foi testemunha da sua época, pois mesmo sendo coordenada parcialmente por uma mulher e tendo como peças principais da mesa de redação outras duas, o feminismo e os movimentos relacionados ficaram restritos a um número temático.

No entanto, em vista do contexto, *Almanaque* pode ser considerada pioneira entre as publicações de mesma natureza, isto é, revistas culturais e literárias, ao dar visibilidade à produção intelectual de mulheres, a qual não se restringia a assuntos próprios da sua agenda e sim como parte fundamental das discussões a respeito de literatura, filosofia, imprensa, educação, entre outros temas recorrentes da publicação. A revista, portanto, é uma evidência do papel relevante e decisivo que as mulheres exerciam nos meios acadêmico e social, afinal a sua liderança feminina revolucionou o cenário intelectual da década de setenta. É evidente que, antes dela, muitas contaram com a contribuição de mulheres em suas páginas, porém, muito pouco em suas mesas de redação e, mais raramente ainda, formando parte de grupos de intelectuais atuantes nesses veículos, com voz, pelo menos. Sendo assim, *Almanaque* foi precursora, podendo ser vista como uma referência aos periódicos que a sucederam.

⁵⁴ “[...] nossa exigência principal era a qualidade e para isso éramos atentíssimos. Trabalhávamos muito, com esse objetivo em mente, lendo, discutindo e selecionando originais. Também encomendávamos textos sobre assuntos a nosso ver escassamente abordados” (GALVÃO, 2021, p. 21).

Considerações finais

A imprensa alternativa não foi um fenômeno uniforme, pelo contrário. Embora o princípio de resistência à ditadura militar fosse o denominador comum, tratou-se de um movimento com muitas faces. *Versus* e *Almanaque* comprovam essa característica multifacetada da manifestação alternativa. Ambas foram baluartes culturais, contudo, enquanto *Versus* propôs um projeto político-cultural assumindo seu posicionamento à esquerda, *Almanaque* usou das entrelinhas e dos não ditos para construir sua frente de oposição. Esta preocupava-se apenas com a censura para manter sua sobrevivência, já aquela também tinha em seu horizonte a precariedade financeira que poderia acabar com sua trajetória antes mesmo de qualquer repressão. Para além destas, outra significativa diferença que as compõem consiste em seus grupos intelectuais: a revista de Marcos Faerman foi protagonizada por jornalistas e repórteres, ao passo que a de Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Júnior, por professoras e acadêmicas universitárias. Suas redes intelectuais foram tramadas de modos bem distintos, portanto.

Dessa forma, o comportamento de ambas as publicações no que se refere às mulheres intelectuais não é o mesmo. Os números demonstram que tanto em *Versus*, como em *Almanaque*, a presença de mulheres era significativamente baixa, na média de 28% e 36%, respectivamente. No entanto, em *Versus*, das 130 mulheres que colaboraram na revista, somente 65 publicaram em suas páginas, diferente de *Almanaque*, que veiculou a produção de 48 mulheres do total de 54. Esse aspecto permite chegar à primeira conclusão sobre as publicações: mesmo que *Versus* tivesse uma redação muito maior que a de *Almanaque*, o número de mulheres que difundiram suas ideias e reproduziram seus conhecimentos encontra-se no mesmo nível. Então, a presença da intelectualidade feminina é mais marcante na revista coordenada por Walnice, em vista dos números apresentados.

A falta de similaridade pode ser explicada, principalmente, pela liderança feminina de *Almanaque* e a masculina de *Versus*. Além disso, nesta respirava-se o ar do jornalismo alternativo, independentemente de a publicação não trabalhar com os fatos diários e sim com propostas mais complexas e literárias, sua redação era composta principalmente por jornalistas experientes. Sendo assim, grande parte das mulheres que colaboraram na revista eram profissionais da área, como as

mencionadas Bárbara Hartz, Cecília Thompson, Cremilda Medina, Elisabeth Marie, Isabel Vieira, Malu Maranhão, Maria Cecília Garcia, Maria da Paz Rodrigues, Mariza Corrêa, Mary Alice Watters, Neusa Maria Pereira, Susan Branford e Vilma Gryzinski. Apesar da maioria das colaboradoras ser jornalista, também colaboraram regularmente na revista mulheres intelectuais de outras categorias, como a filósofa e poeta Diana Bellessi, a fotógrafa Rosa Gauditano, as artistas Conceição Cahú, Ivone Couto e Marlene Crespo, e a médica psiquiatra Marilsa Taffarel Faerman.

Em *Almanaque*, a qual não possuía uma sede e fazia suas reuniões de pauta em uma mesa de bar (GALVÃO, 2021), a atmosfera era a da academia, conforme já destacado. Sua mesa de redação era formada por pessoas ligadas à USP ou que, em algum momento de suas vidas, fizeram parte da instituição. Também havia aquelas advindas de outras universidades, mas todas presentes pertenciam ao meio universitário. Por ser predominantemente elaborada por profissionais com mestrado ou doutorado, *Almanaque* foi polo de encontro de uma elite acadêmica. Logo, as mulheres intelectuais que atuaram na revista eram figuras de destaque, sobretudo na área de Letras e Literatura, como as protagonistas Lígia Chiappini Moraes Leite, Mary Camargo Neves, Teresa Pires Vara, Vera Chalmers e Walnice Nogueira Galvão, além de outras que publicaram em algumas edições, como Dulcília H. Schroeder Buitoni, Heloisa Buarque de Hollanda, Jerusa Pires Ferreira, Maria Aparecida Santilli, Maria Rita Eliezer Galvão, Marisa Philbert Lajolo, Marlyse Madeleine Meyer e Telê Ancona Lopez. De outras áreas destacaram-se Marilena Chauí e Gilda de Mello e Souza⁵⁵, do campo filosófico, Maria Malta Campos, da educação, e as escritoras literárias Miriam Moreira Leite e Zulmira Ribeiro Tavares.

Percebe-se que os nomes não são comuns às duas revistas. Não há nenhuma mulher que tenha constituído os dois grupos intelectuais que elaboraram as publicações. É apenas através de sua produção literária, mais especificamente de sua poesia, que quatro mulheres estão presentes em ambas. A primeira delas é Zulmira Ribeiro Tavares, a qual tem sua obra publicada, o poema “Água”, na primeira edição de *Versus*, assim como em *Almanaque*, no número 4 (“O homem do relógio da luz”) e no (número) 6 (“Maquinações” e “União estremecida”). As outras são Ana Cristina César, Heloisa Buarque de Hollanda e Leila Miccolis, todas presentes no número 10 de *Almanaque*, “A Mulher Objeto... de Estudo”, as quais também comparecem na 22^a

⁵⁵ Foi esposa de Antonio Candido.

edição de *Versus*, em um ensaio de Claudio Willer sobre a produção poética feminina. Willer discute o tema a partir da poesia de Ana Cristina, Leila Miccolis, Olga Savary e Maria da Graça Biatto e, ao final de seu texto, em nota, agradece à Heloisa Buarque de Hollanda pela indicação das poetisas. O autor também afirma que um ensaio sobre o mesmo tema, de Ana Cristina, seria publicado em breve. Ele referia-se àquele de nome “Literatura e Mulher: essa palavra de luxo”.

A análise das revistas também demonstrou outra característica distinta entre elas: em *Versus*, muitas das intelectuais que colaboraram com importantes reportagens ou artigos eram do exterior, como Consuelo de Castro, Diana Bellessi, Evelyn Reed, Jean Franco, María Esther Gilio, Mariella Righini, Mary Alice Waters, Simone de Beauvoir, Susan Branford e Susan Griffin. Nos 14 números de *Almanaque* apenas duas não brasileiras publicaram em suas páginas, sendo elas as francesas Héléne Clastres e Jeanne Favret-Saada⁵⁶. Fica claro que *Almanaque* privilegiou as produções das mulheres brasileiras, enquanto *Versus*, apesar de também contar com muitas colaborações destas, deu um significativo espaço para mulheres de outras partes do mundo. Levando em consideração os diferentes contextos em que estavam envolvidas – jornalístico e acadêmico – pode-se compreender o porquê dessa diferença.

O ambiente acadêmico brasileiro da década de setenta observou uma intensa presença de mulheres, assim como absorveu o feminismo e as teorias a ele relacionadas. Pode-se interpretar que, por ser parte desse círculo, *Almanaque* estava em constante contato com mulheres que produziram ou estavam produzindo conceitos e reflexões. A esfera jornalística, entretanto, ainda não funcionava da mesma forma no país. Conforme Rachel Moreno (1976) refletiu, mesmo com a crescente entrada de mulheres na profissão, a desvalorização era imensa, tanto que a maioria trabalhava apenas com assuntos de pouca relevância. Essa realidade pode explicar a publicação de mulheres estrangeiras em *Versus*, já que não estava em um contexto no qual a produção feminina brasileira fosse regular. Mesmo assim, demonstra que se diferenciava da sua própria bolha, uma vez que não restringia o trabalho de mulheres, nem desvalorizava a sua intelectualidade.

Neste ponto, em que foi mencionada a relação de *Almanaque* com a academia e desta com o feminismo, é preciso estabelecer uma outra comparação, visto que a

⁵⁶ Jeanne Favret-Saada nasceu na Tunísia, porém naturalizou-se francesa posteriormente.

revista de Walnice e Bento pouco publicou sobre o assunto. Sua única investida, mesmo sendo notável, foi a edição “A Mulher Objeto... de Estudo”. Já *Versus* não dedicou nenhum número específico ao tópico, mas publicou diversas vezes ao longo dos seus quatro anos de existência, textos que contemplavam o tema. Porém, *Almanaque*, em nenhuma situação, omitiu a contribuição de mulher alguma, como fez *Versus* com Mary Alice Waters no número 28. Essas contradições nas personalidades das revistas são sintomáticas, pois fazem referência ao momento de transição em que estavam circulando.

Os últimos anos da década de setenta foram caracterizados por uma complexidade eminente. Além do contexto ditatorial e a efervescência cultural da resistência, o qual fez com que muitas revistas ganhassem vida, esse período também testemunhou uma grande ruptura nos ideais determinados para as mulheres brasileiras, visto que os movimentos feministas tinham seu momento de maior expressividade no país até então, assim como os estudos feministas e sobre as mulheres estavam proliferando nas academias e em outros espaços de produção do saber. Ademais, com as conquistas educacionais no início da década, a intelectualidade coletiva das mulheres começou a firmar-se de fato. Essas circunstâncias resultaram em mudanças posteriores, como o aumento de mulheres alfabetizadas no país, por exemplo, por isso é possível caracterizar o final dos anos setenta como um período de transição para novos paradigmas políticos, culturais e sociais, sobretudo em relação às mulheres.

Por estarem imersas nesse complexo contexto, as duas revistas vivenciaram essa transição da realidade, a qual ainda era marcada pela massiva ausência das mulheres nos meios intelectuais e de produção do pensamento. *Versus* e *Almanaque* não eram periódicos de cunho feminista, nem foram criados para refletir exclusivamente sobre as condições de existência das mulheres, tal como o *Nós, mulheres*, por exemplo. Portanto, o modo como abriram suas redações para as mulheres intelectuais, bem como suas páginas para os movimentos feministas e discussões relacionadas, demonstra que sua essência era oposta à de grande parte da intelectualidade de resistência ao regime militar, que não via a importância da pauta, como foi possível constatar a partir de outras publicações mencionadas ao longo do estudo, como a *José* e o *Pasquim*.

Investigar a atuação das mulheres nesses espaços heterogêneos com base em uma análise comparativa permitiu reconstruir o cenário intelectual do final da

década de setenta e, assim, compreender seu arranjo, comprovando, então, como as revistas culturais e literárias latino-americanas constituem-se como fontes históricas capazes de revelar a personalidade do presente em que circularam. A partir de *Versus* e *Almanaque*, bem como das outras publicações referenciadas, comprovou-se a premissa de que a intelectualidade de resistência à ditadura militar foi majoritariamente composta por homens brancos de classes sociais privilegiadas. Neusa Maria Pereira se constituir no único nome mencionado nesta seção a pertencer à uma mulher negra, é uma prova de tal afirmação.

Contudo, investigar essas duas publicações permitiu resgatar o trabalho intelectual de 184 mulheres que contribuíram com a luta pela redemocratização da sociedade pelo viés cultural, em um período tão violento e cruel da História nacional. História essa que sistematizou, ao longo dos séculos, a exclusão das mulheres como agentes, bem como silenciou suas experiências e realizações, constantemente as registrando como vítimas do processo histórico. Compreender *Versus* e *Almanaque* como fontes históricas, as quais conservam um registro das obras da intelectualidade feminina coletiva, possibilita ressignificar a História intelectual como uma narrativa também composta por mulheres.

Deste modo, a presente pesquisa evidencia que representar a resistência intelectual à ditadura militar apenas com figuras masculinas é uma prática equivocada, a qual perpetua uma organização histórica fundamentada pelos princípios patriarcais. As mulheres registradas ao longo deste trabalho contribuíram com o fazer História. Foram ativas no processo histórico, assim como sempre, a diferença é que agora elas estão inscritas, com suas experiências registradas e compartilhadas. Não há como negar às mulheres uma História.

Referências

ALMANAQUE. Apresentação. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 1, 1976.

_____. Desapresentação. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 1, 1976.

_____. Glória precoce: *Almanaque* objeto de tese. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 6, 1978.

ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. São Paulo: FGV, 2000.

AZAMBUJA, S. Feminismo e feminilidade: fonte de conflito. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 10, pp. 5-11, 1979.

BARROS FILHO, O. Lições necessárias da História. **Versus**, São Paulo, n. 28, 1979.

_____. (Org.). **Versus: páginas da utopia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BEAUVOIR, S; SARTRE, J. P. Sabe, Sarte, os seus livros são um pouco machistas. **Versus**, São Paulo, n. 4, 1976.

BELESSI, D. Acertamos as contas, compadre!. **Versus**, São Paulo, n. 9, 1977.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**. Brasília, DF. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

BUCCHIONI, X. A. **Caminhos cruzados**: Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura. 2018. P. 313. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2018.

_____.; OGASSAWARA, J. S. VERSUS: A busca por uma identidade cultural latino-americana. **Contratempo**. Niterói, n. 20, pp. 94-106, 2009.

CAMARGO, M. L. Não há sol que sempre dure. **Revistas Literárias Brasileiras: Anos 70**. Boletim de Pesquisa NELIC, v. 3, n.31, pp. 18-31, 1998.

_____. Resistência e Crítica: Revistas Culturais Brasileiras nos tempos da Ditadura. **Boletim de Pesquisa Nelic**, Florianópolis, n. 15, v. 10, pp. 4-33, 2010.

CAMPOS, M. M. Mulher-objeto... de estudo. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 10, pp. 57-60, 1979.

CANDIDO, J. **Dois lados da moeda?** Versus, um jornal alternativo, e Cultura, uma revista do MEC (1976-1978). P. 405. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, S. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, pp. 49-58.

_____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020)

CARPEGGIANI, S. A guerreira volta a apontar suas armas: as relações entre história vivida e literatura na obra de Walnice Nogueira Galvão. **Suplemento Pernambuco**. Uma ditadura nunca acaba: da nossa literatura em anos de chumbo. Pernambuco, n. 152, pp. 18-21, 2018.

CÉSAR, A. C. Literatura e mulher: essa palavra de luxo. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 10, pp. 32-36, 1979.

CIXOUS, H. *O riso da Medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

COLLING, A. M. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Uma Questão de Gênero na Ditadura Militar no Brasil. In: ANDÚJAR, A. (Org.). **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.

COSTA, M. N. A mulher como intelectual pública. **Revista Diaphonía**, Toledo, n. 1, v. 5, pp. 175-181, 2019.

_____. **Ensaio no feminino**. São Paulo: LiberArs, 2018.

COUTO, C. P. Revistas político-culturais como cifra da história intelectual latino-americana. **História, imagem e narrativas**, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 1-15, 2015.

CRESPO, R. A. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. (orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**: volume II. São Paulo: USP-FFLCH- Editora Humanitas, 2011.

_____. Versus: um espaço da América Latina na imprensa alternativa (1975-1979). **Matrizes**. São Paulo, n. 2, v. 12, pp. 281-307, 2018.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 49, v. 17, pp. 151-172, 2003.

_____. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, n. 4, v. 1, pp. 95-105, 2017.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX**. São Paulo: Autêntica, 2016.

FAERMAN, M; et al. E o nosso editor chefe se foi.... **Versus**, São Paulo, n. 24, 1978.

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FLORESTA, N. Opúsculo humanitário. In: Duarte, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Massangana, 2010.

FONSECA, C.L. Entre o esforço de lucidez e o escrever em não: espaço-tempo de resistência em Argumento e Almanaque - revistas culturais brasileiras dos anos 1970. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, n. 67, v. 42, pp. 248-269, 2022.

GALVÃO, W. **A Donzela-Guerreira**: um estudo de gênero. São Paulo: Senac, 1998.

_____. A donzela guerreira. [Entrevista concedida a] Carlos Haag. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 158, pp. 10-15, 2009. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/wpcontent/uploads/2009/04/A-donzela-guerreira.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

_____. Frequentação da Donzela-Guerreira. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaios, São Paulo, n. 10, pp. 19-31, 1979.

_____. Memória: uma revista chamada Almanaque. **Ipseitas**. São Carlos, n. 2, v. 7, pp. 6-23, 2021.

GASPARI, E. **As ilusões armadas**: 2. A Ditadura Escancarada. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, A. P.; GRILLO, M. d. C. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **RELMECS**. n. 1, v. 5, pp. 1-30, 2015.

GRIFFIN, S. A violação. **Versus**, São Paulo, n. 15, 1977.

HALL, S. O ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História**. São Paulo, n. 56, pp. 314-351, 2016.

HOLLANDA, H. B. Apresentação. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Apresentação. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____; et al. Debate: poesia hoje. In: **José**, São Paulo, n. 2, pp. 2-9, 1976.

_____. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KAMINSKI, L. **Contracultura no Brasil, anos 70: Circulação, espaços e sociabilidades**. Curitiba: CRV, 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LERNER, G. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. São Paulo: Cultrix, 2022.

_____. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, E. A presença de jornalistas mulheres no jornalismo de referência paulista durante a ditadura civil-militar brasileira: trânsitos discursivos entre passado e presente. **Anais do 20º Congresso Nacional de Iniciação Científica CONIC - SEMESP**. 2020.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (Org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MALHADAS, D.; CARVALHO, S. M. S. O hino a Deméter e os mistérios eleusinos. **Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios**, São Paulo, n. 10, pp. 65-99, 1979.

MARIE, E. O profeta e a história. **Versus**, São Paulo, n. 30, 1979.

_____. Ombro a ombro. **Versus**, São Paulo, n. 30, 1979.

_____. Reed, a rebelde. **Versus**, São Paulo, n. 32, 1979.

MARTINS, M. L.; FONSECA, C. L. Mulheres intelectuais em revistas culturais: a propósito de *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*. **Caderno de Letras**. Pelotas, n. 39, pp. 139-154, 2021.

MARTINS, M. L. Resistência, oposição e crítica: o papel de Versus frente à ditadura militar. In: DALTOÉ, A. S; et al. **Marcas da memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?**. Campinas: Pontes, 2022.

MERLINO, T. (Org.). **Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino**. São Paulo: Caros amigos, 2010.

MORENO, R. **Marcos Faerman e o Nós Mulheres**. 2015. Disponível em: <<http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

_____. Nós, mulheres. **Versus**, São Paulo, n. 3, 1976.

_____; et al. Debate: Situação da mulher no trabalho. In: **Nós, mulheres**, São Paulo, n. 1, pp. 19, 1976.

MORTOS e desaparecidos. **Comissão da verdade do Estado de São Paulo: Rubens Paiva, São Paulo**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos>>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

NAPOLITANO, M. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950 - 1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

PATIÑO, R. Revistas literarias y culturales argentinas de los 80 : usinas para pensar una época. **Insula: revista de letras y ciencias humanas**. n. 715-716, n.p, 2006.

PEREIRA, N. M. **O Afro Latino América que vive em mim**. 2015. Disponível em: <<http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

_____. Pela mulher negra. **Versus**, São Paulo, n. 11, 1977.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Perú Indígena**, n. 29, pp. 11-20, 1992.

ROCCA, P. Por que, para que uma revista. Tradução de Doralicia Furtado da Rosa e George Luiz França. **Boletim de Pesquisa Nelic**. Florianópolis, n. 10, v.7, pp. 1-22, 2007.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C. B.; Pedro, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAID, E. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers** du CRICCAL, Paris, n. 9-10, pp. 9-16, 1992.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SIRKS, A. Marcos Faerman (1944-1999), obsessão repórter. **Observatório da imprensa**, n. 62, n.p., 1999.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, R. 19 princípios para a crítica literária. **Almanaque** – Cadernos de Literatura e Ensaio, São Paulo, n. 2, 1976.

TELES, M. A. A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 23, pp. 1001-1022, 2015.

TELLES, R. S. T. **Glória Póstuma: Almanaque objeto de estudo**. Dissertação (mestrado em Letras – Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, pp. 201. 1999.

_____. O jogo de Almanaque. **Boletim de Pesquisa NELIC**. Florianópolis, n. 1, v. 1, pp. 24-28, 1997.

VASCONCELOS, N. M.; ALIENDE, C. S. Nós Mulheres: reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0405-1.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VERSUS. Aniversário. **Versus**, São Paulo, n. 6, 1976.

_____. Afro-latino-américa. **Versus**, São Paulo, n. 12, 1977.

_____. Aos leitores. **Versus**, São Paulo, n. 7, 1976.

_____. Editorial. **Versus**, São Paulo, n. 15, 1977.

_____. Esclareçemos. **Versus**, São Paulo, n. 24, 1978.

_____. Reflexus et delirius. **Versus**, São Paulo, n. especial quadrinhos, 1979.

VIEIRA, I. Um humanista radical. **Observatório da imprensa**, n. 734, n.p., 2013.

WATERS, M. A. A revolução das mulheres e Lenin. **Versus**, São Paulo, n. 28, 1979.

_____. Rosa, a vermelha. **Versus**, São Paulo, n. 30, 1979.

ZAKARIA, R. **Contra o feminismo branco**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Periódicos

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio. São Paulo, 1976-1982.

José - Literatura, Crítica & Arte. Rio de Janeiro, 1976-1978.

Nós, Mulheres. São Paulo, 1976-1978.

Pasquim. Rio de Janeiro, 1969-1989.

Versus. São Paulo, 1975-1979.

Apêndice

1 - Relação de nomes de todas as mulheres que colaboraram em *Versus* (1975 - 1979)

Nome	Número	Expediente	Publicação
Alice Andrade	20	Administração	-
Ana Cristina Cesar**	22	-	Poema (nº 22)
Ana Cristina Machado	32; especial HQ (1979)	Revisão	-
Ana Dora	5 ao 9	Arte e edição	Tradução (nº 6)
Ana Lúcia de Oliveira	20 ao 34	Colaboração	-
Ana Maria de Cerqueira Leite	5 ao 10	Colaboração	Entrevista (nº 6)
Ana Maria Mandim**	23	-	Artigo (nº 23)
Ana Maria Porro	34	Administração	-
Ana Maria Sampaio	24 ao 28	Colaboração	Reportagem (nº 24)
Angel Barbados*	-	-	-
Ângela Pralon*	-	-	-
Avani Stein	4; 5; especial HQ (1976)	Arte	-
Bárbara Hartz	34	Edição	Entrevista (nº 34) Reportagem (nº 34)
Beatriz Cleto	23 ao 34	Colaboração	-
Cinzia Ghigliano**	12	-	História em quadrinhos (nº 12)
Cecília Flosi**	17	-	Artigo (nº 17)
Cecília Thompson	3 ao 23	Colaboração	Tradução (nº 3; 6; 7; 11)
Cecília Tolentino	2; 3; 4	Colaboração	-

Cíntia Almeida Prado	1; 2	Colaboração	-
Claire Bretécher**	26	-	História em quadrinhos (nº 26)
Cláudia Celidônio*	-	-	-
Conceição Cahú	2 ao 5	Arte	Ilustração (nº 2)
Consuelo de Castro**	14	-	Ensaio (nº 14)
Cordélia Maria Cardoso	2; 3	Diagramação	-
Cremilda Medina	11 ao 17	Colaboração	Reportagem (nº 13)
Cristina Daniel	25 ao 34	Colaboração	-
Cristina Ribeiro	15 ao 34	Colaboração e edição	Artigo (nº 17 e 18) Entrevista (nº 17) Reportagem (nº 23)
Denise Vecchio*	-	-	-
Diana Bellessi	4; 9 ao 31	Colaboração	Reportagem (nº 4; 9; 10; 13; 19; 27)
Dilce Pires**	26	-	Entrevista (nº 26)
Dolores Coelho	29; 30	Colaboração	-
Eliana Haberli**	7	-	Artigo (nº 7)
Eliana Soares	33	Administração	-
Elisabeth Marie	26 ao 34	Edição	Artigo (nº 34) Entrevista (nº 30) Reportagem (nº 27; 28; 29; 30; 32) Tradução (nº 27)
Elvira Lobato	20 ao 23	Colaboração	-
Esther Thunzer	23 ao 25	Administração	-
Evelyn Reed**	32	-	Ensaio (nº 32)
Florence Vaillant**	6	-	Ensaio (nº 6)
Gláucia da Motta Machado	23 ao 34	Colaboração e líder (Brasília)	Artigo (nº 23)
Gleise M. de Castro	25 ao 28	Colaboração	-
Gumilla Berglund**	28	-	Entrevista (nº 28)

Helena A. Diniz	30	Revisão	-
Hilda Machado	8	Colaboração	Depoimento (nº 25)
Isabel Vieira Rodrigues	19 ao 23	Colaboração	Reportagem (nº 16; 10; 20; 22; 23)
Ivone Couto	17 ao 34	Arte	Ilustração (nº 14)
Jean Franco**	28	-	Artigo (nº 28)
Jessie Jane**	19; 21	-	Carta (nº 21) Depoimento (nº 19)
Laurita Salles	7; 8	Colaboração	-
Léa Langone	7;8	Colaboração	-
Leda Beck Leib	13 ao 20	Colaboração	Reportagem (nº 26)
Leila Miccolis**	22	-	Poema (nº 22)
Lélia Gonzalez*	-	-	-
Letânia Menezes	4; especial HQ (1976)	Colaboração	-
Lisete Barros	21 ao 26	Assinaturas	-
Lisete Catarina Piccoli	3; 4; 21 ao 26	Colaboração e assinaturas	-
Lúcia Brandão	19 ao 23	Arte	-
Lúcia Pereira*	-	-	-
Lucia Ramos	31 ao 34	Colaboradora	-
Malu Maranhão	12 ao 15; 33; 34	Colaboração e edição	Reportagem (nº 33; 34)
Márcia Almeida	4 ao 7	Reportagem	-
Márcia Ramos de Souza	9 ao 23	Jurídico	-
Margaret Randall**	21	-	Entrevista (nº 21)
Maria Bordini**	2	-	Entrevista (nº 2)
Maria Cecília Garcia	Especial Outubro de 1978	Colaboração	Reportagem (nº 24)
Maria da Graça Biatto**	22	-	Poema (nº 22)
Maria da Paz Rodrigues	8 ao 15	Colaboração e edição	Ensaio (nº 11) Entrevista (nº 8; 9 10) Reportagem (nº 7; 8)
Maria das Graças	24 ao 34	Correspondências	-

Ferreira			
Maria do Carmo Campello de Souza**	15	-	Debate (nº 15)
Maria Dulce Pinheiro	24 ao 34	Colaboração	Reportagem (nº 24)
Maria Ester Gillio	10 ao 17	Colaboração	-
Maria Helena Cardoso	2; 3	Diagramação	-
Maria Helena Limeira Tejo	25 ao 34	Colaboração	-
Maria José Lourenço	22 ao 31	Administração	-
Maria José Marcondes	1	-	-
Maria Montserrat	5 ao 10	Colaboração	-
Maria Rosa	2; 3	Diagramação	-
Mariângela Quintella	1 ao 4	Colaboração	-
Mariella Righini**	20	-	Ensaio (nº 20)
Marieta de Castro	20; 21	Revisão	-
Marilena Faerman Vieira	13 ao 19	Administração, assinaturas e colaboração	-
Marilsa Taffarel Faerman	1 ao 23	Colaboração	Artigo (nº 2; 3) Entrevista (nº 1; 2; e; 5) Resenha (nº 5)
Marina Kahn	12	Revisão	-
Marinilda de Marchi	5; 6; 7	Colaboração	-
Marisilda Silva	14	-	Reportagem (14)
Mariza Corrêa	1 ao 19	Colaboração	-
Marlene Crespo	9; 11 ao 34	Arte	-
Martha D'Angelo	29 ao 32; especial HQ (1979)	Edição	Reportagem (nº 24)
Mary Alice Waters**	28; 30	-	Ensaio (nº 28) Reportagem (nº 30)
Matilde Araki**	2	-	Reportagem (nº 2)
Maura Veiga	8 ao 11; 17 ao 32	Colaboração, edição e revisão	Artigo (nº 28) Entrevista (nº 29) Reportagem (nº 29)
Michele Mattelart**	15	-	Reportagem (nº 15)

Mirna Grzich**	15	-	Entrevista (nº 15)
Nair Benedicto	15	Colaboração	-
Nélida Piñon**	16	-	Depoimento (nº 16)
Neusa Maria Pereira	13 ao 24	Colaboração e edição	Artigo (nº 11) Debate (nº 21) Ensaio (nº 20; 23) Entrevista (nº 17; 18) Reportagem (nº 13; 23)
Nilza Prata Bellini	8 ao 11	Administração	-
Niva Prado	19 ao 34	Colaboração	-
Noêmia de Souza**	24	-	Poema (nº 24)
Noemi Ribeiro	4	Arte	-
Norma**	19	-	Depoimento (nº 19)
Olga Savary**	22	-	Poema (nº 22)
Rachel Moreno	1 ao 4; 15; 16	Colaboração e conselho de redação	Anúncio (nº 3) Entrevista (nº1)
Regina Leopassi**	24	-	Reportagem (nº 24)
Regina Schneiderman	1; 2	Colaboração	Entrevista (nº 1; 5)
Renata Pallottini**	17; 23	-	Poema (nº 17; 23)
Renata Villas-Boas	9 ao 17	Arte, edição, conselho de redação e publicidade	-
Rita de Souza	22; 23; especial Outubro de 1978	Revisão	-
Rita Galvão	1	Colaboração	-
Rosa Freitas	24 ao 32	Assinaturas, colaboração e revisão	-
Rosa Gauditano	15 ao 34	Edição e fotos	-
Rosalice Fernandes**	19; 21	-	Depoimento (nº 19; 21)
Ruth Terra**	1	-	Entrevista (nº 1)
Sandra Abdala	3 ao 5	Arte	-
Sandra Adams	11 ao 17	Arte e fotos	-
Silvana Rodrigues	4; 11 ao 18	Colaboração e reportagem	Tradução (nº 8)
Solange Esteves	15	Colaboração	-

Sônia Blauth**	5	-	Entrevista (nº 5)
Sônia Coggiola Caleffi	21; 22	Administração	-
Sônia Kawa	25 ao 34	Arte e edição	Artigo (nº 32)
Susan Branford	6	-	Reportagem (nº 6)
Susan Griffin**	15	-	Ensaio (nº 15)
Suzete de Lourdes	23 ao 25	Revisão	-
Tânia Regina Pinto	13 ao 16; 20; 21	Colaboração	-
Tatiana Petit	24	Colaboração	-
Tereza Santos**	29 ao 31	-	Entrevista (nº 29; 30; 31)
Vera Helena R. Carneiro	12	Revisão	-
Vera Lúcia de Jesus	3 ao 7	Administração	-
Vilma Gryzinski	1 ao 4	Edição	Artigo (nº 1) Tradução (nº 4)
Waldira Alcântara	25 ao 30	Colaboração	-
Zulmira Ribeiro Tavares*	1	-	Poema (nº 1)

* Mulheres não mencionadas em nenhum número de *Versus*, mas citadas por Omar de Barros Filho em *Versus: páginas da utopia* (2007).

** Mulheres que publicaram e não tiveram seu nome referenciado no expediente.

2 - Relação de nomes de todas as mulheres que colaboraram em *Almanaque - Caderno de Literatura e Ensaio* (1976 - 1982)

Nome	Publicação
Adélia Prado	Poema (nº 8)
Alda	Poema (nº 10)
Ana Cristina César	Ensaio (nº 10) Poema (nº 10)
Arakcy Martins Rodrigues	Entrevista (nº 12)

Betty Milan	Depoimento (n° 1)
Claudia Lemos	Ensaio (n° 5) Poema (n° 6)
Daisi Malhadas	Tradução (n° 10)
Dulcília H. Schroeder Buitoni	Ensaio (n° 14; 14)
Elizabeth Cleinman	Ficção (n° 12)
Eunice Arruda	Poema (n° 10)
Filomena Y. Hirata Garcia	Ensaio (n° 13)
Flora Blender	Ensaio (n° 14)
Gilda de Mello e Souza	Ensaio (n° 6) Entrevista (n° 8)
Hélène Clastres	Ensaio (n° 7)
Hillegonda Maria Dutilh Novaes	Ensaio (n° 11)
Heloisa Buarque de Hollanda	Ensaio (n° 10)
Isaura de Mello**	-
Jeanne Favret-Saada	Ensaio (n° 12)
Jerusa Pires Ferreira	Ensaio (n° 13)
Leila Miccolis	Poema (n° 10)
Letícia Moreira de Souza	Poema (n° 10)
Lidioneti Milani**	-
Lígia Chiappini Moraes Leite*	Ensaio (n° 2; 3; 7; 11) Entrevista (n° 11)
Liliam Osmo	Capa (n° 10; 12; 13)
Lúcia Villares	Poema (n° 10)
Maria Aparecida Santilli	Ensaio (n° 13)
Maria Lúcia Alvim	Poema (n° 10)
Maria Lúcia Dal Farra	Poema (n° 6)
Maria Luiza Alvarenga Correa**	-
Maria Malta Campos	Ensaio (n° 10; 11)
Maria Rita Eliezer Galvão	Ensaio (n° 6)

Maria Villares	Poema (n° 10)
Marilena Chauí	Ensaio (n° 2; 7; 9; 11) Resenha (n° 7)
Marisa Philbert Lajolo	Ensaio (n° 11)
Marly Trombelli**	-
Marlyse Madeleine Meyer	Ensaio (n° 8; 14)
Mary Camargo Neves*	-
Miriam Chnaiderman	Ficção (n° 10) Poema (n° 10)
Olgária Rodrigues	Entrevista (n° 12)
Orides Fontela	Poema (n° 4; 6)
Paula Beiguelman	Ensaio (n° 8)
Regina Fernandes Novo	Poema (n° 6)
Roseli Stier Azambuja	Ensaio (n° 4)
Samira Youssef Campedelli	Ensaio (n° 14)
Silvia Maria S. de Carvalho	Ensaio (n° 7; 10)
Sonia Curvo Azambuja	Ensaio (n° 10)
Telê Porto Ancona Lopez	Ensaio (n° 8) Tradução (n° 12)
Tereza Pires Vara*	Ensaio (n° 8)
Toni Penteado	Poema (n° 10)
Valéria C. Salles**	-
Vera Chalmers*	Ensaio (n° 2; 12)
Xênia Antunes	Poema (n° 10)
Walnice Nogueira Galvão*	Depoimento (n° 1) Ensaio (n°1; 5; 10) Ficção (n° 1; 12) Poema (n° 2; 6) Tradução (n° 2)
Zulmira Ribeiro Tavares	Ficção (n° 4) Poema (n° 6)

* Mulheres participantes da mesa de redação.

** Mulheres que colaboraram apenas com a revisão.